
PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Devolutivas dos Fóruns Regionais



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade

A planilha abaixo traz a devolutiva dos questionamentos efetuados pela população ao longo dos Fóruns Regionais de Discussão da Proposta do Plano Diretor, realizados entre 5 e 16 de maio de 2018. Para facilitar a consulta, as questões foram ordenadas conforme o nome do município. Em alguns casos, o mesmo questionamento foi dirigido para mais de uma secretaria ou autarquia da Prefeitura de São José dos Campos, tendo em vista a transversalidade dos temas. Nestes casos, o mesmo questionamento aparece respondido mais de uma vez, pois cada campo contém o parecer de uma secretaria ou autarquia.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Adelino Lidovino de O. Pezzi	Jardim Santa Fé 10/05/2018	COMUS	Gosta da ideia do Plano Diretor de 'crescer para dentro' e sugere a criação de moradias populares em um grande vazio de uma das áreas com maior oferta de emprego da cidade. Reforça a importância da integração dos órgãos de todas as instâncias.	Precisa ser especificada qual área o município se refere. Caso seja o Bairro Capuava, é área alvo de Regularização Fundiária.
Adelino Lidovino de O. Pezzi	Jardim Santa Fé 10/05/2018	COMUS	Gostaria que tivesse uma ação mais efetiva relativa a localização, acessibilidade, situação das instalações e segurança das UBS.	Do item da proposta relacionado ao Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais temos: Os objetivos do Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais são: I. Reduzir as desigualdades socioterritoriais, suprimindo carências de equipamentos e infraestrutura urbana nos bairros com maior vulnerabilidade social II. Proteger de forma integral à família e à pessoa, com prioridade de atendimento às famílias e grupos sociais mais vulneráveis; III. Prover todas as áreas habitacionais com os equipamentos de necessidades básicas de saúde, educação, lazer, esporte, cultura e assistência social de sua população; IV. Promover a universalização da inclusão digital. Os programas, ações e investimentos, públicos, no Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes: I. Priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados como forma de potencializar o uso do espaço público já constituído; II. Otimizar a ocupação dos equipamentos existentes e a integração entre equipamentos implantados na mesma quadra; III. Incluir mais de um equipamento no mesmo terreno, de modo a compatibilizar diferentes demandas por equipamentos no território, otimizando o uso de terrenos e favorecendo a integração entre políticas sociais; IV. Integrar territorialmente programas e projetos vinculados às políticas sociais como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que diz respeito à inclusão social e à diminuição das desigualdades. Projeto de melhorias na segurança estão sendo elaborados em parceria com a Guarda Municipal e COI
Adelino Lidovino de O. Pezzi	Jardim Santa Fé 10/05/2018	COMUS	Pede mais atenção às nascentes do bairro do Capuava	A preservação das nascentes é uma preocupação da Prefeitura de SJC. Na proposta do Plano Diretor, na região do bairro do Capuava, essa preocupação se reflete principalmente no Macrozoneamento Rural, na proposta de criação da APA da Serra de Jambuí, cujos objetivos são: "I. Proteger e recuperar os cursos d'água e suas cabeceiras de forma a contribuir para o controle das enchentes em áreas urbanas. II. Disciplinar a utilização dos recursos naturais da região, garantindo melhoria da qualidade de vida, sustentabilidade ecológico-econômica e proteção dos ecossistemas, de acordo com os objetivos e disposições a serem estabelecidas através da implementação de plano de manejo, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, com o objetivo precípuo da proteção ambiental. III. Reconhecer as especificidades de usos incompatíveis com o meio urbano e de segurança nacional que possam ser desenvolvidos na região."
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Defende mais médicos	Além de credenciamento aberto para atender atenção básica e especialidades foi realizado concurso público com previsão de mais 30 médicos com início em agosto/2018
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Pede a criação da secretaria de abastecimento e produção rural de SJC	A Criação de Secretarias é tratada em lei específica de acordo com cada Administração.
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Pede criação de hospitais veterinários para os animais, diz que existem muitos animais soltos em SJC na rua e que o município é rico.	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses, sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta.
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Pede mais postos de saúde.	A área de abrangência que contempla o bairro dos Freitas é composta pela região norte contendo 8 unidades básicas de saúde: Buquirinha, Bonsucesso, Alto da Ponte, Santana, Altos de Santana, Alto da Ponte, Vila Paiva e São Francisco Xavier. Não está previsto a construção de novas Unidades.
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Pede para a atividade delegada como hora extra para guarda civil	O Convênio de Atividade Delegada, celebrado entre o Município de SJC e o Governo do Estado de SP, prevê o emprego de policiais militares em atividades de combate ao comércio ambulante irregular ou ilegal, funcionamento irregular de estabelecimentos comerciais e a fiscalização de perturbação do sossego no município. A participação de policiais civis na Atividade Delegada não faz parte do escopo do referido convênio.
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Pede reformulação e manutenção do programa FAMME	O FAMME tem por finalidade a assistência de medicamento mais específicos ao associado e seus dependentes. Sendo sua receita destinada exclusivamente a este fim, conforme determinado pelo Estatuto em vigor.
Aécio Ferreira	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Moradores dos Freitas	Programa habitacional nos prédios da Argon para os servidores.	Não há projeto para esse tipo de atendimento.
Aécio Ferreira	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Moradores dos Freitas	Solicitações de melhorias: Anti-poeira, duas casas do idoso, mais médicos, dentistas e postos de saúde, ampliação da FAMME, construção de um hospital veterinário da Zona Norte, melhoria e agilidade na troca de lâmpadas e a criação de um programa de habitação para os servidores municipais.	Não há projeto para esse tipo de atendimento.
Aécio Ferreira	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Moradores dos Freitas	Solicitações de melhorias: Anti-poeira, duas casas do idoso, mais médicos, dentistas e postos de saúde, ampliação da FAMME, construção de um hospital veterinário da Zona Norte, melhoria e agilidade na troca de lâmpadas e a criação de um programa de habitação para os servidores municipais.	Garantia de serviço cinco anos, porém não realizado. A Prefeitura está realizando os reparos já com 50% das estradas feitas. A troca de lâmpadas consta em programação.
Aécio Ferreira	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Moradores dos Freitas	Solicitações de melhorias: Anti-poeira, duas casas do idoso, mais médicos, dentistas e postos de saúde, ampliação da FAMME, construção de um hospital veterinário da Zona Norte, melhoria e agilidade na troca de lâmpadas e a criação de um programa de habitação para os servidores municipais.	O FAME tem por finalidade a assistência de medicamento mais específicos ao associado e seus dependentes. Sendo sua receita destinada exclusivamente a este fim, conforme determinado pelo Estatuto em vigor. Concurso médico realizado, com previsão para agosto de 2018 para o início das atividades dos profissionais e concurso de dentistas também realizado



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Sugere a criação de um programa habitacional para o banhado que seja instalado no próprio local, a criação de um programa habitacional para o pequeno produtor rural, a criação de um programa habitacional para os servidores públicos.	A criação de programas habitacionais é de competência da SGHO. Em relação aos possíveis usos do Parque Natural Municipal do Banhado, esclarecemos que a lei 8.756/12, criou o Parque Natural Municipal do Banhado. O Banhado passou a integrar a categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral, submetendo-se aos critérios, normas de implantação e gestão, definidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa preservação permite o uso da área apenas para a educação ambiental, lazer contemplativo e pesquisas científicas. Um dos objetivos da transformação do Banhado em unidade de conservação foi a necessidade de preservar o ecossistema natural de relevância ecológica. A concha do Banhado possui 5,1 milhões de metros quadrados, mas inicialmente o Núcleo da Unidade de Conservação e Proteção Integral foi delimitado em 1,515 milhão de metros quadrados. Além da preservação da biodiversidade do patrimônio ambiental e paisagístico, com essa lei, é permitido que a área receba verbas públicas e privadas de compensação ambiental para sua melhoria. Fonte: http://servicos2.sjc.sp.gov.br/noticias/noticia.aspx?noticia_id=12125 Portanto, no que compete a SIDE, está previsto nas Diretrizes do Plano Diretor 2018, no item: • Preservar a cultura, a memória, a identidade, a diversidade e o sentido de pertencimento por meio da valorização do patrimônio material e imaterial. - Proteger os elementos significativos e referenciais da paisagem urbana e estabelecer medidas de preservação de eixos visuais da Serra da Mantiqueira, do Banhado e da Várzea do Rio Paraíba do Sul que garantam sua apreensão pelos cidadãos; Maiores informações sobre o uso do Parque Natural do Banhado, consulte a SEURBS.
Aécio Ferreira	Centro 16/05/2018	ASAB	Sugere a criação de um programa habitacional para o banhado que seja instalado no próprio local, a criação de um programa habitacional para o pequeno produtor rural, a criação de um programa habitacional para os servidores públicos.	Programas Habitacionais em análise, são voltados para demanda inscrita.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Pede fiscalização e solução para empresas irregulares no bairro	A Política de Fiscalização de Posturas Municipais da SEPAC prevê a ampliação do efetivo na proporção do crescimento de normas e leis do Município, qualificando todos os agentes fiscais de forma a permitir a ampliação de ações educativas, incluindo a capacitação ambiental e preventiva, evitando ações punitivas.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Pede prioridade no replantio das árvores retiradas com a abertura das calçadas.	A proposta do Plano Diretor ressalta a importância do Plano de Arborização Urbana como instrumento de gestão ambiental para nortear as ações de plantio e manutenção de árvores nas vias públicas, no qual estão estabelecidas metas para o plantio de árvores em todas regiões da área urbana. Ressalta-se ainda que a legislação municipal vigente já exige a reposição da árvore suprimida.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Aide Bonelli Bures	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Alberto Queiroz	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Colocou a valorização da terra e o processo de gentrificação de São Francisco Xavier como causas do parcelamento irregular do solo e o surgimento do núcleos irregulares o que que acarreta os danos ambientais, conflito por água, problemas de mobilidade, especulação imobiliária, e as dificuldade de moradia no isolamento.	Devido às características da topografia de aclives acentuados, que não é propícia à urbanização, e devido à necessidade de preservação ambiental, há o entendimento de que devem ser mantidas as características predominantemente rurais na maior parte do Distrito de São Francisco Xavier. Para definição do perímetro urbano do Distrito está proposta a retração ao sul, junto ao Rio do Peixe, com o intuito de preservar suas margens de uma expansão desordenada, buscando incluir as mesmas no perímetro proposto para o Parque do Rio do Peixe, identificado no Mapa de Parques Urbanos do Plano Diretor; observa-se que a área estava no perímetro urbano e não recebeu, até o momento, qualquer empreendimento ou loteamento com este caráter. Já a expansão do perímetro proposta na direção Oeste, engloba os loteamentos irregulares denominados bairros Barreira e dos Ferreiras, de urbanização consolidada e contíguos à malha urbana, e prevê ainda áreas urbanas vazias e disponíveis para novos empreendimentos, caso necessário; esta expansão está em consonância com o Plano de Manejo Estadual da APA de São Francisco Xavier, por situar-se no mesmo Zoneamento Econômico Ecológico (Zona de Ocupação Dirigida – ZDI) que o restante da Zona Urbana do Distrito. PERÍMETRO URBANO SFX
Alessandra Marinha	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Maior número de ônibus e horários, com renovação da frota e intervalos menores entre os horários	A demanda atual é atendida pela linhas 130A e 130B, onde estas estão ajustadas as ofertas de viagens ao referido local, além disso os usuários contam com as viagens realizadas diariamente pela empresa Cidade Natureza durante todo o dia, inclusive aos finais de semana, no momento não existe previsão de aumento no atendimento pelas linhas 130A e 130B.
Alessandra Marques de Azevedo Silva	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Dificuldades de mobilidades da região.	Recentemente foram executadas travessias elevadas e rampas de acessibilidade, e a liberação da rua emilio marelo ligando a av. corifeu de azevedo marques e recentemente foi liberado a 2ª fase da via oeste.
Alessandra Marques de Azevedo Silva	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Falta de uma linguagem acessível a população e comunicação.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido
Alessandra Marques de Azevedo Silva	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Pede a resolução do grande deficit habitacional.	O município está trabalhando em parceria com o Governo Federal e Estadual, para produzir unidades habitacionais.
Alessandra Marques de Azevedo Silva	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Solicita esclarecimentos sobre o que foi feito do Plano Diretor anterior.	A lei Complementar nº 306 de 17 de novembro de 2006 aprovou e instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI, atualmente vigente, no Município de São José dos Campos.
Alexandre Cesar Hernandez	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pergunta se há risco de demolição das casas que tem escrituras, mesmo que estejam nas áreas de ZEIS.	A escritura do imóvel não dá o Direito ao proprietário de construir em área de risco. São distintas. A Prefeitura tem legitimidade para atuar no controle do uso do solo do município, e inclusive, determinando, se for caso - quando constatado, pela Defesa Civil, o risco - a demolição.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Ana Beatriz dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Anderson Lopes	Santana 09/05/2018	Munícipe	Solicita que as notificações para demolições sejam feitas com o responsável na casa. Antes de notificar poderia perguntar se o proprietário precisa de ajuda para melhorar o local e não ser necessária a demolição. Olhar com carinho para os bairros irregulares.	As ações de fiscalização são todas pautadas na Lei, e com o amparo legal, não só podemos, mas devemos controlar o uso e ocupação do solo. E assim é feito, com rondas diárias e constantes das equipes de fiscalização, e, agora, com o incremento das imagens de satélite, com os devidos apontamentos. Para que sejam iniciadas as ações fiscais com as Notificações, resguardando aos notificandos os Direitos ao Contraditório, Ampla Defesa, e o Devido Processo Legal
Anderson Lopes	Santana 09/05/2018	Munícipe	Recebeu uma notificação para desocupar a casa porque irá demolir, pede um olhar com carinho para a população local.	Estas notificações tem o intuito de justamente proteger os moradores das construções que estão em área de Risco Alto e Muito Alto (R3 e R4), suas integridades físicas e suas vidas. Além de existir um TAC firmado com o Ministério Público, em junho de 2015, para que se impeça novas construções.
André Luiz de Carvalho	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Reivindica a inclusão de todos os loteamentos não regularizados no Plano Diretor com critérios para regularização fundiária de toda região norte. Pede que região esteja dentro do planejamento e finanças do município.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo sucesso ao longo dos anos. O apoio da população é parte importante desse processo.
André Luiz de Carvalho	Bonsucesso 12/05/2018	Associação Canindú e Havaí	Reivindica a inclusão de todos os loteamentos não regularizados no Plano Diretor com critérios para regularização fundiária de toda região norte. Pede que região esteja dentro do planejamento e finanças do município.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindú atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
André Luiz de Carvalho	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Reivindica a inclusão de todos os loteamentos não regularizados no Plano Diretor com critérios para regularização fundiária de toda região norte. Pede que região esteja dentro do planejamento e finanças do município.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Andrea Luswarghi	Centro 16/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Apoia a luta dos bairros irregulares.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Apresentação da proposta no fórum não é didática e a população não entende.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido.
Andrea Luswarghi	Centro 16/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Cidade sem tantos carros.	Um dos princípios definidos da política municipal de mobilidade urbana é o de fortalecer a intermodalidade nos deslocamentos urbanos, estimulando a integração do transporte público com o transporte individual e os meios não motorizados;
Andrea Luswarghi	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Parque Betânia	Convida os participantes a se organizarem e continuarem unidos para buscarem outras conquistas para o município em outras ocasiões.	A SEURBS agradece a participação no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor.
Andrea Luswarghi	Centro 16/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Lei Municipal de arborização divergente do valor mínimo de arborização pela OMS para as cidades.	Esclarecemos que a compete ao poder legislativo aprovar as leis municipais. No entanto, a prefeitura vem trabalhando na proposta de criação de um código de arborização que deverá substituir a legislação vigente, no qual tais questões poderão ser revistas.
Andrea Luswarghi	Centro 16/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Manter o bairro Esplanada com zoneamento Residencial.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Andrea Luswarghi	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede áreas de escape nas estradas rurais para que ciclistas e pessoas a cavalo tenham maior segurança para se locomoverem na região.	Em alguns casos as estradas estão fora do domínio do município e para essa intervenção é necessário desapropriações de áreas particulares.
Andrea Luswarghi	Santana 09/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede maior divulgação dos fóruns.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido
Andrea Luswarghi	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede para que não se corte mais árvores na cidade para dar espaço aos carros. Pede para protegerem o Bosque Betânia ressaltando a preocupação em preservar as árvores e os animais que vivem neste local.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante em todas as regiões do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservação de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública. O caso particular do terreno na Vila Betânia está sendo discutido em instâncias apropriadas (COMAM e Cetesb). Quanto a outras áreas, a supressão é regulamentada por normas específicas, que preveem a compensação, permitindo o rearranjo do espaço urbano sem a perda de qualidade de vida.
Andrea Luswarghi	Santana 09/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede para que não se corte mais árvores na cidade para dar espaço aos carros. Pede para protegerem o Bosque Betânia ressaltando a preocupação em preservar as árvores e os animais que vivem neste local.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante em todas as regiões do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservação de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública. O caso particular do terreno na Vila Betânia está sendo discutido em instâncias apropriadas (COMAM e Cetesb). Quanto a outras áreas, a supressão é regulamentada por normas específicas, que preveem a compensação, permitindo o rearranjo do espaço urbano sem a perda de qualidade de vida.
Andrea Luswarghi	Santana 09/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede que as falas estejam no resultado final do Plano Diretor.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Andrea Luswarghi	Santana 09/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede que os recursos do projeto do Arco da Inovação sejam revertidos para a regularização dos bairros irregulares.	Os recursos do "Arco da Inovação" são provenientes de um financiamento internacional que tem como escopo obras de mobilidade urbana de grande impacto.
Andrea Luswarghi	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede uma cidade para pessoas e bicicletas	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Andrea Luswarghi	Santana 09/05/2018	Somos Parque Betânia	Pede uma cidade para pessoas e bicicletas	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Andrea Luswarghi	Santana 09/05/2018	Somos Parque Betânia	Pediu que os fóruns sejam filmados.	As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas, ficando registradas em áudio e transcrição.
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Projeto de desenvolvimento e capacitação de jovens.	Consta nas diretrizes do PPDI 2018 o que segue: • Promover a diversificação da matriz econômica, a atração de investimentos e a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre as regiões da cidade. - Desenvolver ações para a diversificação da economia do Município, com maior participação dos setores de comércio, serviços e logística; Em relação a sugestão do projeto de desenvolvimento e capacitação de jovens, consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico, como segue: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Consolidar uma rede de ensino profissionalizante em São José dos Campos, composta por Escolas do Sistema S: SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, articuladas com a Política Municipal de Qualificação de Mão de Obra; Escolas de Qualificação Profissional Públicas Municipais e Escolas de Educação Técnica e Tecnológica do Governo do Estado de São Paulo;
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Proposta de Parque na Vila Betânia.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante em todas as regiões do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservação de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública. O caso particular do terreno na Vila Betânia está sendo discutido em instâncias apropriadas (COMAM e Cetesb). Quanto a outras áreas, a supressão é regulamentada por normas específicas, que preveem a compensação, permitindo o rearranjo do espaço urbano sem a perda de qualidade de vida.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Questionamento de onde está a visão sistêmica do plano.	A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos.
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Questionamento sobre o desenvolvimento econômico, se será somente a construção civil e indústria.	Consta nas diretrizes do PPDI 2018 o que segue: • Promover a diversificação da matriz econômica, a atração de investimentos e a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre as regiões da cidade. - Desenvolver ações para a diversificação da economia do Município, com maior participação dos setores de comércio, serviços e logística; Em relação a sugestão do projeto de desenvolvimento e capacitação de jovens, consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico, como segue: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Consolidar uma rede de ensino profissionalizante em São José dos Campos, composta por Escolas do Sistema S: SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, articuladas com a Política Municipal de Qualificação de Mão de Obra; Escolas de Qualificação Profissional Públicas Municipais e Escolas de Educação Técnica e Tecnológica do Governo do Estado de São Paulo;
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Questionamentos sobre metodologia e consultoria.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos da legislação vigente, especialmente dos art. 40 e art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. Portanto, a proposta preliminar do novo Plano Diretor, elaborada pela equipe de técnicos da SEURBS, com o apoio do IPPLAN e de consultoria técnica especializada, e ainda com o devido acompanhamento do Conselho Gestor competente, é submetida à apreciação da sociedade para revisão, análise e debates.
Andrea Luswarghi	Jardim América 08/05/2018	Movimento Somos Parque Betânia	Solicitações sobre a metodologia da apresentação.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido.
Andrea Paula	Novo Horizonte 11/05/2018	PMSJC (Diretora da escola)	Fala sobre os problemas no trânsito da região leste e em especial na porta da escola.	Vamos estudar a solicitação.
Angela Ap. da Silva	São Francisco Xavier 05/05/2018	Conselho Gestor do PD	Apresentou sua crítica ao cronograma do plano diretor, no qual não oportunizou a participação da população na construção da proposta apresentada. Solicita expansão do prazo e maior discussão.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Angela Ap. da Silva	São Francisco Xavier 05/05/2018	Conselho Gestor do PD	Minha proposta é que ao final seja apresentada toda a proposta do Plano Diretor seja aprovada em uma conferência da cidade e que seja eleito os novos membros do Conselho Gestor ou outra nomenclatura, mas seja eleito o mecanismo que irá fiscalizar e acompanhar a efetivação do Plano Diretor e seu controle Social.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Ângela Ap. Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Conselho Gestor	Coloca que uma parcela do conselho gestor não aprovou a proposta, e seis entidades foram contra. Querem mais tempo para discutir o plano.	O Conselho Gestor do Plano Diretor é um órgão colegiado que contempla representação de diferentes segmentos da sociedade, como movimentos sociais, entidades acadêmicas e profissionais, empresários da construção civil, organizações não governamentais, trabalhadores e o poder público. Como outros conselhos municipais, é um espaço de debates, prevalecendo em suas decisões o consenso obtido por métodos democráticos. A aprovação do cronograma aconteceu no dia 11/4/2018, em reunião do Conselho Gestor, conforme consta em ata disponível no site do Plano Diretor. Cabe destacar que a proposta técnica inicial foi disponibilizada em 20/4/2018, e que a população pode comparecer a 10 fóruns regionais para a discussão da proposta, entre 5/5/2018 e 16/5/2018. Como atendimento as manifestações do Conselho Gestor em reunião do dia 18/7/2018, a proposta final foi disponibilizada com 23 dias de antecedência ao Fórum Final, ou seja, no dia 26/7/2018. Cabe lembrar, por fim, que já foram realizados mais de 40 encontros com a população, todos eles com uma apresentação técnica sobre o conceito de Plano Diretor (nas oficinas de sensibilização em 2016), sobre o diagnóstico técnico (nas oficinas de 2017) ou sobre a proposta (nos fóruns regionais de 2018), totalizando dezenas de horas de explanação verbal sobre o Plano Diretor que a Prefeitura de São José dos Campos propõe.
Ângela Ap. Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Conselho Gestor	Questiona a política urbana descompromissada com o cumprimento da função social da propriedade. Propõe a implementação de uma Política Municipal de Habitação com revisão e revitalização do Conselho Municipal de Habitação, associada ao sistema de mobilidade e locais de oferta de emprego.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espalhada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Ângela Aparecida da Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	A município mostra preocupação sobre o que acontecerá com a população das áreas que receberão investimento viário.	Vamos estudar a solicitação.
Ângela Aparecida da Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Diz que o Plano diretor queimou etapas e que o tempo foi muito curto para a população discutir as propostas.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos
Ângela Aparecida da Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Fala sobre algumas ZEIS que não estão mais no novo Plano Diretor. Crítica que algumas ZEIS foram retiradas. Diz que mesmo o número de áreas irregulares tenha aumentado, elas não podem ser retiradas dos próximos planos.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Ângela Aparecida da Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Pede para que as propostas sejam apresentadas a população antes da discussão com a população.	A proposta revisada deverá ser discutida no chamado Fórum Final, a ser definido e agendado com o Conselho Gestor do Plano Diretor.
Ângela Aparecida da Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Questiona que o município e a região norte não estão sendo compensados sobre o uso de água da represa do Jaguari que são destinadas a outras cidades	O município, em conjunto com outros da Bacia do Jaguari, está buscando negociar com o governo estadual compensações pelo uso do potencial hídrico. O Plano Diretor afirma uma posição clara Quanto à necessidade de buscar esta compensação.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Defende as diretrizes entregues pela ATUS - São Francisco Xavier.	Agradecemos a contribuição e participação.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Defende transporte público de qualidade ao invés de construção de vias.	Um bom transporte público, depende de boas vias construídas.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Eixo 1 - Questiona a política urbana descompromissada com o cumprimento da função social da propriedade. Propõe a Implementação de uma Política Municipal de Habitação com revisão e revitalização do Conselho Municipal de Habitação, associada ao sistema de mobilidade e locais de oferta de emprego.	Proposta está sendo estudada para o Plano Diretor.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Eixo 2 - Propõe a implementação de uma Política de regularização fundiária e do respectivo programa, destinados à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo sucesso na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Eixo 3 -Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Eixo 4 - Inclusão do Plano Diretor de todos os Instrumentos jurídicos e urbanísticos que permitam viabilizar uma política habitacional e de regularização fundiária mais ágil e eficaz no cumprimento do objetivo de redução das desigualdades no Município.	Os instrumentos jurídicos serão os apontados na atual legislação de regularização fundiária que é a lei nº 13465/2017.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Parabeniza a participação dos moradores da comunidade do Banhado (Jardim Nova Esperança).	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Pede uma conferência maior e mais discussão.	A proposta ora apresentada foi previamente discutida em reuniões nos anos de 2016 e 2017, num total de mais de 40 eventos realizados até o término dos fóruns regionais. Boa parte das decisões foram tomadas após sugestões da população, e as contribuições destes fóruns estão sendo consideradas para a reformulação da proposta, a ser reapresentada no fórum final.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Posiciona-se contra a Outorga Onerosa.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espraiada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área da Economia: Valorização da economia local, dinâmica, criativa e sustentável a partir da cadeia produtiva do setor agro-silvo-pastoril e turístico-artesanal municipal.	Consta nas diretrizes do PPDI 2018 o que segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área da Educação: Criação de creches e cursos profissionalizantes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área da Saúde: Novas instalações de exames médicos, convênio com o município de Monteiro Lobato, centros de reabilitação, aquisição de geradores, transporte para SJC, etc.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área de Cultura, pensando em reconstruções de casas de cultura, políticas incentivadoras, de instalação de centros de cultura, políticas de restauro e preservação do patrimônio com a ajuda da FCCR.	Proposta para casa de cultura e outros locais de São Francisco Xavier. Embora o imóvel na praça esteja em reconstrução, a FCCR utiliza o imóvel situado na Rua da Pedra (antiga Fundhas) que fica aproximadamente a 300 m do local, realizando as seguintes oficinas culturais: Viola, Luteria de Viola, Dança Tribal, História em Quadrinhos e Dança de Rua. Além disso, temos atividades em parceria com as seguintes instituições: Projeto Guri: cessão de uso do espaço da Casa de Cultura às terças e quintas à tarde, onde são oferecidos cursos de formação musical para aproximadamente 60 alunos. Biblioteca Solidária: acordo de colaboração com repasses financeiros para manutenção da sede da Biblioteca, do acervo bibliográfico e das atividades culturais oferecidas ao público. Sub-prefeitura de São Francisco Xavier: acordo de utilização do espaço da antiga escola do Bairro dos Remédios, onde oferecemos as oficinas de História em Quadrinhos às 5ª feiras e exibição de filmes às 6ª feiras às crianças do bairro dos Remédios que fica distante do centro de SFXavier. Secretaria de Educação: oficinas culturais dentro da escola e com o Grupo de Aprendizado de Jovens e Adultos (EJA): Bate lata, capoeira, dança de rua e musicalização.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Proposta em São Francisco Xavier na área do Transporte: Plano de Transporte entre bairros e melhoria na linha SFX-SJC	A demanda atual é atendida pela linhas 130A e 130B, onde estas estão ajustadas as ofertas de viagens ao referido local, além disso os usuários contam com as viagens realizadas diariamente pela empresa Cidade Natureza durante todo o dia, inclusive aos finais de semana, no momento não existe previsão de aumento no atendimento pelas linhas 130A e 130B.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Governança: Criação de Subprefeitura, Conselho Administrativo Local, Dotação Orçamentária, Repasse financeiro por ser um Distrito Produtor de Água e Poupa Tempo local	Já há uma subprefeitura no local, vinculada à Secretaria de Manutenção da Cidade. Não há dotação orçamentária específica para o distrito, pois a despesa é atrelada às secretarias que prestam serviço à população local, não restringindo ao desembolso necessário para o bom atendimento. Será feito estudo pela secretaria de urbanismo e sustentabilidade sobre a possibilidade de mecanismos de compensação financeiras sobre a produção de água.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local habitável.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Regularização Fundiária.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Solicita mapa ambiental demonstrando as áreas de plantio de eucalipto.	No âmbito dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado e do Desenvolvimento Rural Sustentável, o município vem trabalhando para o mapeamento de formações florestais e suas fitofisionomias. No entanto, a contratação de estudos dessa natureza está alinhado com as necessidades apontadas nesses planos e demandam recursos. No atual momento, está em fase de contratação o estudo para o mapeamento do bioma cerrado cuja predominância na área urbana requer atenção prioritária. Quanto às demandas pontuais, referente à plantios irregulares e violações em áreas de preservação permanente, deverão ser encaminhadas diretamente à Fiscalização.
Angela Silva	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor	Sugere que seja feita uma Conferência da Cidade para aprovação do Plano Diretor	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população são devidamente analisadas.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área da Economia: Valorização da economia local, dinâmica, criativa e sustentável a partir da cadeia produtiva do setor agro-silvo-pastoril e turístico-artesanal municipal.	· Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Fortalecer a propriedade rural, mediante apoio ao pequeno e médio produtor e em especial ao agricultor familiar, através de convênios e parcerias com órgãos técnicos; - Incentivar a implantação de arranjos produtivos relacionados ao agronegócio e estímulo ao desenvolvimento de agroindústria com produtos de maior valor agregado; - Estimular a agricultura sustentável, em suas variantes agroecológica, orgânica, biodinâmica e natural e favorecer a comercialização direta dos produtos ao consumidor; - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área da Educação: Criação de creches e cursos profissionalizantes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área da Saúde: Novas instalações de exames médicos, convênio com o município de Monteiro Lobato, centros de reabilitação, aquisição de geradores, transporte para SJC, etc.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área de Cultura, pensando em reconstruções de casas de cultura, políticas incentivadoras, de instalação de centros de cultura, políticas de restauro e preservação do patrimônio com a ajuda da FCCR.	Proposta para casa de cultura e outros locais de São Francisco Xavier. Embora o imóvel na praça esteja em reconstrução, a FCCR utiliza o imóvel situado na Rua da Pedra (antiga Fundhas) que fica aproximadamente a 300 m do local, realizando as seguintes oficinas culturais: Viola, Luteria de Viola, Dança Tribal, História em Quadrinhos e Dança de Rua. Além disso, temos atividades em parceria com as seguintes instituições: Projeto Guri: cessão de uso do espaço da Casa de Cultura às terças e quintas à tarde, onde são oferecidos cursos de formação musical para aproximadamente 60 alunos. Biblioteca Solidária: acordo de colaboração com repasses financeiros para manutenção da sede da Biblioteca, do acervo bibliográfico e das atividades culturais oferecidas ao público. Sub-prefeitura de São Francisco Xavier: acordo de utilização do espaço da antiga escola do Bairro dos Remédios, onde oferecemos as oficinas de História em Quadrinhos às 5ª feiras e exibição de filmes às 6ª feiras às crianças do bairro dos Remédios que fica distante do centro de SFXavier. Secretaria de Educação: oficinas culturais dentro da escola e com o Grupo de Aprendizado de Jovens e Adultos (EJA): Bate lata, capoeira, dança de rua e musicalização.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Proposta em São Francisco Xavier na área do Transporte: Plano de Transporte entre bairros e melhoria na linha SFX-SJC	A demanda atual é atendida pela linhas 130A e 130B, onde estas estão ajustadas as ofertas de viagens ao referido local, além disso os usuários contam com as viagens realizadas diariamente pela empresa Cidade Natureza durante todo o dia, inclusive aos finais de semana, no momento não existe previsão de aumento no atendimento pelas linhas 130A e 130B.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Governança: Criação de Subprefeitura, Conselho Administrativo local, Dotação Orçamentária, Repasse financeiro por ser um Distrito Produtor de Água e Poupa Tempo local	Já há uma subprefeitura no local, vinculada à Secretaria de Manutenção da Cidade. Não há dotação orçamentária específica para o distrito, pois a despesa é atrelada às secretarias que prestam serviço à população local, não restringindo ao desembolso necessário para o bom atendimento. Será feito estudo pela secretaria de urbanismo e sustentabilidade sobre a possibilidade de mecanismos de compensação financeiras sobre a produção de água.
Angela Silva	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor e Monte Castelo	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Antônio Braga	São Francisco Xavier 05/05/2018	Município	Propõe a criação que ZEIS e expansão do perímetro urbano para a população de baixa renda a fim de mitigar a existência do núcleos irregulares	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Aparecida Figueiredo	Centro 16/05/2018	Associação Semente e Planearte	Defende a implementação de hortas comunitárias nas escolas municipais e estaduais. Exemplificou falando sobre as práticas e ações de educação ambiental com crianças.	É projeto de várias escolas, cada escola organiza conforme sua demanda e características.
Aparecida Figueiredo	Centro 16/05/2018	Associação Semente e Planearte	Defende a implementação de hortas comunitárias nas escolas municipais e estaduais. Exemplificou falando sobre as práticas e ações de educação ambiental com crianças.	A implementação de hortas comunitárias está inserida na diretriz de meio ambiente que pretende "Promover processos de Educação Ambiental, de caráter formal, fortalecendo a educação ambiental nos sistemas de ensino, e não formal, efetivando a participação democrática da sociedade civil na gestão ambiental no município". Além das hortas já implantadas nas escolas, destaca-se o Projeto de Hortas Comunitárias já realizado nas Unidades Básicas de Saúde, que amplia as ações educação ambiental e saúde pública para a comunidade.
Ariana Miranda Kreff Oliveira	Santana 09/05/2018	Instituto Marilu Godoi	Faz propostas de curto, médio e longo prazo para a conscientização e defesa dos animais e do meio ambiente	Destacamos que: " Desenvolver a política municipal para a fauna silvestre e doméstica, com vistas ao controle de espécies invasoras, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa, bem como a garantia do Bem-estar Animal" é uma das Diretrizes de Meio Ambiente contemplada nesta proposta.
Ariana Miranda Kreff Oliveira	Santana 09/05/2018	Instituto Marilu Godoi	Faz propostas de curto, médio e longo prazo para a conscientização e defesa dos animais e do meio ambiente	Destacamos que: " Desenvolver a política municipal para a fauna silvestre e doméstica, com vistas ao controle de espécies invasoras, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa, bem como a garantia do Bem-estar Animal" é uma das Diretrizes de Meio Ambiente contemplada nesta proposta. além disso, a Educação Ambiental é uma das preocupações da Prefeitura de SJC e que se reflete na proposta do Plano Diretor que prevê a consolidação do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) e a promoção dos processos de Educação Ambiental, de caráter formal, fortalecendo a educação ambiental nos sistemas de ensino, e não formal, efetivando a participação democrática da sociedade civil na gestão ambiental no município.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudessemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Arthur Retean Bove	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Caio Almeida	Jardim América 08/05/2018	Munícipe	Mobilidade urbana no Plano é focada no Transporte Individual.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município.
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Apoia a regularização dos bairros clandestinos.	O Plano Diretor prevê a continuidade do programa de regularização fundiária.
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Apoia a regularização dos bairros clandestinos.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito ao longo dos anos. O apoio da população é parte importante desse processo.
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Parque na área vazia do Aquários.	Trata-se de uma gleba de propriedade particular, localizada, segundo a proposta do Plano Diretor, na Macrozona de Consolidação e sob a influência de uma das centralidades da proposta. Como a área possui mais de 100.000m ² , seu parcelamento deverá ocorrer por meio de loteamento. A legislação vigente exige, para implantação de loteamentos, a destinação de áreas voltadas à manutenção e restauração florestal e às funções recreativas e de lazer. A soma dessas áreas representa no mínimo 20% da área objeto de loteamento. Assim todo loteamento, quando aprovado, terá esse percentual de área totalmente arborizado e equipado, através de projetos paisagísticos previamente aceitos pela Prefeitura, além da arborização do sistema viário, também previamente conferido pela prefeitura.
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Parque na área vazia do Aquários.	Trata-se de gleba particular, indicada na proposta do Plano Diretor, como Centralidade voltada para implantação de usos residenciais, comerciais e de serviços; cuja ocupação dar-se-á por meio de loteamento, cujo projeto definirá: os lotes; as ruas e avenidas; a localização das áreas institucionais voltadas para implantação de equipamentos comunitários; e as áreas verdes e de lazer e restrição ambiental, que serão objeto de projetos paisagísticos e de arborização.
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Reitera a necessidade da participação da população.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Solicita a continuidade na obra da Arena e novos equipamentos urbanos e sociais.	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Caionelson José Rosa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Solicita a melhoria da mobilidade e da infraestrutura.	Recentemente foram executadas travessias elevadas e rampas de acessibilidade, e a liberação da rua emílio marelo ligando a av. corifeu de azevedo marques e recentemente foi liberado a 2ª fase da via oeste.
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Crítica o custo da Arco da Inovação e pede para usar em outras áreas.	O Arco da Inovação desafogará a atual rotatória do Colinas. Já estava previsto no plano macroviário da cidade.
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Pede a manutenção de estradas rurais	Todas as estradas são feitas com programação da Regional Norte
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Pede a municipalização das escolas da zona rural.	Necessita sempre de estudo para implantação.
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Pede para a Zona Rural os mesmos equipamentos públicos que os bairros da cidade possuem.	Devido à menor intensidade da ocupação, e às características de acessibilidade e distribuição física dos núcleos populacionais, o atendimento de serviços na macrozona rural obedece a critérios específicos. O Plano Diretor, no entanto, possui diretrizes específicas para estruturar melhor a macrozona rural (ver por exemplo diretriz e da seção 1.3, "Macrozoneamento rural": "Instituir programas para dotação de serviços públicos e equipamentos comunitários básicos para atendimento à população rural." Nos casos de núcleos que venham a ser regularizados, ainda é possível a destinação de áreas públicas para a implantação destes equipamentos.
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Pede para que se facilite abertura de empresas para o pequeno produtor rural.	Consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico como segue: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Desenvolver mecanismos que promovam agilidade nos processos de licenciamento da atividade econômica, com a finalidade de atrair novos empreendimentos e investimentos para o Município; - Promover a agilidade na formalização de empreendimentos estabelecidos em núcleos de assentamento informais e especialmente os regularizados.
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Pede que quando for necessária a retirada do morador, que a prefeitura possa colocar a população no entorno da região de origem e não para outras regiões da cidade.	Em alguns Programas Habitacionais e o MCMV se enquadram nessa regra, a demanda habitacional, por lei, não pode ser regionalizada.
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	Solicita investimento e incentivo para os eventos culturais da área rural e da região norte.	Na região norte apoiamos instituições e coletivos na realização de ações culturais e de preservação da cultura tradicional. O Museu do Folclore com a preservação das manifestações populares como Folia de Reis e outras; a Festa do Mineiro e a Festa do Tropeiro são exemplos de atividades desta natureza na região norte
Carlos Alberto Fernandes Pinto	Bonsucesso 12/05/2018	Conselho Gestor Buquirinha/Bonsucesso	UBS para a região Norte e Rural	Existe a UBS Bonsucesso com Equipe da Estratégia da Família
Carlos Caldeira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Convocou a participação da população na discussão do Plano e a conhecer o trabalho desenvolvido e protocolado pelo grupo de SFX.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor.
Carlos Caldeira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Solicita a inclusão de capítulo a parte no Plano Diretor. Menciona a questão do saneamento deficitário com impacto direta na atividade turística local. Solicita atenção ao documento protocolado por moradores locais.	Solicitação foi acolhida. Agradecemos a contribuição e participação.
Carlos Eduardo Munis	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Destaca a baixa representatividade da população de São Francisco Xavier no Fórum. Crítica o discurso sobre temas que não interessam à população.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A Prefeitura deu ampla publicidade a realização dos Fóruns Regionais, sendo o convite à participação no processo de discussão do Plano Diretor extensivo a todos os municípios. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido.
Caroline Barielle	Centro 16/05/2018	Movimento Passe Livre / Mulheres Anarquistas de SJC	Diz que a população vai ser tirada para ir para pequenos apartamentos longe da cidade.	A Localização é de acordo com os empreendimentos que puderam ser viabilizados.
Caroline Barielle	Centro 16/05/2018	Movimento Passe Livre / Mulheres Anarquistas de SJC	Diz que o Banhado é cartão postal para quem olha de cima, e se esquece que lá em baixo há vida.	O Banhado está classificado como Área de Proteção Ambiental em razão de sua importância cultural, paisagística e ambiental para os moradores da Cidade.
Caroline Barielle	Centro 16/05/2018	Movimento Passe Livre / Mulheres Anarquistas de SJC	Propoem que via banhado não seja construída, e pede regularização do banhado.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. projeto já desenvolvido, DPV, no dia não temos programação para execução.
Caroline Barielle	Centro 16/05/2018	Movimento Passe Livre / Mulheres Anarquistas de SJC	Propoem que via banhado não seja construída, e pede regularização do banhado.	Devido as condições insalubres do local, não está em estudo regulariza-lo.
Castorina Maria de Azevedo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	SAB	Pede a regularização dos bairros da zona rural, em especial o Capuava.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A Prefeitura está contratando empresa de topografia para realizar o levantamento planialtimétrico cadastral do loteamento. Somente após isso poderá fazer as análises jurídicas, ambientais, de risco de escorregamento e sociais do loteamento para definir qual o perímetro a ser regularizado.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da lei de uso e ocupação do solo.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Cecília A. Castro Cesar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Mais ciclovias	Mapa do Sistema Cicloviário Estrutural aprovado no Plano de Mobilidade Urbana LC576/2016 -preve as conexões das ciclovias interligando a malha cicloviária do município.
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Não para a ponte estaiada e para a Via Banhado.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O arco da inovação Constituído pela interceptação entre as avenidas Eduardo Cury, São João e Dr. Jorge Zarur e pelas Pontes Leonardo Kumitsu Suzuki e Pr Paulo Leivas Macalão, o complexo viário, usualmente denominado rotatória do Colinas, tem se afirmado como o entroncamento de tráfego mais adensado na área urbana de São José dos Campos. Localizado na Zona Centro-Oeste e compreendendo três das mais relevantes vias arteriais do sistema viário do “centro expandido” da cidade, esse complexo intermedia diariamente a linha de desejo entre origem e destino para uma expressiva parcela da população em atividade na cidade.
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Não para a verticalização da cidade	De acordo com os objetivos e diretrizes expressos para as macrozonas, áreas de desenvolvimento estratégico, centralidades e habitação de interesse social a proposta define que a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo deverá ser revista, simplificada e consolidada, seguindo diretrizes específicas estabelecidas
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Preservar as nascentes do banhado (Borba Gato).	A concha do banhado está inserida em duas unidades de conservação regulamentadas por lei, a APA Estadual de Banhado e Parque Natural Municipal do Banhado. Além da efetiva implantação do parque, o plano propõe a regulamentação da APA Municipal Planícies Aluvionares do Rio Paraíba do Sul e do Rio Jaguari que deverá trazer diretrizes específicas para a preservação dessa área. O plano diretor propõe ainda a gestão compartilhada com o Estado de forma
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Saúde mais acessível.	A estrutura da Saúde em São José dos Campos é composta de 40 Unidades Básicas de Saúde, 2 Ambulatórios de Especialidades, 2 Centros de Reabilitação, 4 CAPS (Psico-social), 7 Unidades de Pronto Atendimento sendo 1 de Saúde Mental, 10 Residências Terapêuticas, 2 Ambulatórios de Saúde Mental (1 adulto e 1 infantil), 3 Hospitais (Municipal, Clínica Sul e Regional), SAMU e 1 Unidade de álcool e drogas. Apesar da crescente procura pela rede pública de saúde, acredita-se que com a atual estrutura o município consiga atender a população de forma satisfatória.
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Seriedade nas políticas públicas de moradia	Políticas são feitas dentro das Leis vigentes.
Celinna Vas Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Transporte público de qualidade e tarifas mais justas.	As Tarifas são reajustadas conforme necessidade, por conta do aumento ou baixa de diversos insumos e fatores externos, como salários de motoristas e cobradores, etc.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Cícero Zuza	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Destaca que as linhas de ônibus disponíveis para a região não atendem à demanda da comunidade.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
Cícero Zuza	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Diz que a indústria de celulose e papel destruiu as vias do bairro com o tráfego de caminhões.	A Empresa foi notificada e feito devidos reparos nas estradas
Cícero Zuza	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Pede a regularização do bairro Recanto dos Tamoios.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Cícero Zuza	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Pede a regularização do bairro Recanto dos Tamoios.	XI. Fortalecer a fiscalização ambiental através da aplicação e revisão dos instrumentos existentes, bem como por meio da criação de ferramentas eficientes e inovadoras.
Cioni Vaz Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Levar a infraestrutura para as bordas da cidade onde já existe a população.	Continuar o processo de regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais é um dos principais objetivos definidos na proposta. Dentre as diretrizes estabelecidas para alcançar o objetivo proposto, consta a necessidade de identificar os núcleos urbanos informais de interesse social para fins de regularização fundiária, prover de infraestrutura os núcleos urbanos informais regularizados e promover a qualificação urbanística dos núcleos regularizados.
Cioni Vaz Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Propõe a construção de parques ecológicos nas áreas vazias.	A expansão da política de parques está contemplada no objetivo de proteção da paisagem natural, na qual a diretriz c. estabelece: "Dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante, integrando-os através de uma rede de corredores verdes, estabelecendo conectividade entre os parques;". Além dos parques já existentes, o Mapa 14 apresenta um conjunto de parques que deverão ser estabelecidos no município nos próximos anos. Partindo do entendimento que as áreas vazias são glebas a serem parceladas, esclarece-se que no processo de parcelamento do solo para loteamento, obrigatoriamente, uma parcela da área será destinada como Áreas Verdes Públicas, que, em alguns casos, poderão constituir parques urbanos. A legislação vigente exige, para implantação de loteamentos, a destinação de áreas voltadas à manutenção e restauração florestal e às funções recreativas e de lazer. A soma dessas áreas representa no mínimo 20% da área objeto de loteamento. Assim todo loteamento, quando aprovado, terá esse percentual de área totalmente arborizado e equipado, através de projetos paisagísticos previamente aceitos pela Prefeitura, além da arborização do sistema viário, também previamente conferido pela prefeitura.
Cioni Vaz Tostes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Sugere alternativa para conduzir o Fórum: Apresentação do tema, enquanto municípios tiram dúvidas.	As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas
Claudia De Oliveira	Santana 09/05/2018	Munícipe	Que a audiência no legislativo ocorra em horário extraordinário.	A sugestão será avaliada por ocasião da definição do rito das Audiências Públicas
Claudia De Oliveira	Santana 09/05/2018	Munícipe	Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	Está sendo discutido para o Plano Diretor.
Cláudia Vanessa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores Recanto dos Tamoios	Regularização do bairro do Recanto dos Tamoios, para que tenham acesso ao saneamento básico, infraestrutura e equipamentos.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Claudia Vanessa de Oliveira S. Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Fortalecer a participação popular no Plano Diretor e discussões sobre o planejamento da cidade nas escolas.	Participou da elaboração do Plano Diretor, como todas secretarias e analisou todas demandas encaminhadas durante as audiências.
Claudia Vanessa de Oliveira S. Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Fortalecer a participação popular no Plano Diretor e discussões sobre o planejamento da cidade nas escolas.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Claudia Vanessa de Oliveira S. Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Pede a regularização do bairro Recanto dos Tamoios.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Claudia Vanessa de Oliveira S. Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Pede para prefeitura explicar como será a exploração econômica da região de ligação entre a Rodovia dos Tamoios e a Rodovia Carvalho Pinto.	De acordo com a proposta do PD, as áreas de desenvolvimento estratégico (ADE) consistem em núcleos de caráter historicamente associado à implantação de empreendimentos econômicos de grande porte na cidade. Contemplam ainda áreas em que se deseja vocacionar um desenvolvimento sustentável e diversificado, contribuindo para a justa distribuição da atividade econômica no território municipal. São objetivos da ADE Potencial Tamoios: 3.6. ADE Potencial Tamoios I. Incentivar a implantação de atividades logísticas, beneficiando-se do entroncamento viário das rodovias Tamoios e Carvalho Pinto. II. Articular eixos de conexão com municípios da região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. III. Preservar os fragmentos de vegetação nativa e as áreas de relevância hídrica da ADE.
Claudia Vanessa de Oliveira S. Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Questiona as obras de mobilidade não concluídas na região.	No bairro foi realizado o tratamento superficial em 2016, sendo que neste departamento não temos previsão de obras para o endereço.
Cláudia Vanessa de Oliveira Santos Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Eixo 3 -Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	Está em estudo o uso da ZEIS para incentivar a produção de unidades habitacionais.
Cláudia Vanessa de Oliveira Santos Lopes	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação de Moradores e Proprietários Recanto dos Tamoios	Eixo 5 - Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal.
Cláudia Vanessa Lopes	Centro 16/05/2018	Advogada do núcleo Recanto dos Tamoios	Contaminação da água de poço por coliformes fecais. Solicita fornecimento de água.	Além das questões atreladas ao processo de regularização fundiária, ressalta-se que as diretrizes de meio ambiente prevê a promoção de programa de saneamento rural sustentável que deverá contemplar ações para melhorias do esgotamento sanitário de áreas não atendidas pelo sistema de coleta e tratamento da área urbana.
Cláudia Vanessa Lopes	Centro 16/05/2018	Advogada do núcleo Recanto dos Tamoios	Falta de ônibus no Recanto dos Tamoios.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
Cláudia Vanessa Lopes	Centro 16/05/2018	Advogada do núcleo Recanto dos Tamoios	Parabeniza a organização, metodologia do evento e o bom atendimento.	As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Cláudia Vanessa Lopes	Centro 16/05/2018	Advogada do núcleo Recanto dos Tamoios	Regularização do Recanto dos Tamoios.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Claudia Vanessa O. S. Lopes	Centro 16/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Implantação de rede de água potável no Recantos dos Tamoios.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Claudia Vanessa O. S. Lopes	Centro 16/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Regularização fundiária aos bairros informais.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Eixo 2 - Propõe a implementação de uma Política de regularização fundiária e do respectivo programa, destinados à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo sucesso ao longo dos anos. O apoio da população é parte importante desse processo.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Eixo 4 - Inclusão do Plano Diretor de todos os Instrumentos jurídicos e urbanísticos que permitam viabilizar uma política habitacional e de regularização fundiária mais ágil e eficaz no cumprimento do objetivo de redução das desigualdades no Município.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo sucesso ao longo dos anos. O apoio da população é parte importante desse processo.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Eixo 6 - Inseparabilidade entre a política de regularização fundiária e as políticas públicas de habitação de interesse social, uso e ocupação do solo, macrodrenagem, mobilidade urbana e de prevenção e redução de riscos	Todos os setores são consultados na elaboração de políticas.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área da Economia: Valorização da economia local, dinâmica, criativa e sustentável a partir da cadeia produtiva do setor agro-silvo-pastoril e turístico-artesanal municipal.	Consta nas Diretrizes do PDDI 2018 o que segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Incentivar a implantação de arranjos produtivos relacionados ao agronegócio e estímulo ao desenvolvimento de agroindústria com produtos de maior valor agregado; - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área da Educação: Criação de creches e cursos profissionalizantes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área da Saúde: Novas instalações de exames médicos, convênio com o município de Monteiro Lobato, centros de reabilitação, aquisição de geradores, transporte para SJC, etc.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área de Cultura, pensando em reconstruções de casas de cultura, políticas incentivadoras, de instalação de centros de cultura, políticas de restauro e preservação do patrimônio com a ajuda da FCCR.	Proposta para casa de cultura e outros locais de São Francisco Xavier. Embora o imóvel na praça esteja em reconstrução, a FCCR utiliza o imóvel situado na Rua da Pedra (antiga Fundhas) que fica aproximadamente a 300 m do local, realizando as seguintes oficinas culturais: Viola, Luteria de Viola, Dança Tribal, História em Quadrinhos e Dança de Rua. Além disso, temos atividades em parceria com as seguintes instituições: Projeto Guri: cessão de uso do espaço da Casa de Cultura às terças e quintas à tarde, onde são oferecidos cursos de formação musical para aproximadamente 60 alunos. Biblioteca Solidária: acordo de colaboração com repasses financeiros para manutenção da sede da Biblioteca, do acervo bibliográfico e das atividades culturais oferecidas ao público. Sub-prefeitura de São Francisco Xavier: acordo de utilização do espaço da antiga escola do Bairro dos Remédios, onde oferecemos as oficinas de História em Quadrinhos às 5ª feiras e exibição de filmes as 6ª feiras às crianças do bairro dos Remédios que fica distante do centro de SFXavier. Secretaria de Educação: oficinas culturais dentro da escola e com o Grupo de Aprendizado de Jovens e Adultos (EJA): Bate lata, capoeira, dança de rua e musicalização.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Proposta em São Francisco Xavier na área do Transporte: Plano de Transporte entre bairros e melhoria na linha SFX-SJC	A demanda atual é atendida pela linhas 130A e 130B, onde estas estão ajustadas as ofertas de viagens ao referido local, além disso os usuários contam com as viagens realizadas diariamente pela empresa Cidade Natureza durante todo o dia, inclusive aos finais de semana, no momento não existe previsão de aumento no atendimento pelas linhas 130A e 130B.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Governança: Criação de Subprefeitura, Conselho Administrativo local, Dotação Orçamentária, Repasse financeiro por ser um Distrito Produtor de Água e Poupa Tempo local	Já há uma subprefeitura no local, vinculada à Secretaria de Manutenção da Cidade. Não há dotação orçamentária específica para o distrito, pois a despesa é atrelada às secretarias que prestam serviço à população local, não restringindo ao desembolso necessário para o bom atendimento. Será feito estudo pela secretaria de urbanismo e sustentabilidade sobre a possibilidade de mecanismos de compensação financeiras sobre a produção de água.
Claudia Vanessa O.S Lopes	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Recanto dos Tamoios	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Governança: Criação de Subprefeitura, Conselho Administrativo local, Dotação Orçamentária, Repasse financeiro por ser um Distrito Produtor de Água e Poupa Tempo local	Já há uma subprefeitura no local, vinculada à Secretaria de Manutenção da Cidade. Não há dotação orçamentária específica para o distrito, pois a despesa é atrelada às secretarias que prestam serviço à população local, não restringindo ao desembolso necessário para o bom atendimento. Será feito estudo pela secretaria de urbanismo e sustentabilidade sobre a possibilidade de mecanismos de compensação financeiras sobre a produção de água.
Cláudio Calazans Camargo	Jardim das Industrias 07/05/2018	Vereador	Criação de novas vias para o desenvolvimento da mobilidade da Região Oeste.	O Mapa da Macroestrutura viária do município contempla a solicitação.
Claudionor A. S. Reis	Vila Industrial 15/05/2018	Munícipe	Travessia elevada nas escolas.	DPV (neste momento não temos travessia p execução)
Cori Pereira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Eixo 2 - Propõe a implementação de uma Política de regularização fundiária e do respectivo programa, destinados à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.	A Prefeitura está contratando empresa de topografia para realizar o levantamento planialtimétrico cadastral do loteamento. Somente após isso poderá fazer as análises jurídicas, ambientais, de risco de escorregamento e sociais do loteamento para definir qual o perímetro a ser regularizado.
Cori Pereira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Menciona a precariedade da zeladoria urbana. Cita a obrigatoriedade de regularização fundiária instituída pela Lei Orgânica do Município e solicita a Implementação de Política e Programa de Regularização Fundiária de todos os núcleos informais	A Administração Distrital está recebendo novos bolsistas, que possibilitarão melhor o trabalho de manutenção do centro urbano e das vias.
Cori Pereira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Menciona a precariedade da zeladoria urbana. Cita a obrigatoriedade de regularização fundiária instituída pela Lei Orgânica do Município e solicita a Implementação de Política e Programa de Regularização Fundiária de todos os núcleos informais	A Prefeitura está contratando empresa de topografia para realizar o levantamento planialtimétrico cadastral do loteamento. Somente após isso poderá fazer as análises jurídicas, ambientais, de risco de escorregamento e sociais do loteamento para definir qual o perímetro a ser regularizado.
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Diz ser contra a proposta de regularização fundiária do PD.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo sucesso na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Cori Pereira De Souza	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Diz ser contra a proposta de regularização fundiária do Plano Diretor.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo sucesso na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Cori Pereira De Souza	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Ligação da via Cambuí com a região norte.	Na primeira fase a Via Cambuí interligará a Região Sudeste x Leste
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede atendimento de telefonia para a região rural	Sua proposta será encaminhada para a Concessionária responsável.
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede infraestrutura para o povo local na zona rural.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A comissão de moradores foi recebida recentemente pelo diretor de Regularização Fundiária para esclarecimentos a cerca da regularização do bairro.
Cori Pereira De Souza	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Pede infraestrutura para o povo local na zona rural.	A infraestrutura poderá ser implantada após a regularização dos núcleos urbanos informais de acordo com a lei federal nº 13465/2017.
Cori Pereira De Souza	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Pede que a reativação da subprefeitura da zona norte com recursos próprios e autonomia para resolver os problemas da região.	As subprefeituras estão vinculadas à Secretaria de Manutenção da Cidade, por conta da grande demanda por serviços. Ela possui autonomia administrativa para tratar das solicitações de manutenção que lhes são feitas.
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede que a reativação da subprefeitura da zona norte com recursos próprios e autonomia para resolver os problemas da região. Pede a descentralização da subprefeitura.	As subprefeituras estão vinculadas à Secretaria de Manutenção da Cidade, por conta da grande demanda por serviços. Ela possui autonomia administrativa para tratar das solicitações de manutenção que lhes são feitas.
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede que a UPA do Alto da Ponte se transforme em um hospital.	As UPAS são serviços assistenciais de saúde em que todos os ambientes necessários ao seu funcionamento devem respeitar as normas preconizadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, RDC ANVISA Nº 50/2002 e, uma vez que, são obras financiadas pelos órgãos públicos, também devem respeitar as orientações contidas nas normas de financiamento destes órgãos. Os Códigos de Edificações e Leis de Uso do Solo de cada município devem ser respectivamente respeitados na elaboração de cada Unidade. Com base na referência a Portaria GM/MS Nº 1020, de 13 de maio de 2009 que implementa os parâmetros de referência da relação entre a população da região e os números de atendimentos. Destacamos a importância de um bom planejamento para traçar a meta que se pretende atingir com o sistema de saúde. Com um diagnóstico da rede locoregional e análise dos serviços que a compõem. Além disso, é importante conhecer os perfis epidemiológicos e de morbimortalidade da população para traçar as necessidades específicas de cada unidade. O Ministério da Saúde através da portaria nº 1044/GM/2004, inclui a política nacional para Inserção de Hospital de Pequeno Porte na rede hierarquizada de atenção à saúde, porém para que o município seja contemplado é necessário preencher critérios técnicos estabelecidos por essa portaria junto com SMS e órgãos públicos municipal, estadual e federal.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Cori Pereira De Souza	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Pede que a UPA do Alto da Ponte se transforme em um hospital.	As UPAS são serviços assistenciais de saúde em que todos os ambientes necessários ao seu funcionamento devem respeitar as normas preconizadas pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, RDC ANVISA Nº 50/2002 e, uma vez que, são obras financiadas pelos órgãos públicos, também devem respeitar as orientações contidas nas normas de financiamento destes órgãos. Os Códigos de Edificações e Leis de Uso do Solo de cada município devem ser respectivamente respeitados na elaboração de cada Unidade. Com base na referência a Portaria GM/MS Nº 1020, de 13 de maio de 2009 que implementa os parâmetros de referência da relação entre a população da região e os números de atendimentos. Destacamos a importância de um bom planejamento para traçar a meta que se pretende atingir com o sistema de saúde. Com um diagnóstico da rede locoregional e análise dos serviços que a compõem. Além disso, é importante conhecer os perfis epidemiológicos e de morbimortalidade da população para traçar as necessidades específicas de cada unidade. O Ministério da Saúde através da portaria nº 1044/GM/2004, inclui a política nacional para Inserção de Hospital de Pequeno Porte na rede hierarquizada de atenção à saúde, porém para que o município seja contemplado é necessário preencher critérios técnicos estabelecidos por essa portaria junto com SMS e órgãos públicos municipal, estadual e federal.
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede serviços públicos de manutenção para a região, tais como: troca de lâmpadas, consertos de buracos na rua, recapeamento de ruas e serviços de capina.	Todos os serviços são de Programação das Regionais com prioridade na manutenção.
Cori Pereira De Souza	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Pede serviços públicos de manutenção para a região, tais como: troca de lâmpadas, consertos de buracos na rua, recapeamento de ruas e serviços de capina.	Inserido na Programação de roçada do município.
Cori Pereira De Souza	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede um projeto de turismo, ecoturismo para a região norte	Consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue: IV. Desenvolvimento do turismo - Promover atividades de turismo associadas aos atributos naturais e construídos no Município, em especial nos setores aeroespacial e tecnológico, de negócios, hospitalar e de saúde, ecoturismo, cultural e esportivo;
Cosme Vitor	Santana 09/05/2018	Associação de Favelas de São José dos Campos	Crítica o projeto do Arco da Inovação e a Via Jaguari.	A Via Jaguari irá permitir um novo acesso da Região Norte x Centro e numa segunda fase irá interligar também a Região Oeste do Município
Cosme Vitor	Santana 09/05/2018	Associação de Favelas de São José dos Campos	Afirma que a Proposta do Plano é uma peça de ficção científica.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos da legislação vigente, especialmente dos art. 40 e art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. Portanto, a proposta preliminar do novo Plano Diretor, elaborada pela equipe de técnicos da SEURBS, com o apoio do IPPLAN e de consultoria técnica especializada, e ainda com o devido acompanhamento do Conselho Gestor competente, é submetida à apreciação da sociedade para revisão, análise e debates.
Cosme Vitor	Centro 16/05/2018	Associação de Favelas	Leilão do prédio no banhado.	Está sendo conduzido pela Secretaria de Gestão Administrativas e Finanças.
Cosme Vitor	Centro 16/05/2018	Associação de Favelas	Não tem calendário para realizar a regularização fundiária.	A Prefeitura tem um cronograma de regularização de fundiária até 2020 que é acompanhado pelo Ministério Público.
Cosme Vitor	Santana 09/05/2018	Associação de Favelas de São José dos Campos	Questiona como a via Cambuí está sendo implantada se o morro do regaço foi demarcado como área de Risco.	O local já foi demarcado para a obra.
Cosme Vitor	Centro 16/05/2018	Associação de Favelas	Questionamento quanto a construção de vias no antigo Morro do Regaço.	A Via Cambuí irá margear o Bairro do Honda com encaixe na Av. J. K. Até o momento não temos outros projetos viários para o local.
Cosme Vitor	Santana 09/05/2018	Associação de Favelas de São José dos Campos	Reclama da política de "higienização" da prefeitura, retirando as pessoas do centro para abrir espaço para as vias e realoca-las na periferia.	A localização dos empreendimentos habitacionais é determinada pela possibilidade de viabilização de sua construção.
Cosme Vitor	Santana 09/05/2018	Associação de Favelas de São José dos Campos	Reclama da política de "higienização" da prefeitura, retirando as pessoas do centro para abrir espaço para as vias e realoca-las na periferia.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espalhada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Cosme Vitor	Centro 16/05/2018	Associação de Favelas	Retirada de equipamentos públicos do Jardim Nova Esperança.	Este Departamento não está envolvido na retirada dos equipamentos citados.
Cosme Vitor	Centro 16/05/2018	Associação de Favelas	Retirada de equipamentos públicos do Jardim Nova Esperança.	A população tem acesso a todos os equipamentos e serviços públicos tanto na região central quanto em toda a cidade.
Cristiane Teixeira Rocha Coutinho	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Municipal	Pede para que haja conscientização dos moradores dos danos da contaminação de água, lençol freático e terra.	A Educação Ambiental é uma das preocupações da Prefeitura de SJC e que se reflete na proposta do Plano Diretor nos itens I, XIII e XIV das Diretrizes de Meio Ambiente: "I. A Política Ambiental do Município baseia-se fundamentalmente nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. XIII. Consolidar o Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) para a participação cidadã na construção de um município justo, ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diverso e politicamente atuante. XIV. Promover processos de Educação Ambiental, de caráter formal, fortalecendo a educação ambiental nos sistemas de ensino, e não formal, efetivando a participação democrática da sociedade civil na gestão ambiental no município."
Cristiane Teixeira Rocha Coutinho	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Municipal	Questiona a execução do projeto de escola integral.	Necessita sempre de estudo para implantação.
Cristina Jesus Monteiro	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Saneamento Básico	A Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade está trabalhando para a implantação de 200 unidades de tratamento de esgoto doméstico sustentáveis, com recursos captados junto à Agência Nacional das Águas. Ao mesmo tempo, estão sendo buscadas soluções para o esgoto clandestino que é lançado no Rio do Peixe na área urbana do distrito.
Cristina Moreira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Posiciona que o Plano Diretor deve priorizar a questões da população local já residente de São Francisco Xavier, promovendo acesso a saúde, educação, saneamento básico e regularização fundiária.	A Administração Distrital está recebendo novos bolsistas, que possibilitarão melhor o trabalho de manutenção do centro urbano e das vias. O plano diretor prevê a transformação de Barreira e Ferreiras em zona urbana. É proposta a regularização fundiária do núcleo dos Remédios e de um núcleo em Santa Bárbara. O plano diretor já contém diretrizes neste sentido, no item referente ao "Sistema de equipamentos urbanos e sociais".
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Daniela do A. Moretti	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Daniela Maretti	Centro 16/05/2018	Municipe	Considerações e consequências da via banhado.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado
Daniela Maretti	Centro 16/05/2018	Municipe	Preservação do bairro Esplanada.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Daniela Maretti	Centro 16/05/2018	Município	Proposta de implementação da "Via Vidoca"	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Daniela Maretti	Centro 16/05/2018	Município	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Não há projeto para a regularização do local.
Davi Moraes	Centro 16/05/2018	Representante dos moradores do Banhado.	Posiciona-se contra a violência da polícia para com os moradores do Jardim Nova Esperança.	Em relação à estrutura dos órgãos de segurança (Polícias Civil e Militar), esta demanda compete ao Governo do Estado de São Paulo, não sendo de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos.
Davi Moraes	Centro 16/05/2018	Representante dos moradores do Banhado.	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014 (último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
Davi Moraes	Centro 16/05/2018	Representante dos moradores do Banhado.	Retirada de equipamentos públicos do Jardim Nova Esperança.	Este Departamento não está envolvido na retirada dos equipamentos citados.
Davi Moraes	Centro 16/05/2018	Representante dos moradores do Banhado.	Retirada de equipamentos públicos do Jardim Nova Esperança.	A população tem acesso a todos os equipamentos e serviços públicos tanto na região central quanto em toda a cidade.
Davi Moraes	Centro 16/05/2018	Representante dos moradores do Banhado.	Se posiciona contra a Via Banhado.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região.
Davis Reis	Santana 09/05/2018	Município	Potencial de Santana para exploração dos vazios para a verticalização, que seja com outorga onerosa.	A região de Santana integra a Macrozona de Consolidação, e está associada a ADE-Santana/Parque da Cidade e a Rede de Centralidades propostas, onde estão previstos maiores incentivos urbanísticos para sua revitalização e desenvolvimento
Delsnira Magalhães	São Francisco Xavier 05/05/2018	Sociedade Amigos de São Francisco Xavier (SASFX)	Gostaria de pedir atenção de vocês já responsáveis pelo Plano Diretor que dessem atenção aos documentos já apresentados pela comunidade. São Francisco Xavier necessita ser olhado de uma maneira própria, com suas peculiaridades e necessidades.	Agradecemos a contribuição e participação.
Delsnira Magalhães	São Francisco Xavier 05/05/2018	Sociedade Amigos de São Francisco Xavier (SASFX)	Solicita atenção aos documentos protocolados pela comunidade de São Francisco Xavier no qual estão apresentadas as necessidades e as propostas de população local.	Agradecemos a contribuição e participação.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e ciclovias.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Denise Ribeiro Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locacionais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Diego	Santana 09/05/2018	Munícipe	A Ponte estaiada (Arco da Inovação) não é a prioridade de investimento.	O Arco da Inovação desafogará a atual rotatória do Colinas. Já estava previsto no plano macroviário da cidade.
Diego	Santana 09/05/2018	Munícipe	Cobra locais de lazer pra os jovens do bairro.	Informamos que a Secretaria oferece na área de Esporte e Qualidade de Vida atividades dirigidas no Centro Esportivo Casa do Jovem, Centro Comunitário Alto da Ponte, Centro Poliesportivo Altos de Santanae Ginásio de Esportes da Vila Maria
Diego	Santana 09/05/2018	Munícipe	Cobra políticas para que as empresas permaneçam na cidade.	A política de manutenção das empresas na cidade bem como a de expansão e atração de novas empresas é tratada, atualmente, pela lei de incentivo, Lei Complementar 256/03. Consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Efetivar políticas econômicas específicas para as Áreas de Desenvolvimento Estratégico, objetivando o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre as diferentes regiões do Município;
Diego	Santana 09/05/2018	Munícipe	Crítica ter fechado o Cine Benedito Alves.	O Cine Benedito Alves aguarda licitação e obras para reformas estruturais que ficaram pendentes e atendimento de itens de segurança que são essenciais ao funcionamento e autorização dos bombeiros para emissão do AVCB.
Diego	Santana 09/05/2018	Munícipe	Questiona a presença de poucos vereadores no fórum.	O convite a participação no processo de discussão do Plano Diretor é extensiva a todos os municípios e autoridades.
Diego Gomes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Cobra políticas para que as empresas permaneçam na cidade.	A política de manutenção das empresas na cidade bem como a de expansão e atração de novas empresas é tratada, atualmente, pela lei de incentivo, Lei Complementar 256/03. Consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Efetivar políticas econômicas específicas para as Áreas de Desenvolvimento Estratégico, objetivando o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre as diferentes regiões do Município;
Diego Gomes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Crítica quanto à paralização do projeto do centro vivo pela atual gestão.	A área central tem uma posição destacada entre as centralidades devido ao seu caráter simbólico e atrativo como referência e identidade dos cidadãos e visitantes. Em diversas escalas, o centro retém uma grande parcela de distribuição de bens e serviços. Propõe-se para esta área, especialmente, políticas relacionadas ao adensamento populacional (uso misto) e requalificação urbana
Diego Gomes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Destaca a ausência de alternativas de lazer noturno para os jovens da cidade.	O assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Diego Gomes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Destaca a ausência de políticas públicas de combate ao uso de drogas e de saúde.	O município conta com uma Política sobre Drogas estabelecida, que está em continua construção em consonância com os Governos Estadual, Federal e a comunidade local. Atualmente, além do trabalho para melhorar as políticas já estabelecidas de tratamento, repressão e reinserção, trabalha-se fortemente em prevenção. Em outubro de 2017 foi implantado no município o Projeto de Prevenção Coalizão São José que prevê ações planejadas, articuladas e executadas em conjunto com a Comunidade. Esse projeto que é reconhecido mundialmente, estabelecido em 23 países com sucesso comprovado, foi iniciado na região sul e em previsão de expansão para outras regiões do município até o final do ano.
Diego Gomes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Destaca a ausência de políticas públicas de combate ao uso de drogas e de saúde.	Destacamos a existência da Política Municipal de Combate às drogas e o acolhimento diário, em âmbito SUS, no CAPS AD e no SAMA; além da UPA Saúde Mental nos casos de emergência e internações quando necessárias.
Diego Gomes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Destaca a ausência de políticas públicas de habitação.	Programas Habitacionais em convênio com CDHU e Governo Federal foram criados, além do Programa de Planta Popular.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Diego Valdivia	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Questiona a ausência dos núcleos urbanos irregulares já existentes em São Francisco Xavier nos mapas do plano diretor e defende a existência desses núcleos	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária. O processo de regularização de interesse social é de responsabilidade da Prefeitura, enquanto que o de interesse específico é de responsabilidade do loteador ou dos adquirentes de lotes. A partir da leitura técnica, foi proposto no Mapa de ZEIS, o enquadramento em ZEIS de todos os loteamentos de interesse social e dos loteamentos regularizados com infraestrutura faltante situados em zona urbana. Quanto a produção de moradia, entendemos que o simples gravame de ZEIS em áreas vazias não é garantia para a efetiva implantação de conjuntos habitacionais nos locais. A ausência ou o baixo montante de recursos financeiros governamentais para financiamento da "Casa Própria" associado ao alto custo da terra urbana dificulta a viabilidade efetiva dessa política. A existência de recursos subsidiados através de programas habitacionais para financiar a produção é essencial para viabilizar as ZEIS. Para tanto, estamos propondo o coeficiente de aproveitamento básico para toda a área urbana, e a aquisição de coeficiente adicional por meio de outorga onerosa para todos os empreendimentos verticais, estando isento do pagamento àqueles de interesse social, para possibilitarmos a aprovação desses empreendimentos habitacionais nas áreas mais infraestruturadas, proporcionando melhor qualidade de vida a essa população e combatendo a periferização da Cidade. Os recursos provenientes do pagamento da Outorga Onerosa serão destinados a programas habitacionais.
Divina Azevedo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Solicita mudança na Lei de Zoneamento	De acordo com os objetivos e diretrizes expressos para as macrozonas, áreas de desenvolvimento estratégico, centralidades e habitação de interesse social a proposta define que a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo deverá ser revista, simplificada e consolidada, seguindo diretrizes específicas estabelecidas no Plano Diretor.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Construção da UNILESTE (Universidade Municipal da Zona Leste) com os cursos de Engenharia Aeronáutica, Medicina e Ciências Tecnológicas de alto Nível.	Agradecemos a contribuição e participação.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Construção de um cemitério municipal com crematório na Zona Leste.	Será avaliada com a URBAM a possibilidade e viabilidade do atendimento da demanda, de acordo com o atendimento já existente dos cemitérios um
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Construção de uma ciclo-faixa no lado direito da Rua Gustavo Rico Toro e de uma ciclovia e pista de caminhada na extensão da Rua Estados Unidos	O Mapa da Macroestrutura Cicloviária do município contempla a solicitação, e o Plano de Mobilidade Urbana- LC 576/2016 traz como anexo o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Construção UPA Vista Verde e UPA Novo Horizonte, AME Zona Leste e Programa de Saúde da Família e atendimento em domicílio.	Construção UPA Vista Verde - Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas. UPA NOVO HORIZONTE - Obras de adequação em fase de finalização com previsão de entrega ao público em 27/07/2018. Projeto da ampliação da Estratégia Saúde da Família em elaboração
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Construir vias marginais a dutra de acesso, ida e volta para a Zona Leste.	As vias marginais são de domínio da concessionária CCR Nova Dutra.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Creches em tempo integral para atender as famílias necessitadas do Jardim Diamante, Vista Verde, Jardim Motorama, Jardim São Vicente, Bairro Jardim Nona Detroit, Jardim Pararangaba e Jardim Americano.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Critica que as SABs não estão recebendo retorno por parte da administração pública com relação as propostas de LDO, LOA e LZU (Lei de Zoneamento Urbano)	O documento foi recebido e encaminhado às Secretarias. Como foi entregue fora do prazo, as sugestões já haviam sido compiladas e entregues a cada secretário anteriormente. De toda forma cada secretaria irá analisar o documento e será dado retorno sobre as sugestões.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Critica que as SABs não estão recebendo retorno por parte da administração pública com relação as propostas de LDO, LOA e LZU (Lei de Zoneamento Urbano)	Com relação ao zoneamento, informamos que o mesmo será revisto após a aprovação do Plano Diretor sendo que o processo de discussão terá ampla publicidade.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Desativação da Estação de tratamento de Esgoto no bairro Vista Verde	Já desativado
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Elaborar estudos para a construção do Parque Ecológico Vista Verde	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante em todas as regiões do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservações de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. A Vista Verde possui um conjunto de áreas verdes, áreas de preservação permanente, nascente, que potencialmente poderão ser valorizadas por meio da implantação de um parque ou de corredores verdes.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Empenho de verbas para o enfeite de natal do centro comercial vista verde e árvore de natal iluminada	Agradecemos sua contribuição para definir as metas e as prioridades da cidade.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Estudos Junto a secretaria Municipal de Planejamento Urbano para viabilizar o fechamento do Bairro Vista Verde, ressaltando que o esboço do projeto já está pronto. Pede também que não sejam criados impedimentos para o fechamento do bairro	A autorização de fechamento de loteamentos situados em Zonas Residenciais – ZR's está regulamentada pela Lei Municipal nº 5441/99 e pelo Decreto nº15812/14, devendo as associações interessadas protocolarem o projeto de fechamento para as devidas análises técnicas e legais.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Instalar academia ao ar livre na praça das Américas e na Praça José Benedito Miguel. Cobertura nas quadras do Bairro Vista Verde. Construção de um Centro Poliesportivo com pista de skate.	Conforme memorando 59/SEQV-GAB/2018 encaminhado à SEURBS, informamos que já existe uma academia ao ar livre a 500 metros do local indicado pelo solicitante, dessa forma não há a necessidade de instalar outra ATI. Quanto à construção do Centro Poliesportivo com pista de skate, a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Intalação de câmeras de segurança em diversas ruas do bairro, principalmente das 19h as 7h	Em relação à solicitação de instalação de câmeras de segurança em diversas ruas do Bairro Vista Verde, o Plano Diretor prevê, na Diretriz VIII da Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão, a ampliação e expansão do Sistema de Câmeras de Videomonitoramento, aumentando as áreas cobertas pela segurança eletrônica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Manutenção do status quo imitio do Bairro Vista Verde como ZR2, proibindo a verticalização. Proibição de atividades comerciais, empresariais, serviços ou esportivas em ruas internas. Transformar o trecho da rua Brasília em ZUC2. autorizar a verticalização do Centro comercial 2 permitindo no máximo 8 andares.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Melhorar os serviços de reciclagem e coleta de lixo reciclavel, construção da PEV.	O instrumento de planejamento da gestão de resíduos municipal é Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) que estabelece diretrizes e metas para a gestão de contratos junto às prestadoras de serviços. . No âmbito do plano diretor, tanto a diretriz de meio ambiente quanto a de manutenção da cidade reconhecem a importância desse plano para a melhoria da gestão de resíduos no município. Especificamente para a região leste, o plano prevê a construção mais 4 PEVs, atendendo a população da Vista Verde inclusive.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Nagumo para atendimento dos moraodres dos bairros da Zona Leste	Um dos objetivos da proposta é o de fortalecer, na área urbana do Município, a formação de uma rede de centralidades com diversidade de usos para aproximar moradia, trabalho e demais espaços de atividades.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	O municie propõe para a segurança do bairro Vista Verde que seja construido estrutura de órgãos de segurança pública para a região Leste, como Delegacia de Policia e Guarda Municipal. Sugere a desapropriação do prédio da antiga casa de shows Kalabary para instalação da 1ª CIA da Policia Militar que hoje se encontra em local impróprio e inadequado.	Em relação à estrutura dos órgãos de segurança (Policías Civil e Militar), esta demanda compete ao Governo do Estado de São Paulo, não sendo de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Ocupação das escolas no periodo noturno e aos sabados para a realização de palestras e cursos profissionalizantes	Todas escolas municipais atendem à demanda da comunidade para a realização de atividades.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Pede o monitoramento permanente do da REVAP/PETROBRÁS	A Refinaria Henrique Lage possui planos próprios para contenção de emergências. Vale destacar que o surgimento de loteamentos, tais como os recém-liberados na região do Alambari (entre o Jardim Mariana II e o Santa Cecília), contribuem para a viabilização de rotas viárias alternativas, promovendo diversificação de rotas em caso de emergências no pólo petroquímico. ok? Refinaria - Risco
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Realização de eventos culturais nos bairros emparceria com as SABs	A Fundação Cultural está aberta a parcerias na realização de ações e programas culturais, inclusive através de edital para formalizar Termo de colaboração, basta que a SAB se inscreva ou procure informações na sede. Quanto a rede de bibliotecas municipais, as mesmas estão sob a gestão da Secretaria de Educação.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Recapamento de todas as ruas do bairro e substituição dos abrigos de ônibus antigos	Os abrigos de ônibus vem sendo trocados gradativamente, conforme necessidade e disponibilidade de material para tais trocas. Existe um controle de recapeamento, o bairro vista verde já se encontra vistoriado e as programações para recapeamento estao sendo feitas de forma a atender prioritariamente os corredores principais do município e em posterior as demandas de bairros conforme a prioridade de cada caso. sendo que os serviçosde manutenção sempre que necessarios são executados.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Redirecionar os recursos da SDS para a construção do Centro Comunitário da Vista Verde	A Assistência Social não adota mais o modelo de Centros Comunitários para atendimento à população. Atualmente os atendimentos são realizados em suas unidades: CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social).
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Reflorestar e preservar o entorno da nascente na APP no Vista Verde. Desviar o duto de água pluvial que está sedo despejado na nascente da Rua Cidade de Lima. Demarcação e fechamento das áreas verdes APPs. Lizeza e conservação permanente das APPs. Reflorestar a área desocupada da antiga ETE.	A diretriz de meio ambiente estabelece a elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado para proteger, em especial, seus remanescentes, assegurando a manutenção das funções ambientais de áreas de preservação permanentes (APP), consolidando políticas públicas para revitalização de nascentes, córregos e rios urbanos, bem como promover ações visando à segurança hídrica no Município. A nascente do Vista Verde já está inserida no Programa Revitalização de Nascentes, no qual são realizadas ações para a restauração florestal. No mais, a preservação, conservação e manutenção de parques e outras áreas verdes do município são diretrizes de meio ambiente e manutenção da cidade na proposta do plano diretor. Destaca-se ainda a proposta de ressignificação dos rios e córregos para a criação de espaços de convívio, contemplação e lazer, reestabelecendo os serviços ecossistêmicos e integrando a comunidade à paisagem natural. Dessa forma, com a valorização desses locais, espera-se que problemas associados a usos indevidos e insegurança sejam minimizados.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Reforma do alambrado da Rua Lima, do portão do Centro Poliesportivo e do muro da Rua Estados Unidos	Feito vistoria – Em programação
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Regularização e integração da comunidade Vilinha, antiga Granja do Tanakada)	Para processamento da regularização é necessário que os moradores protocolem pedido e se comprometam com todos os custos e valores de infraestrutura necessária.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Repasse de verbas para as SABs.	O repasse de verba pública deve acontecer de acordo com os casos regulamentados na legislação brasileira, preservando a autonomia das entidades representativas de moradores. Informamos que há a possibilidade de repasse por programas específicos de investimentos de empresas estatais, como a Petrobrás.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Retorno da biblioteca Nathalie Alvarado Gomes a Delegacia de Policia da Zona Leste.	A Fundação Cultural está aberta a parcerias na realização de ações e programas culturais, inclusive através de edital para formalizar Termo de colaboração, basta que a SAB se inscreva ou procure informações na sede. Quanto a rede de bibliotecas municipais, as mesmas estão sob a gestão da Secretaria de Educação.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Retorno da biblioteca Nathalie Alvarado Gomes a Delegacia de Policia da Zona Leste.	Em relação à Delegacia de Polícia da Zona Leste do Município, esta demanda compete ao Governo do Estado de São Paulo, não sendo de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos.
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Revitalização da Praça Júlio Shimabukuro. Nivelamento e reurbanização da praça Javé Nissi e reurbanização das demais praças	A revitalização da praça entrará em programação do Programa Minha Praça de Volta
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	Revitalização do Centro Comercial Setor 1 Rua Argentina e Rua Santa Fé. Estudo para a construção do Centro Comercial 2 na Rua Brasília e Rua Cidade de Washington. Estudo para construção de um mini-shopping-center com inatalação de serviços públicos (Poupatempo, mini prefeitura, vigilância sanitária, URBAM, Defensoria pública, Juizado Especial, etc), bancos, lojas, escritórios e serviços diversos.	Neste Plano Diretor está prevista uma Centralidade no Jardim Motorama.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Domingos Malhone	Centro 16/05/2018	Saviver	ZOONOZE, reativação do programa de recolhimento de anomais abandonados e vacinação anual de cães e gatos.	O CCZ enquanto uma Unidade do Sistema Único de Saúde, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses, ficando claro que toda ação, atividade e estratégia de vigilância, prevenção e controle de que trata esta Portaria está relacionada às zoonoses e acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Portanto, respaldada pela LEI Nº 12.916, DE 16 DE ABRIL DE 2008, o recolhimento é feito somente mediante foco na promoção e proteção da saúde humana não se configura em ação ou serviço público de saúde, pois nem todo animal doméstico é de relevância para a saúde pública, já que constituem parte da fauna antrópica existente. Assim, exceto para regiões com zoonoses de alto potencial de disseminação em áreas endêmicas/epidêmicas específicas, estes animais serão a minoria na população local de animais domiciliados e não domiciliados. Sua determinação deverá considerar a correlação entre a intervenção no(s) animal(is) e sua representatividade no controle de uma determinada doença transmitida para a população humana. Informamos que as Campanhas municipais, promovidas pelo Centro de Controle de Zoonoses, anuais ocorrem normalmente, por período e cronograma previamente veiculado pela mídia, por folders e cartazes, onde, em média, cerca de 39 mil animais são vacinados em Campanha, além da rotina diária de vacinação exercida ao longo do ano, nos dias e horários de expediente da Unidade.
Domingos Manhone	Centro 16/05/2018	Vice presidente da SAVIVER	Criação de área de lazer na estrada velha de São José dos Campos para Caçapava.	A Proposta define as Áreas Especiais de Interesse Ambiental e as Áreas de Proteção Ambiental no Município e contempla ainda as Diretrizes Setoriais de Meio Ambiente. Com o objetivo de promover o incremento de Áreas Verdes e Sistema de Lazer Públicos, Foi definido um conjunto de áreas, que deverão ser destinadas à implantação de Parques Urbanos.
Domingos Manhone	Centro 16/05/2018	Vice presidente da SAVIVER	Receio na mudança do Zoneamento do bairro Vista Verde.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que a Prefeitura nunca investiu em serviços públicos básicos no banhado.	A população tem acesso a todos os equipamentos e serviços públicos tanto na região central quanto em toda a cidade.
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que a prefeitura planeja a cidade para uma pequena parcela da população. Com infraestrutura de mobilidade sendo realizada na zona Oeste	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como ferramenta o fortalecimento das centralidades consolidadas com estratégias específicas para cada região do município sendo elas: Centro, Leste, Sul e Norte.
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que moradores do banhado não querem sair de lá.	O trabalho no Banhado tem envolvido também a parte social.
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que muitas coisas estão sendo executadas na cidade antes da consolidação do Plano Diretor (vias, pontes, etc).	Plano diretor é um documento que deve sintetizar e tornar explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelecer princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos. A lei Complementar nº 306 de 17 de novembro de 2006 aprova e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI atualmente vigente no município de São José dos Campos.
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que não há um plano de reassentamento no município.	Programas Habitacionais em análise, são voltados para demanda inscrita.
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que PMSJC desrespeitou as regras do BID em relação a política de regularização do Banhado.	Em relação ao Banhado a Prefeitura não tem nenhum compromisso com o BID.
Douglas Almeida	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Solicita um plano de urbanização e regularização do Banhado.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestruturado.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Dulce Rita	Novo Horizonte 11/05/2018	Câmara Municipal (Vereadora)	Parabeniza a proposta que foi estruturada de acordo com os anseios das oficinas anteriores.	Agradecemos a contribuição e participação.
Dulce Rita	Novo Horizonte 11/05/2018	Câmara Municipal (Vereadora)	Pede atenção para o tema Sustentabilidade.	O Plano Diretor contempla diretrizes específicas para a Sustentabilidade. A proposta de Centralidades e as Áreas de Desenvolvimento Estratégico, na medida em que diversificam as economias locais, permitem também uma racionalização da mobilidade e do adensamento no município. As diretrizes ambientais reconhecem a importância de se construir, revisar e implementar políticas públicas que visem alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, sobretudo os que se relacionam diretamente com as políticas de meio ambiente, tais como água potável e saneamento, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ações contra a mudança global do clima e proteção da biodiversidade.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Dulce Rita	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Dulcinéia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Fala da descrença e do desânimo da população na participação popular.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido
Dulcinéia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Falta de ônibus no bairro Limoeiro.	O Referido bairro é atendido pelas linhas 311 e 306, e atualmente suas demandas estão ajustadas as ofertas de viagens no referido bairro que ainda é atendido pelas linhas 119, 237 e 319 em horários escolares ao municípes que estudam na UNIP, atendendo assim também aos moradores do Limoeiro.
Dulcinéia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Questiona o suporte da região para a instalação de um novo contingente populacional.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Dulcinéia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Questiona o suporte da região para a instalação de um novo contingente populacional.	O suporte de infraestrutura básica e equipamentos é dimensionado para atender ao contingente populacional formalmente instalado na cidade. As solicitações e os questionamentos específicos serão encaminhados às Secretarias Municipais responsáveis.
Dulcinéia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Questiona o suporte da região para a instalação de um novo contingente populacional.	Na implantação de novos empreendimentos habitacionais, é feito estudo para o atendimento da nova população pelos equipamentos públicos.
Edelmar Barbosa	Vila Industrial 15/05/2018	Munícipe	Solicita a regulamentação da lei da ZEIS, coloca que há grande discriminação social e racial no Jd São José.	O uso desse instrumento é regulamentado pelo Plano Diretor.
Ederson Vinícius Bizarria	Residencial Gazzo 14/05/2018	Munícipe	Preocupação com o suporte de novos contingentes populacionais na área.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Ederson Vinícius Bizarria	Residencial Gazzo 14/05/2018	Munícipe	Preocupação com o suporte de novos contingentes populacionais na área.	Estamos atentos ao adensamento populacional da região.
Ederson Vinícius Bizarria	Residencial Gazzo 14/05/2018	Munícipe	Preocupação com o suporte de novos contingentes populacionais na área.	Destacamos a importância de um bom planejamento para traçar a meta que se pretende atingir com o sistema de saúde. Com um diagnóstico da rede locoregional e análise dos serviços que a compõem. Além disso, é importante conhecer os perfis epidemiológicos e de morbimortalidade da população para traçar as necessidades específicas de cada unidade.
Ederson Vinícius Bizarria	Residencial Gazzo 14/05/2018	Munícipe	Relata os problemas de preservação das nascentes do bairro eda sua associação com o tráfego de drogas.	Em relação aos problemas relacionados ao tráfico de drogas, o Plano Diretor estabelece diversas diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão que procuram minimizar esta triste realidade. Por meio da articulação do Município com as Forças de Segurança Estadual e Federal, busca atuar de forma integrada e conjunta na resolução dos problemas desta natureza.
Ederson Vinícius Bizarria	Residencial Gazzo 14/05/2018	Munícipe	Relata os problemas de preservação das nascentes do bairro eda sua associação com o tráfego de drogas.	A preservação, conservação e manutenção de parques e outras áreas verdes do município são diretrizes de meio ambiente e manutenção da cidade na proposta do plano diretor. Quanto às nascentes e cursos hídricos, destaca-se ainda a proposta de resignificação dos rios e córregos para a criação de espaços de convívio, contemplação e lazer, reestabelecendo os serviços ecossistêmicos e integrando a comunidade à paisagem natural. Dessa forma, com a valorização desses locais, espera-se que problemas associados a usos indevidos e insegurança sejam minimizados.
Edimar Ferreira de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação dos Amigos do Bairro	Incentivar atividades nos Galpões vazios da região das Chácaras Reunidas.	De acordo com a Proposta, o loteamento Chácaras Reunidas faz parte da Área de Desenvolvimento Estratégico - ADE Dutra/Limoeiro na qual se pretende incentivar o potencial existente, buscando a diversificação da atividade econômica e a implantação de novos serviços, assim como promover a ocupação efetiva dos lotes e glebas remanescentes.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Edimar Ferreira de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação dos Amigos do Bairro	Melhora da questão da coleta seletiva a suporte do aterro sanitário e da gestão e manutenção de parques.	O instrumento de planejamento da gestão de resíduos municipal é Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) que estabelece diretrizes e metas para a gestão de contratos junto às prestadoras de serviços. No âmbito do plano diretor, tanto a diretriz de meio ambiente quanto a de manutenção da cidade reconhecem a importância desse plano para a melhoria da gestão de resíduos no município. Da mesma forma, é diretriz de manutenção da cidade, a manutenção e conservação dos parques e outras áreas verdes do município.
Edimar Ferreira de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação dos Amigos do Bairro	Melhora da questão da coleta seletiva a suporte do aterro sanitário e da gestão e manutenção de parques.	Entendemos sua posição, mas lembramos que os dados mostram que o trabalho desenvolvido pela Urbam tem surtido efeito, uma vez que, nos últimos seis meses, recebemos apenas três reclamações pelo 156 referentes à coleta seletiva realizada na região do Campo dos Alemães e Residencial Gazzo. Sobre o tempo de vida útil do aterro sanitário: A Urbam realiza o monitoramento e ampliações necessárias do aterro sanitário. Além disso, se antecipa, estudando alternativas de redução do volume de lixo aterrado.
Edimar Ferreira de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação dos Amigos do Bairro	Melhorar a mobilidade nas Chácaras Reunidas e construir uma ponte na região Sul.	O Mapa da Macroestrutura do município contempla a solicitação.
Edna Zordam Ramos	Jardim das Industrias 07/05/2018	COMSEG Centro-Oeste	Pede mais equipamentos.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Edna Zordam Ramos	Jardim das Industrias 07/05/2018	COMSEG Centro-Oeste	Pede mais equipamentos.	Ampliação da UBS Jardim das Indústrias - inauguração 31/07/2018
Edna Zordam Ramos	Jardim das Industrias 07/05/2018	COMSEG Centro-Oeste	Pede mais infraestrutura.	O plano diretor já contém diretrizes neste sentido, no item referente ao "Sistema de equipamentos urbanos e sociais".
Edna Zordam Ramos	Jardim das Industrias 07/05/2018	COMSEG Centro-Oeste	Pede mais segurança.	Em relação aos anseios básicos como segurança, o Plano Diretor estabelece 10 diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão. Além disso, o Plano Diretor também prevê diretrizes próprias referentes ao Centro de Operações Integradas, à Guarda Civil Municipal, ao Departamento de Fiscalização de Posturas Municipais e à Defesa Civil, de modo que o trabalho integrado dos órgãos subordinados à SEPAC proporcione os melhores resultados na segurança pública em todas as regiões do Município.
Edson Campos	São Francisco Xavier 05/05/2018	Município	Posiciona quanto a necessidade de solucionar a questão do saneamento como forma de valorização de São Francisco Xavier	A Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade está trabalhando para a implantação de 200 unidades de tratamento de esgoto doméstico sustentáveis, com recursos captados junto à Agência Nacional das Águas. Ao mesmo tempo, estão sendo buscadas soluções para o esgoto clandestino que é lançado no Rio do Peixe na área urbana do distrito.
Edson Zamat	Centro 16/05/2018	Município	Perguntas sobre os poços e nascentes que a SABESP contamina e incluir a fragilidade do Rio paraíba no Plano Diretor.	A SABESP é a concessionária contratada pelo município para o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Possíveis falhas no sistema de coleta deverão ser fiscalizadas e exigidas correções no âmbito do contrato junto à Prefeitura. O Rio Paraíba do Sul é um rio federal cuja competência de gestão e fiscalização extrapola a esfera municipal. Na esfera municipal, a proposta do Plano Diretor traz além da implantação do Parque Natural do Banhado, já criado por lei, a regulamentação da APA Municipal das Várzeas do Rio Paraíba do Sul e do Rio Jaguari como unidade de conservação conforme o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Ressalta-se ainda proposta de gestão compartilhada com outras esferas de governo em áreas onde há sobreposição de unidades de conservação.
Edvaldo Amorim	Jardim América 08/05/2018	Município	A apresentação deve ter uma linguagem voltada para o povo.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos.
Edvaldo Amorim	Jardim América 08/05/2018	Município	Priorizar os deslocamentos a pé e o BRT.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município.
Edvaldo Amorim	Jardim América 08/05/2018	Município	Priorizar os espaços vazios da Macrozona de Consolidação para implementação de ZEIS.	No âmbito da política habitacional, a ZEIS é um instrumento importante no desenvolvimento urbano para implantação dos programas habitacionais destinados as chamadas faixas salariais 1 e 1,5; no entanto, o que se observa, é que o simples gravame das mesmas não é garantia para a efetiva implantação de conjuntos habitacionais nos locais. A existência de recursos subsidiados através de programas habitacionais para financiar a produção é essencial para viabilizar as ZEIS. A proposta para a Política Municipal de Habitação, no entanto, tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos.
Elaine Lopes	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Diz que a Polícia e a Guarda Civil são violentas e maltrataram a população local.	Em relação a eventuais ocorrências de violência e mau atendimento à população envolvendo policiais civis e militares, as denúncias ou reclamações devem ser encaminhadas, respectivamente, à Polícia Civil e Militar. Ocorrências pontuais de conduta indevida que envolvam integrantes da Guarda Civil Municipal de São José dos Campos podem ser comunicadas por meio do Serviço de Atendimento 156 ou do e-mail sepac@sjc.sp.gov.br. O Plano Diretor prevê, nas diretrizes referentes à Guarda Civil Municipal, a ampliação da capacitação técnica dos serviços prestados, melhorando o atendimento, como também a qualificação permanente dos agentes, para atendimentos operacionais e educacionais.
Elaine Lopes	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Diz que não poderá manter o mesmo o modo de vida que tem no banhado se for morar em prédios. Diz que hoje cria animais e tem quintal.	Os empreendimentos viabilizados foram em maior quantidade verticais.
Elaine Lopes	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Diz que sua família está ali desde 1945 e argumenta: a Prefeitura fala que os moradores moram em situações precárias, mas não autoriza construir moradias com melhores condições. Diz que construiu no local e corre o risco de perder sua terra.	As remoções se devem em razão de ser área de risco e restrições ambientais.
Elaine Lopes	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Pede Regularização do bairro.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
Elidia Freitas	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Falta de participação popular e que se deve criar mecanismos para chamar a população.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos.
Elidia Freitas	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Regularização fundiária do rio Comprido.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Fabiana Pureza	São Francisco Xavier 05/05/2018	Município	Posiciona a questão do transporte como um fator limitador na geração de renda e qualidade de vida no município	A demanda atual é atendida pela linhas 130A e 130B, onde estas estão ajustadas as ofertas de viagens ao referido local, além disso os usuários contam com as viagens realizadas diariamente pela empresa Cidade Natureza durante todo o dia, inclusive aos finais de semana, no momento não existe previsão de aumento no atendimento pelas linhas 130A e 130B.
Fabiana Pureza	São Francisco Xavier 05/05/2018	Município	Propõe a criação de fundo de desenvolvimento rural, similar ao fundo de desenvolvimento urbano proposto.	Não foi previsto a criação de Fundo Rural pois entendemos tratar-se de uma ação pontual, quando e se for oportuna.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Fabiana Pureza	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Solicita que São Francisco Xavier seja tratado em um capítulo a parte no Plano Diretor de forma a trazer soluções mais focadas e mais práticas para São Francisco.	Solicitação foi acolhida.
Fabiana Vieira	Jardim América 08/05/2018	Conselho Gestor (Aconvap)	Solicitou que a Outorga Onerosa do Direito de Construir seja discutida com mais calma e maior clareza.	A proposta do Plano Diretor não será autoaplicável e aguardará a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que definirá o perímetro das zonas, assim como os respectivos parâmetros de uso e ocupação do solo. No entanto, é fundamental que os coeficientes de aproveitamento estejam presentes no âmbito do Plano Diretor como instrumentos de política urbana que são, e elementos estruturadores da proposta, na busca da Cidade mais justa e inclusiva territorialmente pretendida
Fabiano Lima	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Solicita atenção aos bairros do Barreiras e Ferreiras sejam incluídos na regularização fundiária.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Fabiola Aparecida Andrello	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e ciclovias.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Fabiola Cazeiro Conte	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Fabício Rodrigues da Cruz	Centro 16/05/2018	ASP -Associação Semente Planearte de São José dos Campos	Implantação do Projeto Horta Comunitária nas escolas públicas com a participação da comunidade.	É projeto de várias escolas, cada escola organiza conforme sua demanda e características.
Fabício Rodrigues da Cruz	Centro 16/05/2018	ASP -Associação Semente Planearte de São José dos Campos	Implantação do Projeto Horta Comunitária nas escolas públicas com a participação da comunidade.	A implementação de hortas comunitárias está inserida na diretriz de meio ambiente que pretende "Promover processos de Educação Ambiental, de caráter formal, fortalecendo a educação ambiental nos sistemas de ensino, e não formal, efetivando a participação democrática da sociedade civil na gestão ambiental no município". Além das hortas já implantadas nas escolas, destaca-se o Projeto de Hortas Comunitárias já realizado nas Unidades Básicas de Saúde, que amplia as ações educação ambiental e saúde pública para a comunidade.
Fabício Rodrigues da Cruz	Centro 16/05/2018	ASP -Associação Semente Planearte de São José dos Campos	Solicita a implementação do ônibus elétrico e trólebus em todas as regiões da cidade e de Jacareí até Aparecida do Norte.	As viagens intermunicipais é uma tratativa do estado realizada pela empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATHOS)	Convoca a população ao conhecer a proposta do grupo de São Francisco e participação nas próximas discussões. Solicita devolutiva do texto de lei	Agradecemos a contribuição e participação e informamos que a proposta final será amplamente divulgada à sociedade.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATHOS)	Propõe que a Subprefeitura responda diretamente ao Prefeito e tenha sua dotação orçamentária própria.	Informamos que foi proposta uma reforma administrativa que contemplese a agilidade para as respostas das demandas de todas as secretarias. A principal demanda do distrito é por manutenção e a subprefeitura terá disponibilidade orçamentária maior estando vinculada à secretaria a que ela tem maior demanda. Todos os setores e departamentos respondem diretamente ao Prefeito.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área da Economia: Valorização da economia local, dinâmica, criativa e sustentável a partir da cadeia produtiva do setor agro-silvo-pastoril e turístico-artesanal municipal.	Consta nas diretrizes do PPD 2018 o que segue: - Fortalecer a propriedade rural, mediante apoio ao pequeno e médio produtor e em especial ao agricultor familiar, através de convênios e parcerias com órgãos técnicos; - Incentivar a implantação de arranjos produtivos relacionados ao agronegócio e estímulo ao desenvolvimento de agroindústria com produtos de maior valor agregado; - Estimular a agricultura sustentável, em suas variantes agroecológica, orgânica, biodinâmica e natural e favorecer a comercialização direta dos produtos ao consumidor; - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área da Educação: Criação de creches e cursos profissionalizantes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área da Saúde: Novas instalações de exames médicos, convênio com o município de Monteiro Lobato, centros de reabilitação, aquisição de geradores, transporte para SJC, etc.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse dialogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema publico de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área de Cultura, pensando em reconstruções de casas de cultura, políticas incentivadoras, de instalação de centros de cultura, políticas de restauro e preservação do patrimônio com a ajuda da FCCR.	Proposta para casa de cultura e outros locais de São Francisco Xavier. Embora o imóvel na praça esteja em reconstrução, a FCCR utiliza o imóvel situado na Rua da Pedra (antiga Fundhas) que fica aproximadamente a 300 m do local, realizando as seguintes oficinas culturais: Viola, Luteria de Viola, Dança Tribal, História em Quadrinhos e Dança de Rua. Além disso, temos atividades em parceria com as seguintes instituições: Projeto Guri: cessão de uso do espaço da Casa de Cultura às terças e quintas à tarde, onde são oferecidos cursos de formação musical para aproximadamente 60 alunos. Biblioteca Solidária: acordo de colaboração com repasses financeiros para manutenção da sede da Biblioteca, do acervo bibliográfico e das atividades culturais oferecidas ao público. Sub-prefeitura de São Francisco Xavier: acordo de utilização do espaço da antiga escola do Bairro dos Remédios, onde oferecemos as oficinas de História em Quadrinhos às 5ª feiras e exibição de filmes as 6ª feiras às crianças do bairro dos Remédios que fica distante do centro de SFXavier. Secretaria de Educação: oficinas culturais dentro da escola e com o Grupo de Aprendizado de Jovens e Adultos (EJA): Bate lata, capoeira, dança de rua e musicalização.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área de Cultura, pensando em reconstruções de casas de cultura, políticas incentivadoras, de instalação de centros de cultura, políticas de restauro e preservação do patrimônio com a ajuda da FCCR.	Proposta para casa de cultura e outros locais de São Francisco Xavier. Embora o imóvel na praça esteja em reconstrução, a FCCR utiliza o imóvel situado na Rua da Pedra (antiga Fundhas) que fica aproximadamente a 300 m do local, realizando as seguintes oficinas culturais: Viola, Luteria de Viola, Dança Tribal, História em Quadrinhos e Dança de Rua. Além disso, temos atividades em parceria com as seguintes instituições: Projeto Guri: cessão de uso do espaço da Casa de Cultura às terças e quintas à tarde, onde são oferecidos cursos de formação musical para aproximadamente 60 alunos. Biblioteca Solidária: acordo de colaboração com repasses financeiros para manutenção da sede da Biblioteca, do acervo bibliográfico e das atividades culturais oferecidas ao público. Sub-prefeitura de São Francisco Xavier: acordo de utilização do espaço da antiga escola do Bairro dos Remédios, onde oferecemos as oficinas de História em Quadrinhos às 5ª feiras e exibição de filmes as 6ª feiras às crianças do bairro dos Remédios que fica distante do centro de SFXavier. Secretaria de Educação: oficinas culturais dentro da escola e com o Grupo de Aprendizado de Jovens e Adultos (EJA): Bate lata, capoeira, dança de rua e musicalização.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área de Esporte e Lazer: Poliesportivo e cinturão verde	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Proposta em São Francisco Xavier na área do Transporte: Plano de Transporte entre bairros e melhoria na linha SFX-SJC	A demanda atual é atendida pela linhas 130A e 130B, onde estas estão ajustadas as ofertas de viagens ao referido local, além disso os usuários contam com as viagens realizadas diariamente pela empresa Cidade Natureza durante todo o dia, inclusive aos finais de semana, no momento não existe previsão de aumento no atendimento pelas linhas 130A e 130B.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Estrutura Urbana e Zoneamento: Plano de Saneamento Básico, criação de um "cinturão verde" e mudança de zoneamento.	Quanto à solicitação de criação de cinturão verde, ressalta-se que a proposta do Plano Diretor contempla a criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe. Além disso, o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores nas vias públicas de São Francisco Xavier.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATUS)	Propostas em São Francisco Xavier nas áreas de Governança: Criação de Subprefeitura, Conselho Administrativo local, Dotação Orçamentária, Repasse financeiro por ser um Distrito Produtor de Água e Poupa Tempo local	Já há uma subprefeitura no local, vinculada à Secretaria de Manutenção da Cidade. Não há dotação orçamentária específica para o distrito, pois a despesa é atrelada às secretarias que prestam serviço à população local, não restringindo ao desembolso necessário para o bom atendimento. Será feito estudo pela secretaria de urbanismo e sustentabilidade sobre a possibilidade de mecanismos de compensação financeiras sobre a produção de água.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATHOS)	Solicita que SFX seja tratado como um capitulo a parte. Coloca o distrito como produtor de água e solicita que o recursos seja repassado diretamente para o distrito	Solicitação foi acolhida. O Plano Diretor inclui duas diretrizes neste campo: (a) fomentar a compensação e valorização de serviços ambientais para a preservação e recuperação do ecossistema, de nascentes e corpos d'água e reservatórios; (b) fomentar a compensação e valorização de serviços ambientais para o desenvolvimento e a melhoria dos indicadores sociais d população rural residente nas áreas de produção.
Fátima Gilberti	São Francisco Xavier 05/05/2018	Associação de Turismo Sustentável (ATHOS)	Solicita que SFX seja tratado como um capitulo a parte. Propõe que a Subprefeitura responda diretamente ao Prefeito e tenha sua dotação orçamentária própria. Coloca o distrito como produtor de água e solicita que o recursos seja repassado diretamente para o distrito	Solicitação foi acolhida. O Plano Diretor inclui duas diretrizes neste campo: (a) fomentar a compensação e valorização de serviços ambientais para a preservação e recuperação do ecossistema, de nascentes e corpos d'água e reservatórios; (b) fomentar a compensação e valorização de serviços ambientais para o desenvolvimento e a melhoria dos indicadores sociais d população rural residente nas áreas de produção.
Federica Fochesato	Centro 16/05/2018	Coletivo ciclistas de São José	Conexão total da malha cicloviária de São José dos Campos	Mapa do Sistema Cicloviário Estrutural aprovado no Plano de Mobilidade Urbana LC576/2016 -preve as conexões das ciclovias interligando a malha cicloviária do município.
Federica Fochesato	Centro 16/05/2018	Coletivo ciclistas de São José	Parar com o crescimento de vias para carros na cidade	Vamos analisar a solicitação.
Fernando César Craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Transformar o Jardim Esplanada em área de uso misto.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Falta definição de CA mínimo e especificação de imóveis não utilizados e subutilizados;	A SEURBS estabelecerá o Coeficiente de Aproveitamento Mínimo na tabela de Coeficientes de Aproveitamentos, a ser apresentado na proposta final do Plano Diretor por ocasião do Fórum Final de discussão a ser previamente agendado e publicizado junto à sociedade. Com relação a definição de imóveis não utilizados e subutilizados, esta dar-se-á na regulamentação específica da aplicação do PEUC, após a finalização do Cadastro Multifinalitário da Cidade.
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	A Estrutura Viária não acompanha a ADE;	A macroestrutura viária busca conectar todas regiões da cidade.
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Ampliar as propostas de participação popular na gestão municipal	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Expansão da política de parques;	A expansão da política de parques está contemplada no objetivo de proteção da paisagem natural, na qual a diretriz c. estabelece: "Dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante, integrando-os através de uma rede de corredores verdes, estabelecendo conectividade entre os parques;". Além dos parques já existentes, o Mapa 14 apresenta um conjunto de parques que deverão ser estabelecidos no município nos próximos anos.
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Expansão da política de parques;	A Proposta do PD define as Áreas Especiais de Interesse Ambiental e as Áreas de Proteção Ambiental no Município e contempla ainda, as Diretrizes Setoriais de Meio Ambiente, com o objetivo de promover o incremento de Áreas Verdes e Sistema de Lazer Públicos, foi definido um conjunto de áreas, que deverão ser destinadas à implantação de Parques Urbanos.
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Falta demarcação de ZEIS;	Está sendo estudado o uso da ZEIS para incentivar a produção de unidades habitacionais.
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Integrar projetos sociais as políticas de habitação nas centralidades e centro;	O Trabalho social com beneficiários do Programa Habitacional é incluído nos programas.
Flávia Costa Galvão	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Integrar projetos sociais as políticas de habitação nas centralidades e centro;	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espalhada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Flávio Renato R. de Moura	Centro 16/05/2018	ARES Associação para revitalização do Esplanada	Pede atenção para as questões de drogas, ocupação de propriedades vazias, desemprego e praças que são ocupadas por dependentes químicos. Pede flexibilização das regras.	Em relação aos problemas relacionados a usuários de drogas, o Plano Diretor estabelece diversas diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão que procuram minimizar esta triste realidade. Por meio da articulação do Município com outras esferas de governo, bem como a ação de diversas Secretarias Municipais, busca atuar de forma integrada e conjunta na resolução dos problemas desta natureza.
Francisco Bento Pereira	Novo Horizonte 11/05/2018	Munícipe	Ligação da Região Leste com a Carvalho Pinto.	A SEMOB está desenvolvendo estudos para ligação da Região Leste x Carvalho Pinto
Francisco Bento Pereira	Novo Horizonte 11/05/2018	Munícipe	Pede aprovação da proposta de Centralidade no Novo Horizonte.	Um dos objetivos da proposta é o de fortalecer, na área urbana do Município, a formação de uma rede de centralidades com diversidade de usos para aproximar moradia, trabalho e demais espaços de atividades. A Centralidade no Novo Horizonte é uma das previstas no município.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudessemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Francisco Javier	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Gabriel Alves	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Diz que não existe Plano de macrodrenagem no Plano Diretor.	O Plano Municipal de Macrodrenagem não está vinculado ao Plano Diretor do Município e está em fase de finalização.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Gabriel Alves	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Diz que o Cadastro técnico multifinalitário é básico e que vai vir somente após as discussões do Plano Diretor.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Gabriel Alves	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Pede que o Plano Diretor tenha a visão de futuro da população, as melhorias sociais e econômicas que a população quer.	A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos.
Gabriel Alves	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor	Pediu que o Plano Diretor contemple pactos de todos os segmentos da sociedade, desde a elaboração até sua implantação.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Gabriela Negrao de Oliveira Silva	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Município	Pede a participação da população no processo do Plano Diretor, onde a população se proponha a estar aberta para receber e dar contribuições inovadoras para a melhoria da cidade.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Desestimular a instalação de escolas em áreas saturadas (Como no caso do Jardim Esplanada e Adjacências) e estimulá-la em áreas carentes;	De acordo com a legislação vigente as atividades de ensino não são admitidas nas Zonas residenciais.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da lei de uso e ocupação do solo.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais;	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Incluir na malha viária em projeto a Via Vidoca em substituição da Via Banhado;	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas;	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características iniciais de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais. Proibir leis de regularização/anistia.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Vamos analisar a solicitação.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Vamos analisar a solicitação.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	AABEA	Ofício nº J8LNKB5R7W/3R4L3RS de abaixo-assinado em favor de outro Ofício sobre a Via Vidoca	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Preservar o patrimônio urbanístico, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, os loteamentos criados no final da fase Sanatorial, como é o caso do Jardim Esplanada e Adjacências;	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanístico, paisagístico, ambiental e cultural do município, em particular, loteamentos criados no final da fase Sanatorial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Proibir a criação de novos corredores comerciais nas áreas residenciais já bem atendidas pelo comércio e os serviços;	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Proibir a criação de novos corredores comerciais nas áreas residenciais. Desestimular a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulá-las em áreas carentes.	O assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Proibir as leis de regularização/anistia;	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que a sugestão será avaliada juridicamente para sua inclusão ou não na proposta do Plano Diretor
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	Associação Amigos do Bairro Jardim Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Gerald Jean Francis Banon	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Solicita implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais. Incluir a via vidoca em substituição da via banhado.	Sugestão acolhida.
Gianfranco Asdente	Centro 16/05/2018	Sinduscon	Defende o uso misto de baixo impacto do Jardim Esplanada.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Gilcemar S. dos Santos	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Gilson Costa	Jardim América 08/05/2018	Associação Moradores Canindu, Hawai e Adjacentes	Notificação preliminar para a desocupação do imóvel: V.S.ª deverá proceder a desocupação e demolição do imóvel, pois deixou de cumprir a determinação da defesa civil quanto a mitigação de risco constante na notificação nº433834 de 04/05/16.	Existe a constatação pela Defesa Civil de que a maioria das construções desta área estão em Risco Alto e Muito Alto (R3 e R4), e para que os riscos sejam atenuados ou deixem de existir foi que a administração municipal notificou os moradores, quem não atendeu as recomendações está passível de ser réu numa ação demolitória.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Pede a instalação de equipamentos de saúde e correios.	O Plano Diretor trata de políticas gerais relacionadas à esfera da administração municipal. Infelizmente, a instalação de agências dos Correios não se encaixa diretamente nesta esfera, porém, a proposta trás diretrizes que buscam desenvolver as diversas regiões da cidade, em especial a promoção de centralidades, que procuram aproximar comércio e serviços (além dos consequentes empregos) da população. As solicitações específicas relacionadas à Saúde serão encaminhadas à Secretaria.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Relata o que a população do Pinheirinho precisa de correios.	As ruas já possuem CEP para acesso do Correios.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Relata o que a população do Pinheirinho precisa: segurança, creches de tempo integral, fiscalização com as APP's.	Nova escola de educação infantil funciona em período parcial e integral, foi entregue à comunidade, e em 2019 entregaremos a nova escola de ensino fundamental.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Relata o que a população do Pinheirinho precisa: segurança, creches de tempo integral, fiscalização com as APP's.	Em relação aos anseios básicos como segurança, o Plano Diretor estabelece 10 diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão. Além disso, o Plano Diretor também prevê diretrizes próprias para a Política de Fiscalização de Posturas Municipais, do Centro de Operações Integradas e da Guarda Civil Municipal, de modo que o trabalho integrado dos órgãos subordinados à SEPAC proporcione os melhores resultados na segurança pública em todas as regiões do Município.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Relata o que a população do Pinheirinho precisa: segurança, creches de tempo integral, fiscalização com as APP's.	Entre as diretrizes de Meio Ambiente, a Proposta do PD trás: XI. Fortalecer a fiscalização ambiental através da aplicação e revisão dos instrumentos existentes, bem como por meio da criação de ferramentas eficientes e inovadoras. E entre as propostas de Fiscalização de Posturas Municipais: a. Ampliar o efetivo na proporção do crescimento de normas e leis do Município, de uma forma geral. b. Qualificar todos os agentes fiscais de forma a permitir a ampliação de ações educativas, incluindo a capacitação ambiental, e preventivas evitando ações punitivas.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Relata o que a população do Pinheirinho precisa: transporte e estradas.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários. Está em desenvolvimento projeto para duplicação da Av. João Rodolfo Castelli em toda sua extensão
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Ressalta a importância da participação popular e a qualidade dos equipamentos de educação da região.	Agradecemos. Buscamos melhorar sempre a qualidade na educação.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Ressalta a importância da participação popular e a qualidade dos equipamentos de educação da região.	As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas têm por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor, onde todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Gilson de Souza Rodrigues	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Solicita acesso aos Correios.	As ruas já possuem CEP para acesso do Correios.
Gilson Machado	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores do Águas de Canindú	Apresentou notificação recebida por um cidadão para desocupar um imóvel em área de risco.	Existe a constatação pela Defesa Civil de que a maioria das construções desta área estão em Risco Alto e Muito Alto (R3 e R4), e para que os riscos sejam atenuados ou deixem de existir foi que a administração municipal notificou os moradores, quem não atendeu as recomendações está passível de ser réu numa ação demolitória.
Gilson Machado	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores Águas de Canindú I	Demarcação no Plano Diretor de todos os núcleos informais.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Gilson Machado	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores do Águas de Canindú	Falou da falta de manutenção da cidade na região periférica.	Inserido na manutenção periódica.
Gilson Machado	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores Águas de Canindú I	Propõe que a comunidade do Jardim Nova Esperança seja regularizada e não retirada do local.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestruturado.
Gilson Machado	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Propõe que a prefeitura construa um legislação inclusiva para todas as classes sociais, sobretudo quanto ao tema da regularização fundiária.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espalhada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Gilson Machado	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores do Águas de Canindú	Proposta do Fórum Popular para o plano diretor tem o foco de redução da desigualdade e acesso a moradia digna e à cidade para toda a população.	A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos.
Gilson Machado	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores Águas de Canindú I	Se declara contra a via jaguari, via banhado e ponte estaiada, rejeitando a proposta do Plano Diretor.	O Sistema Viário Via Banhado, Via Jaguari estão previstos na Macroestrutura Viária do Município. O arco da inovação Constituído pela intercepção entre as avenidas Eduardo Cury, São João e Dr. Jorge Zarur e pelas Pontes Leonardo Kumitsu Suzuki e Pr Paulo Leivas Macalão, o complexo viário, usualmente denominado rotatória do Colinas, tem se afirmado como o entroncamento de tráfego mais adensado na área urbana de São José dos Campos. Localizado na Zona Centro-Oeste e compreendendo três das mais relevantes vias arteriais do sistema viário do "centro expandido" da cidade, esse complexo intermedia diariamente a linha de desejo entre origem e destino para uma expressiva parcela da população em atividade na cidade.
Gilson Machado da Costa	Vila Industrial 15/05/2018	Associação de Moradores	Crítica a não inclusão dos alunos do EJA da presente escola na participação do Fórum Regional do Plano Diretor.	A proposta do Plano Diretor contempla dentre seus objetivos estratégicos "Estimular o acesso à habitação, priorizando áreas providas de infraestrutura." E, "Continuar o processo de regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais."; atrelando aos mesmos uma série de diretrizes e a previsão de utilização de instrumentos urbanísticos legais vigentes que possibilitem a produção de moradias especialmente para a população de baixa renda; e regularização fundiária e urbanística dos núcleos informais.
Gilson Machado da Costa	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Destacou a importância de que as propostas das pessoas sejam contempladas, e que a preocupação não seja com a gestão, mas com a cidade dos próximos 10 anos.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos
Gilson Machado da Costa	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Diz que a cidade contribui com o fornecimento de água a outras cidades sem o devido reconhecimento.	Estão previstas diretrizes para a compensação por restrições impostas pelo PDPA, como forma de afirmar uma posição do município de retribuição aos seus municípios, pelas obrigações que advirão da adoção da legislação estadual.
Gilson Machado da Costa	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Diz que SJC precisa corrigir o rumo da distribuição dos recursos na cidade.	O orçamento municipal deve obedecer todo um arcabouço legal que impõe limites máximos e mínimos para a aplicação dos recursos orçamentários do município. Desta forma, historicamente pode-se perceber que apenas cerca de 4% a 5% do orçamento é destinado aos investimentos. Durante a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual são realizadas diversas audiências públicas para colher as demandas e sugestões da população. Após isso, as diversas secretarias analisam a pertinência e a disponibilidade orçamentária de cada sugestão, e assim, elencar as prioridades municipais.
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Eixo 3 -Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	O uso de ZEIS está sendo discutido no Plano Diretor.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Gilson Machado da Costa	Bonsucesso 12/05/2018	Associação dos moradores Águas de Canindu 1 e 2 e Hawai	Eixo 5 - Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos.
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Eixo 5 - Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal.
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Eixo 5 - Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	A Participação pública é estimulada pelos conselhos e audiências públicas.
Gilson Machado da Costa	Vila Industrial 15/05/2018	Associação de Moradores Águas de Canindu	Inclusão do Plano Diretor de todos os Instrumentos jurídicos e urbanísticos que permitam viabilizar uma política habitacional e de regularização fundiária mais ágil e eficaz no cumprimento do objetivo de redução das desigualdades no Município.	A proposta do Plano Diretor contempla dentre seus objetivos estratégicos “Estimular o acesso à habitação, priorizando áreas providas de infraestrutura.” E, “Continuar o processo de regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais.”; atrelando aos mesmos uma série de diretrizes e a previsão de utilização de instrumentos urbanísticos legais vigentes que possibilitem a produção de moradias especialmente para a população de baixa renda; e regularização fundiária e urbanística dos núcleos informais.
Gilson Machado da Costa	Jardim América 08/05/2018	Associação dos Moradores	Inclusão do Plano Diretor de todos os Instrumentos jurídicos e urbanísticos que permitam viabilizar uma política habitacional e de regularização fundiária mais ágil e eficaz no cumprimento do objetivo de redução das desigualdades no Município.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espraiada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas. A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos.
Gilson Machado da Costa	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Inseparabilidade entre a política de regularização fundiária e as políticas públicas de habitação de interesse social, uso e ocupação do solo, macrodrenagem, mobilidade urbana e de prevenção e redução de riscos	A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos.
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Maior atenção e investimentos na zona norte e SFX.	A proposta do Plano Diretor contempla uma série de diretrizes para o desenvolvimento da área rural de São José dos Campos e de São Francisco Xavier, dentre as quais podemos destacar o macrozoneamento rural, a reestruturação e fortalecimento das unidades de conservação e o promoção de ferramentas de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável, como o Programa de Pagamento de Serviços Ambientais. Além disso, o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari deverá promover conservação das áreas de mananciais associada ao desenvolvimento social da região. Quanto às áreas urbanas, destaca-se que o Plano de Arborização Urbana, já em implementação, possui metas de plantio de árvores para toda área urbana, incluindo a região norte e São Francisco Xavier. Além disso, há a proposta de criação de dois parques em São Francisco Xavier, o Parque do Casarão e o Parque do Rio do Peixe.
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Maior atenção e investimentos na zona norte e SFX.	Já há uma subprefeitura no local, vinculada à Secretaria de Manuência da Cidade. Não há dotação orçamentária específica para o distrito, pois a despesa é atrelada às secretarias que prestam serviço à população local, não restringindo ao desembolso necessário para o bom atendimento. Será feito estudo pela secretaria de urbanismo e sustentabilidade sobre a possibilidade de mecanismos de compensação financeiras sobre a produção de água.
Gilson Machado Da Costa	Santana 09/05/2018	Presidente da SAB Águas de Canindú	Não aceita a proposta do Plano Diretor porque não está sendo contemplado na proposta, devido a falta de demarcação de ZEIS.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Gilson Machado da Costa	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Pede participação popular no processo de construção do Plano Diretor, para garantir a regularização fundiária e moradias. Diz que são contra a Proposta do Plano.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos
Gilson Machado da Costa	Jardim América 08/05/2018	Associação dos Moradores	Propõe a implementação de uma Política de regularização fundiária e do respectivo programa, destiando à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindú atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização.
Gilson Machado da Costa	Vila Industrial 15/05/2018	Associação de Moradores	Propõe a inclusão no PDDI de instrumentos de política de habitação e regularização fundiária visando a regularização dos bairros irregulares. Solicita a não aprovação do Plano Diretor por não contemplar os bairros irregulares, excluindo uma parcela da população carente. Critica também a construção da ponte estaiada na cidade.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. A regularização fundiária no município segue as diretrizes da atual legislação federal que é a lei nº 13.465/2017.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Questiona a falta de zonas de interesses sociais e propõe constituir-las no Plano Diretor. Solicita também atenção aos loteamentos clandestinos, áreas de vulnerabilidade social e à zona norte.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. O loteamento Águas de Canindú atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização.
Gilson Machado da Costa	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Questiona o planejamento de vias em áreas vazias da cidade.	A Macroestrutura Viária do Município norteia os estudos de novas vias em áreas vazias do Município para a definição de diretrizes de arruamento dos novos loteamentos.
Gilson Machado Da Costa	Santana 09/05/2018	Presidente da SAB Águas de Canindú	Reclama que a prefeitura trouxe algo diferente do que a população falou nas oficinas. Diz que o apresentado não vai trazer soluções, vai trazer problemas.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população são devidamente analisadas.
Gilson Machado da Costa	Jardim América 08/05/2018	Associação dos Moradores	Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos. Para tanto, são definidos: as habitações, empreendimentos, núcleos e zonas a serem consideradas de interesse social.
Gilson Machado da Costa	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Gilson Machado da Costa	Bonsucesso 12/05/2018	Associação dos moradores Águas de Canindú 1 e 2 e Hawai	Reivindica a inclusão dos anseios dos moradores no Plano Diretor, pedindo amparo e resolução de conflitos existentes na comunidade. Cita que existem 42% de vazios urbanos dentro do núcleo da comunidade e sugere o uso dessas áreas para instalação de infraestrutura pública.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Gizelda Maria Da Silva Marini	Santana 09/05/2018	Município	Ressalta que todos são cidadãos e seres humanos, que a consciência e o que for feito de melhor, democrático, obras para a maioria, será bom para todos. A população não entende que as autoridades devem auxiliar e proteger a população, pede para pensarem na população.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e ciclovias.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Guilherme Custódio do Nascimento	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Honorario Diez	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locacionais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Ivan de Figueiredo Malizia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Izabel Nicala Ferreira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Regularização do bairro Águas de Canindu II	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindu atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização.
Izac Madaleno	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Questiona a metodologia para definição do perímetro urbano e rural, trazendo insegura e o encolhimento do núcleo urbano como impedimento da expansão do núcleo urbano e acesso à terra	Devido às características da topografia de aclives acentuados, que não é propícia à urbanização, e devido à necessidade de preservação ambiental, há o entendimento de que devem ser mantidas as características predominantemente rurais na maior parte do Distrito de São Francisco Xavier. Para definição do perímetro urbano do Distrito está proposta a retração ao sul, junto ao Rio do Peixe, com o intuito de preservar suas margens de uma expansão desordenada, buscando incluir as mesmas no perímetro proposto para o Parque do Rio do Peixe, identificado no Mapa de Parques Urbanos do Plano Diretor; observa-se que a área estava no perímetro urbano e não recebeu, até o momento, qualquer empreendimento ou loteamento com este caráter. Já a expansão do perímetro proposta na direção Oeste, engloba os loteamentos irregulares denominados bairros Barreira e dos Ferreiras, de urbanização consolidada e contíguos à malha urbana, e prevê ainda áreas urbanas vazias e disponíveis para novos empreendimentos, caso necessário; esta expansão está em consonância com o Plano de Manejo Estadual da APA de São Francisco Xavier, por situar-se no mesmo Zoneamento Econômico Ecológico (Zona de Ocupação Dirigida – ZDI) que o restante da Zona Urbana do Distrito. PERÍMETRO URBANO SFX
Jackson Fábio Priante	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Reivindica a inclusão de todos os loteamentos não regularizados no Plano Diretor com critérios para regularização fundiária de toda região norte. Pede que região esteja dentro do planejamento e finanças do município.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindu atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização.
Jackson Priante	Bonsucesso 12/05/2018	Associação dos Moradores	Cobra presença dos políticos e governantes na região, pede que a população local seja escutada e que seus direitos sejam garantidos.	O convite a participação no processo de discussão do Plano Diretor é extensiva a todos os munícipes e autoridades.
Jairo Salvador	Jardim América 08/05/2018	Defensor Público	A prefeitura deve apresentar a proposta e abrir a discussão da proposta.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Jairo Salvador	Vila Industrial 15/05/2018	Defensor Público	Crítica a priorização de ações de transporte individual em detrimento das prioridades estabelecidas pelo PLANMOB. Da como exemplo o arco da inovação, dizendo que não faz parte do Plano Diretor e que é um projeto de governo.	O Arco da Inovação desafogará a atual rotatória do Colinas. Já estava previsto no plano macroviário da cidade.
Jairo Salvador	Vila Industrial 15/05/2018	Defensor Público	Crítica a visão do tema de ZEIS no Plano Diretor como diagnóstico e não um plano. Questiona a extinção de ZEIS e o baixo estímulo a ZEIS na macrozona consolidação.	A atualização de ZEIS está em estudo para o Plano Diretor.
Jairo Salvador	São Francisco Xavier 05/05/2018	Defensoria Pública do Estado de SP	Destaca a transparência do processo democrático de construção do plano diretor, porém enfatiza que os atalhos no cronograma não vem permitindo um maior controle popular. Solicita a ampliação dos instrumentos do plano diretor previsto no direito urbanístico	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor.
Jairo Salvador	Jardim América 08/05/2018	Defensor Público	Divergência na demarcação de ZEIS entre o pacote de documentos de HIS e a demarcação de ZEIS no Plano Diretor.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária. A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos.
Jairo Salvador	Vila Industrial 15/05/2018	Defensor Público	Menciona a possibilidade de atalhos no processo estabelecido pelo conselho gestor.	A proposta ora apresentada foi previamente discutida em reuniões nos anos de 2016 e 2017, num total de mais de 40 eventos realizados até o término dos fóruns regionais. Boa parte das decisões foram tomadas após sugestões da população, e as contribuições destes fóruns estão sendo consideradas para a reformulação da proposta, a ser reapresentada no fórum final. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor.
Jairo Salvador	Jardim América 08/05/2018	Defensor Público	O momento seria de retorno devolutivo das etapas anteriores, e como nas Oficinas de 2017 a questão da mobilidade foi a mais apontada, esperava-se algum parecer relativo a qualidade do transporte público em detrimento da quantidade de vias.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Jairo Salvador de Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Alterar a redação do item 6, alínea "e" das diretrizes e objetivos referentes ao ordenamento territorial, para constar : "Prever mecanismos para afastamento ou mitigação de riscos ou, em caso de impossibilidade absoluta, a realocação da população residente nestas áreas, prioritariamente no mesmo núcleo urbano, em consonância com o Plano Municipal de Redução de Riscos"	O reassentamento em mesmo núcleo em algumas situações, não é possível devido a praticas de demanda regionalizada em determinados programas.
Jairo Salvador De Souza	Santana 09/05/2018	Defensor Público	As ZEIS devem estar no PD, pede a paralização das demolições das moradias e as ligações das redes elétricas, água e esgoto para a população de baixa renda.	A demarcação de ZEIS está sendo analisada para o Plano Diretor.
Jairo Salvador De Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Crítica que na proposta só é apontada uma ZEIS-2, a qual indica área de vazios que deverá ser ocupado. Diz que as áreas de interesses habitacionais não estão especificadas no Plano Diretor.	No âmbito da política habitacional, a ZEIS é um instrumento importante no desenvolvimento urbano para implantação dos programas habitacionais destinados as chamadas faixas salariais 1 e 1,5; no entanto, o que se observa, é que o simples gravame das mesmas não é garantia para a efetiva implantação de conjuntos habitacionais nos locais. A existência de recursos subsidiados através de programas habitacionais para financiar a produção é essencial para viabilizar as ZEIS. A proposta para a Política Municipal de Habitação, no entanto, tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos.
Jairo Salvador De Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Diz que é inconcebível o município não ter o mapeamento e cadastramento dos bairros irregulares. Ressalta que é dever do poder público regularizar, resolver a situação.	A Prefeitura tem as localizações de vários núcleos informais mas somente contrata os levantamentos planialtimétricos dos núcleos de interesse social à medida que passam a constar no cronograma de regularização. Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor.
Jairo Salvador De Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Explica para população que a luta não termina na reunião do dia e que ela continua. Elogia a manifestação da população. Diz que a saída para os problemas está na mobilização da população, que não virá de fora.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Jairo Salvador de Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Incluir no item 6 das diretrizes e objetivos referentes ao ordenamento territorial : "Construir um Plano Municipal de Regularização Fundiária de Interesse Social que articule medidas preventivas, mitigadoras e corretivas, visando a regularização de todos os núcleos informais existentes"	A Prefeitura tem um cronograma de regularização de fundiária até 2020 que é acompanhado pelo Ministério Público.
Jairo Salvador de Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Incluir no item 5 das diretrizes e objetivos referentes ao ordenamento territorial: "Articular a política HIS com a política municipal de regularização fundiária, considerada a indissociabilidade entre elas."	A política municipal de regularização fundiária trabalha de forma integrada com a política habitacional, todas as relocações necessárias são realizadas em conjunto.
Jairo Salvador de Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Incluir no mapa 12 de todas as áreas ociosas onde se pretende implantar habitação de interesse social, classificando-as como ZEIS 1 ou ZEIS 2, conforme o caso.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Jairo Salvador de Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Incluir no mapa 12 todas as ZEIS atualmente existentes e todos os núcleos urbanos irregulares.	No âmbito da política habitacional, a ZEIS é um instrumento importante no desenvolvimento urbano para implantação dos programas habitacionais destinados as chamadas faixas salariais 1 e 1,5; no entanto, o que se observa, é que o simples gravame das mesmas não é garantia para a efetiva implantação de conjuntos habitacionais nos locais. A existência de recursos subsidiados através de programas habitacionais para financiar a produção é essencial para viabilizar as ZEIS. A proposta para a Política Municipal de Habitação, no entanto, tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos. A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Jairo Salvador de Souza	Centro 16/05/2018	Defensoria Pública	Pede a realização de uma Conferência da Cidade.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor.
Jairo Salvador De Souza	Santana 09/05/2018	Defensor Público	Solicita que a prefeitura forneça assistência técnica para construir a população construir as casas dentro das normas para não precisar ser demolida depois.	Assistência é fornecida através do Programa de Planta Popular.
Jairo Salvador De Souza	Santana 09/05/2018	Defensor Público	Solicita que a prefeitura forneça assistência técnica para construir a população construir as casas dentro das normas para não precisar ser demolida depois.	Assistência é fornecida através do Programa de Planta Popular.
Jefferson Daprat	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Faz questionamento quanto a modificação do zoneamento urbano ao longo do tempo e fala a cerca da verticalização.	De acordo com os objetivos e diretrizes expressos para as macrozonas, áreas de desenvolvimento estratégico, centralidades e habitação de interesse social a proposta define que a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo deverá ser revista, simplificada e consolidada, seguindo diretrizes específicas estabelecidas.
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente da SAB Bengalar	Crítica a falta do bairro Bengalar no mapa da apresentação.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente da SAB Bengalar	Crítica o investimento na ponte Arco da Inovação em que parte dele poderia ser investido em base de bombeiros para a região Norte.	A região Norte está contemplada com várias melhorias viárias para os próximos anos, incluindo a duplicação da Ponte Maria Peregrina e a futura Via Jaguari.
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente da SAB Bengalar	Crítica o investimento na ponte Arco da Inovação em que parte dele poderia ser investido na manutenção e infraestrutura da região Norte.	A região Norte está contemplada com várias melhorias viárias para os próximos anos, incluindo a duplicação da Ponte Maria Peregrina e a futura Via Jaguari.
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente do Bairro Bengalar	Pede extensão da iluminação pública na Estrada José de Gouveia.	Inserido estudo implantação. Estudos futuros do Governo.
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente do Bairro Bengalar	Pede manutenção do anti poeira e o asfaltamento definitivo das estradas do bairro.	Garantia de serviço cinco anos, porém não realizado. A Prefeitura está realizando os reparos já com 50% das estradas feitas.
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente do Bairro Bengalar	Pede uma Base do Corpo de Bombeiros e uma Base da Polícia Militar no Alto da Ponte.	Em relação à instalação de uma Base do Corpo de Bombeiros e uma Base da Polícia Militar no Bairro Alto da Ponte, esta demanda compete ao Governo do Estado de São Paulo, não sendo de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos.
João Batista dos Santos	Santana 09/05/2018	Presidente da SAB Bengalar	Solicita a abertura de creches na zona rural e mais vagas nas já existentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
João das Mercedes Tampão	Bonsucesso 12/05/2018	COMUR	Cobra agilidade do poder público na regularização dos bairros.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
João das Mercedes Tampão	Bonsucesso 12/05/2018	COMUR	Diz que região norte não tem tecnologia, não possui telefonia fixa e nem celular na zona rural. Porém, destaca o trabalho de políticos para trazer um programa do governo federal de internet para todos para zona rural.	Sua proposta será encaminhada para a Concessionária responsável.
João das Mercedes Tampão	Bonsucesso 12/05/2018	COMUR	Pede a construção do Rodoanel Norte.	A SEMOB está desenvolvendo estudos para melhorar a acessibilidade no local.
João das Mercedes Tampão	Bonsucesso 12/05/2018	COMUR	Pede o desassoreamento de rios da região. Diz que as estradas são as causadoras do assoreamento dos ribeirões.	Será analisado pela Secretaria de Manutenção da Cidade.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e ciclovias.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
João Leite Gaia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Cita a falta de UPA para o Campo e Novo Horizonte.	O Campo já possui UPA em funcionamento e a UPA Novo Horizonte está em funcionamento e sendo ampliada para um melhor atendimento (previsão de término em agosto/2018)
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Critica a presença de adegas e de boate na região e os problemas causados por esses estabelecimentos.	De acordo com os objetivos e diretrizes expressos para as macrozonas, áreas de desenvolvimento estratégico, centralidades e habitação de interesse social a proposta define que a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo deverá ser revista, simplificada e consolidada, seguindo diretrizes específicas. Uma das diretrizes define que deverá evitar conflitos entre os usos impactantes e sua vizinhança.
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Critica dar as coisas para a população sem contrapartida e a atuação dos deputados estaduais.	A SEURBS agradece a participação no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor.
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Fala da manutenção do rio e do parque senhorinha. Cita as queimadas na avenida dos Evangélicos.	Feito programação roçada mensal e conforme necessidade
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Fala da manutenção do rio e do parque senhorinha. Cita as queimadas na avenida dos Evangélicos.	No objetivo de proteção da paisagem natural, a proposta do Plano Diretor estabelece que deverão ser implementadas ações de despoluição dos rios e cursos d'água, com melhoria no saneamento básico, bem como propõe a ressignificação desses ambientes para a criação de áreas de convívio e lazer. Da mesma forma, a proposta reconhece a necessidade de fortalecimento a fiscalização ambiental e a necessidade de ações de zeladoria e manutenção nos parques e áreas verdes do município. A valorização dessas áreas deve minimizar usos indevidos e insegurança.
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Pede a ponte da avenida salinas, seguindo com seu abaixo-assinado.	Secretaria de Mobilidade Urbana está desenvolvendo os projetos necessários para a implantação de uma ponte ligando o Bosque dos Eucaliptos x Campo dos Alemães. já existe projeto e recurso de emenda para execução da ponte salinas X evangélicos. O mesmo esta em aprovação junto a Caixa economica federal
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Pede mais escolas em período integral, cursos de língua e problemas relacionados a saúde; como mais médicos especialistas e a melhoria da UBS resolve.	Necessita sempre de estudo para implantação.
João Mario Antunes Pereira	Residencial Gazzo 14/05/2018	CGU	Pede mais escolas em período integral, cursos de língua e problemas relacionados a saúde; como mais médicos especialistas e a melhoria da UBS resolve.	Implantação da primeira fase da UBS Resolve com a coleta de exames na própria unidade. Segunda fase será implantada durante a gestão, com o atendimento das pequenas urgências
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
João Roberto Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Joaquina Mariano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Reclama da falta de serviços de manutenção nos bairros, tais como: troca de lâmpadas, roçadas, recapeamento de vias, entre outras ações. Também cobrou qualidade nos serviços executados.	Inserido na Programação de roçada do município.
Joaquina Mariano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Regularização fundiária do Águas de Canindú I.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindú atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização.
José Carlos Alonso	Jardim das Industrias 07/05/2018	Vizinhança Solidária	Pede mais segurança e integração da comunidade.	Em relação aos anseios básicos como segurança, o Plano Diretor estabelece 10 diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão. Além disso, o Plano Diretor também prevê diretrizes próprias referentes ao Centro de Operações Integradas e à Guarda Civil Municipal, de modo que o trabalho integrado dos órgãos subordinados à SEPAC proporcione os melhores resultados na segurança pública em todas as regiões do Município. A integração com a comunidade é tratada na Diretriz I da Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão, que prevê a ampliação da articulação do Município com outras esferas de governo e da sociedade civil, este último realizado através do Conselho Municipal de Segurança.
José Carlos Alonso	Jardim das Industrias 07/05/2018	Vizinhança Solidária	Problemas com a mobilidade no bairro Vila Betânia.	Agradecemos a contribuição e informamos que esta será objeto de análise.
Jose Carlos Bauer De Oliveira	Santana 09/05/2018	Munícipe	Parabeniza quem ficou até o fim. Diz que as pessoas não estão acreditando na política, que elas são políticas de ocasião e apresentam propostas de ocasião. Diz que SJC ao longo dos anos tem feito administração e que não há governabilidade. Diz que sempre há solução e discussão de problemas pontuais, que a população precisa ver o macro, uma visão global, discutir a cidade de 2020 e 2030, diz que muitas das discussões do fórum de hoje foram discutidas anteriormente. E Cobra a presença dos vereadores.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal. O convite a participação no processo de discussão do Plano Diretor é extensiva a todos os munícipes e autoridades.
José Carlos de Araújo Filho	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Regularização dos bairros Barreira e Ferreira e outros bolsões do distrito de São Francisco Xavier.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Aponta a qualidade dos equipamentos públicos de educação disponíveis no Pinheirinho dos Palmares.	Agradecemos. Entregamos em 2018 a nova escola de educação infantil e em 2019 entregaremos a nova escola de ensino fundamental.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Apresenta uma proposta de linha de ônibus saindo da Vila Ema, passando pelo Cadeal, São Judas e interligando ao Satélite.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários. Referente aos destinos solicitados, não existe previsão de uma linha direta que ligue os referidos bairros, pois os usuários atualmente tem varias opções de integração em alguns pontos da cidade para os referidos destinos.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Destaca a necessidade de manutenção do antipoeira nas estradas.	Garantia de serviço cinco anos, porém não realizado. A Prefeitura está realizando os reparos já com 50% das estradas feitas.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Pede ações sociais relacionadas à atividades esportivas e educacionais a fim de atender os jovens da região.	Agradecemos a contribuição e participação.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Pede ações sociais relacionadas à atividades esportivas e educacionais a fim de atender os jovens da região.	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Pede melhoria nas linhas de ônibus e sistema viário.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Questiona o suporte do novo contingente populacional na região.	O suporte de infraestrutura básica e equipamenos é dimensionado para atender ao contingente populacional formalmente instalado na cidade. As solicitações e os questionamentos específicos serão encaminhados às Secretarias Municipais responsáveis. Na implantação de novos empreendimentos habitacionais, é feito estudo para o atendimento da nova população pelos equipamentos públicos.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Questiona o suporte do novo contingente populacional na região.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade por meio de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Ressalta a necessidade de serviços de poda com o intuito de evitar a aparição de insetos, cobras e outros animais.	Inserido na Programação roçada do município.
José Claudio Andrade dos Reis	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Associação Amigos do Bairro Residencial Pinheirinho dos Palmares	Solicita a fiscalização das APPs e a educação ambiental.	A preocupação das APPs está presente no Plano Diretor através do item h do Macrozoneamento Rural: "h. Incentivar a recuperação de áreas degradadas, a restauração de áreas de Preservação Permanente (APP) e outros remanescentes florestais." A Educação Ambiental é uma das preocupações da Prefeitura de SJC e que se reflete na proposta do Plano Diretor nos itens I, XIII e XIV das Diretrizes de Meio Ambiente: "I. A Política Ambiental do Município baseia-se fundamentalmente nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. XIII. Consolidar o Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) para a participação cidadã na construção de um município justo, ecologicamente responsável, economicamente viável, culturalmente diverso e politicamente atuante. XIV. Promover processos de Educação Ambiental, de caráter formal, fortalecendo a educação ambiental nos sistemas de ensino, e não formal, efetivando a participação democrática da sociedade civil na gestão ambiental no município."
José De França	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pede pela regularização do bairro e seus investimentos de infraestrutura.	A Prefeitura está contratando empresa de topografia para realizar o levantamento planialtimétrico cadastral do loteamento. Somente após isso poderá fazer as análises jurídicas, ambientais, de risco de escorregamento e socias do loteamento para definir qual o perímetro a ser regularizado.
José Moraes	Santana 09/05/2018	Munícipe	Alta periculosidade causada pela Refinaria na zona leste.	A Refinaria Henrique Lage possui planos próprios para contenção de emergências. Destaca-se que o surgimento de loteamentos, tais como os recém-liberados na região do Alambari (entre o Jardim Mariana II e o Santa Cecília), contribuem para a viabilização de rotas viárias alternativas, promovendo diversificação de rotas em caso de emergências no pólo petroquímico. ok? Refinaria - Risco
José Moraes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Comenta sobre a região leste, alertando para os riscos de ocupação do entorno da refinaria.	A Refinaria Henrique Lage possui planos próprios para contenção de emergências. Vale destacar que o surgimento de loteamentos, tais como os recém-liberados na região do Alambari (entre o Jardim Mariana II e o Santa Cecília), contribuem para a viabilização de rotas viárias alternativas, promovendo diversificação de rotas em caso de emergências no pólo petroquímico. ok? Refinaria - Risco
José Moraes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Crítica o plano de adensamento da região sul. Diz que a região sul tem importância na circulação dos ventos na cidade e que esta questão não está sendo estudada.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade através de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
José Moraes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Diz que o PD não faz diagnóstico profundo de SJC. Não há estudo de microclima, macrodrenagem, emissões de poluentes, de capacidade de ocupação, inventário ambiental, doenças respiratórias.	De acordo com a proposta, a Política Ambiental do Município baseia-se fundamentalmente nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. Colaboram para a Política Ambiental Municipal as legislações municipais, estaduais e federais que tratam da temática ambiental, bem como as Políticas Nacionais e Estaduais que abordam Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Mata Atlântica, Biodiversidade. Os acordos e tratados mundiais, dos quais o país é signatário, a exemplo da Agenda 2030, também norteiam a gestão ambiental municipal. Estudo ambientais para elaboração da proposta - ok?
José Moraes	Novo Horizonte 11/05/2018	Munícipe	Diz que, como ambientalista tem sérias divergências quanto a esse projeto de plano diretor, pois do jeito que está sendo encaminhado, compromete a qualidade de vida e a saúde da população. Fala que vários estudos deveriam preceder o Plano Diretor.	De acordo com a proposta, a Política Ambiental do Município baseia-se fundamentalmente nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. Colaboram para a Política Ambiental Municipal as legislações municipais, estaduais e federais que tratam da temática ambiental, bem como as Políticas Nacionais e Estaduais que abordam Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Mata Atlântica, Biodiversidade. Os acordos e tratados mundiais, dos quais o país é signatário, a exemplo da Agenda 2030, também norteiam a gestão ambiental municipal. No mais, o Plano reconhece a de reestruturar a Política Municipal de Meio Ambiente consolidando seus princípios, os objetivos, diretrizes e instrumentos, a fim de fortalecer a gestão ambiental municipal, bem como articula-se ainda com as diversas políticas públicas, sistemas e estratégias de desenvolvimento, das diversas esferas da administração, inclusive como o planejamento e ordenamento territorial. Ressalta-se ainda que a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade contratou, desde o início de 2017, uma série de estudos e planos específicos, que lidam com algumas das questões apontadas, tais como o Plano Municipal de Mudanças Climáticas e o Plano Municipal de Mata Atlântica e Cerrado. Paralelamente, foram realizadas abordagens internas acerca destes temas, coligindo-se as informações disponíveis, que foram devidamente consideradas para a proteção ao meio ambiente, um dos pilares do Plano Diretor proposto.
José Moraes	Centro 16/05/2018	Munícipe	Diz SJC não pode adotar as mesmas políticas suicidas das grandes cidades. O PD estimula o uso de transporte individual. A prefeitura quer fazer de SJC um grande projeto viário, isso é um grande erro. Diz que falta prioridade para o transporte coletivo.	Vamos analisar a crítica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
José Moraes	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Fala da periculosidade do entorno da Refinaria na zona leste. Destaca a dificuldade de evacuação da área em caso de acidentes de grandes proporções. Reivindica que a Prefeitura apresente um relatório de risco para região.	A Refinaria Henrique Lage possui planos próprios para contenção de emergências. Vale destacar que o surgimento de loteamentos, tais como os recém-liberados na região do Alambari (entre o Jardim Mariana II e o Santa Cecília), contribuem para a viabilização de rotas viárias alternativas, promovendo diversificação de rotas em caso de emergências no pólo petroquímico.
José Moraes	Jardim América 08/05/2018	Município	Falta de estudos ambientais para basear a elaboração do Plano Diretor.	De acordo com a proposta, a Política Ambiental do Município baseia-se fundamentalmente nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. Colaboram para a Política Ambiental Municipal as legislações municipais, estaduais e federais que tratam da temática ambiental, bem como as Políticas Nacionais e Estaduais que abordam Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Mata Atlântica, Biodiversidade. Os acordos e tratados mundiais, dos quais o país é signatário, a exemplo da Agenda 2030, também norteiam a gestão ambiental municipal. No mais, o Plano reconhece a de reestruturar a Política Municipal de Meio Ambiente consolidando seus princípios, os objetivos, diretrizes e instrumentos, a fim de fortalecer a gestão ambiental municipal, bem como articula-se ainda com as diversas políticas públicas, sistemas e estratégias de desenvolvimento, das diversas esferas da administração, inclusive como o planejamento e ordenamento territorial. Ressalta-se ainda que a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade contratou, desde o início de 2017, uma série de estudos e planos específicos, que lidam com algumas das questões apontadas, tais como o Plano Municipal de Mudanças Climáticas e o Plano Municipal de Mata Atlântica e Cerrado. Paralelamente, foram realizadas abordagens internas acerca destes temas, coligindo-se as informações disponíveis, que foram devidamente consideradas para a proteção ao meio ambiente, um dos pilares do Plano Diretor proposto.
José Moraes	Santana 09/05/2018	Município	Falta de estudos ambientais para basear a elaboração do Plano Diretor.	De acordo com a proposta, a Política Ambiental do Município baseia-se fundamentalmente nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. Colaboram para a Política Ambiental Municipal as legislações municipais, estaduais e federais que tratam da temática ambiental, bem como as Políticas Nacionais e Estaduais que abordam Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Mata Atlântica, Biodiversidade. Os acordos e tratados mundiais, dos quais o país é signatário, a exemplo da Agenda 2030, também norteiam a gestão ambiental municipal. No mais, o Plano reconhece a de reestruturar a Política Municipal de Meio Ambiente consolidando seus princípios, os objetivos, diretrizes e instrumentos, a fim de fortalecer a gestão ambiental municipal, bem como articula-se ainda com as diversas políticas públicas, sistemas e estratégias de desenvolvimento, das diversas esferas da administração, inclusive como o planejamento e ordenamento territorial. Ressalta-se ainda que a Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade contratou, desde o início de 2017, uma série de estudos e planos específicos, que lidam com algumas das questões apontadas, tais como o Plano Municipal de Mudanças Climáticas e o Plano Municipal de Mata Atlântica e Cerrado. Paralelamente, foram realizadas abordagens internas acerca destes temas, coligindo-se as informações disponíveis, que foram devidamente consideradas para a proteção ao meio ambiente, um dos pilares do Plano Diretor proposto.
José Moraes	Santana 09/05/2018	Município	Falta de estudos ambientais para basear a elaboração do Plano Diretor.	De acordo com a proposta, a Política Ambiental do Município baseia-se, fundamentalmente, nas diretrizes, programas e ações estabelecidos nos planos municipais ambientais: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos, Plano Municipal de Arborização Urbana, Plano Municipal de Saneamento, Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, Programa Municipal de Educação Ambiental e demais planos correlacionados à sustentabilidade. Colaboram para a Política Ambiental Municipal as legislações municipais, estaduais e federais que tratam da temática ambiental, bem como as Políticas Nacionais e Estaduais que abordam Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Saneamento Básico, Mudanças Climáticas, Mata Atlântica, Biodiversidade. Os acordos e tratados mundiais, dos quais o país é signatário, a exemplo da Agenda 2030, também norteiam a gestão ambiental municipal. Estudo ambientais para elaboração da proposta - ok?
José Moraes	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Mostra preocupação com o adensamento e verticalização urbana em especial na região sul.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade através de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
José Morais	Jardim América 08/05/2018	Município	Alta periculosidade causada pela Refinaria na zona leste.	A Refinaria Henrique Lage possui planos próprios para contenção de emergências. Vale destacar que o surgimento de loteamentos, tais como os recém-liberados na região do Alambari (entre o Jardim Mariana II e o Santa Cecília), contribuem para a viabilização de rotas viárias alternativas, promovendo diversificação de rotas em caso de emergências no pólo petroquímico.
José Paula	Centro 16/05/2018	Município	Excesso de violência nas ações policiais.	Em relação à estrutura dos órgãos de segurança (Polícias Civil e Militar), esta demanda compete ao Governo do Estado de São Paulo, não sendo de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos.
José Paula	Centro 16/05/2018	Município	Falta de limpeza na valeta mestre que passa no banhado e desagua no Rio Paraíba.	Está em nossa programação anual de limpeza.
José Paula	Centro 16/05/2018	Município	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
José Paula	Centro 16/05/2018	Município	Retirada dos equipamentos públicos do Jardim Nova Esperança.	Este Departamento não está envolvido na retirada dos equipamentos citados.
Laerte Jeronimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Laerte Jeronimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Laerte Jeronimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Laerte Jeronimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudessemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Laerte Jerônimo	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Laerte Jerônimo Oliveira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Fiscalização para uso misto.	A Política de Fiscalização de Posturas Municipais da SEPAC prevê a ampliação do efetivo na proporção do crescimento de normas e leis do Município, qualificando todos os agentes fiscais de forma a permitir a ampliação de ações educativas, incluindo a capacitação ambiental e preventiva, evitando ações punitivas.
Laerte Jerônimo Oliveira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Planejamento da distribuição do trânsito nas ruas do Esplanada.	Vamos analisar a solicitação.
Laerte Jerônimo Oliveira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservação de áreas verdes e arborização das ruas.	A Secretaria de Manutenção da Cidade realiza periodicamente a manutenção das áreas verdes e da arborização urbana. Além dos serviços de poda e capina, são recorrentes os plantios de mudas nessas áreas, algumas delas associadas ao cumprimento de compensações ambientais por supressões de árvores no município. Quanto à arborização urbana, ressalta-se que o Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU) possui metas de plantios nas vias públicas de todos os bairros da área urbana e já se encontra em implementação.
Leandro Francisco Gimenez	Jardim América 08/05/2018	Líder Comunitário	Propõe que a elaboração da minuta do projeto de lei do Plano Diretor tenha a efetiva participação da população.	A proposta revisada deverá ser discutida no Fórum Final, a ser definido e agendado com o Conselho Gestor do Plano Diretor.
Leandro Francisco Gimenez	Jardim América 08/05/2018	Líder Comunitário	Propõe que a prefeitura, ao fazer as apresentações sobre o assunto, utilize uma linguagem mais acessível aos ouvintes, pois a população é leiga nos termos técnicos.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido.
Leandro Francisco Gimenez	Jardim América 08/05/2018	Líder Comunitário	Propõe que o que for decidido nestas audiências e as propostas tiradas sejam realmente levadas em consideração quanto a elaboração do Plano.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Leandro Gimenes	Jardim América 08/05/2018	Município	Deve-se considerar a questão ambiental.	A Proposta do Plano Diretor define as Áreas Especiais de Interesse Ambiental e as Áreas de Proteção Ambiental no Município e contempla ainda as Diretrizes Setoriais de Meio Ambiente. Com o objetivo de promover o incremento de Áreas Verdes e Sistema de Lazer Públicos foi definido um conjunto de áreas, que deverão ser destinadas à implantação de Parques Urbanos conforme Mapa 14.
Leandro Gimenes	Jardim América 08/05/2018	Município	Participação da população no projeto de minuta de Lei do Plano Diretor.	A proposta revisada deverá ser discutida no chamado Fórum Final, a ser definido e agendado com o Conselho Gestor do Plano Diretor.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Leandro Gimenes	Jardim América 08/05/2018	Município	Que não haja o esquecimento dos temas propostos pela secretaria de planejamento e que as falas sejam consideradas nas próximas etapas.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Leandro Gimenes	Jardim América 08/05/2018	Município	Solicitou que a prefeitura faça uma apresentação com menos termos técnicos.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido.
Lélis Camilo Lang	Centro 16/05/2018	Município	O Uso das escolas como elo participativo do poder público com a população (pais e alunos).	Todas escolas municipais atendem à demanda da comunidade para a realização de atividades.
Lélis Camilo Lang	Centro 16/05/2018	Município	Utilizar a disciplina de "Educação Física" da rede municipal para economia do caixa da prefeitura, para então gerar mais obras.	Todas as disciplinas trabalham para a formação de nossos alunos.
Léo Benito	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Diz que os moradores de bairros irregulares querem ser visíveis e terem seus direitos garantidos, direito a cidade, a moradia digna.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Léo Benito	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Pede para prefeitura escutar as pessoas e não colocar a polícia para cima da população.	As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Leo Benito e Oliveira Andrade	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação dos Amigos do Bairro	Pede a regularização do bairro do Rio Comprido.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Leo Benito e Oliveira Andrade	Residencial Gazzo 14/05/2018	Vice-Presidente da Associação dos Amigos do Bairro	Propõe a implementação de uma Política de regularização fundiária e do respectivo programa, destiando à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Leo Eugênio Santos de Villar	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Leonardo Abe	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Defende a economia rural de subsistência.	Consta nas diretrizes do PPD 2018 o que segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o desenvolvimento social da população rural como fator determinante de inclusão e promoção social;
Leonardo Abe	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Defende a necessidade de investimentos da SABESP nos produtores de água de São Francisco Xavier	A compensação por prestação de serviços ambientais no âmbito municipal está contemplada por diversas diretrizes deste Plano Diretor, tais como as diretrizes IX e X do Macrozoneamento Rural, constante na proposta final apresentada: “IX. Fomentar a compensação e valorização de serviços ambientais para a preservação e recuperação do ecossistema, de nascentes e corpos d’água e reservatórios; X. Fomentar a compensação e valorização de serviços ambientais para o desenvolvimento e melhoria dos indicadores sociais da população rural residente nas áreas de produção hídrica.” Nas diretrizes da ADE potencial São Francisco Xavier, também consta uma diretriz prevendo a ampliação de programas de remuneração com base na prestação de serviços ambientais. A SABESP, sendo uma empresa concessionária do Estado de São Paulo, poderá estabelecer também seus programas próprios de compensação.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Aumentar o controle populacional de animais de rua, além de proteção e castração.	Tendo como base o Decreto 55373 de janeiro de 2010 que institui “O Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, autoriza a Secretaria do Meio Ambiente, representando o Estado, a celebrar convênios com os Municípios do Estado de São Paulo, visando à implementação do referido Programa e dá providências correlatas”, corroborado e reorganizado pelo Decreto 63.505, de 18/06/2018, destacamos que o Município tem como objetivo as castrações programadas, que, mesmo acontecendo com o apoio técnico e administrativo do CCZ, terá o foco principal no Bem Estar Animal, já dando início às Ações do Programa de Bem Estar Animal a ser instituído por esta Administração
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Criação de secretaria de defesa dos animais e cadastro dos seus donos, para punição sobre abandonos.	Sugestão será analisada.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Criar de parcerias entre todos os órgãos de segurança e proteção da cidade (municipal e estadual) visando o cumprimento de legislação que se refere aos maus tratos de animais;	Tendo como base o Decreto 55373 de janeiro de 2010 que institui “O Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, autoriza a Secretaria do Meio Ambiente, representando o Estado, a celebrar convênios com os Municípios do Estado de São Paulo, visando à implementação do referido Programa e dá providências correlatas”, corroborado e reorganizado pelo Decreto 63.505, de 18/06/2018, destacamos que o Município, iniciando pela programação de castrações gratuitas, dando início às Ações do Programa de Bem Estar Animal a ser instituído por esta Administração, se propõe além de realizar uma Política Permanente de Castrações de cães de gatos, como parte integrante dos cuidados que serão dispensados, visando o Bem Estar Animal, haverá a microchipagem destes animais, visando não somente a identificação, como também evitar abandonos, maus tratos, roubos e outras contravenções, que prejudiquem o bem estar dos mesmos. Parcerias certamente serão realizadas para otimizar os recursos tecnológicos empregados.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Criar o canal on line (dentro do site da prefeitura) para divulgação dos animais disponíveis para adoção no CCZ e nas entidades de proteção regulamentada na cidade que tiverem interesse.	Dando início às Ações do Programa de Bem Estar Animal a ser instituído por esta Administração, onde se propõe além de realizar uma Política Permanente de Castrações de cães de gatos, como parte integrante dos cuidados que serão dispensados, visando o Bem Estar Animal, haverá a microchipagem destes animais, visando não somente a identificação, como também evitar abandonos, maus tratos, roubos e outras contravenções, que prejudiquem o bem estar dos mesmos, onde as inscrições serão acesadas pelo site da Prefeitura, cabendo posteriormente, enquanto proposta criar uma plataforma de exposições dos animais aptos à adoção, porém ainda em desenvolvimento, Informamos também que já dispomos de uma plataforma, de acesso público, que pode ser baixado em qualquer mídia, onde já podem ser acessados os animais que estão disponíveis para adoção.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Designar um telefone para centralizar as denúncias de maus tratos e abandono;	A denúncia de maus-tratos é legitimada pelo Art. 32, da Lei Federal nº. 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais) que Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências e devem ser feitas nas delegacias de polícia, para viabilizar posterior medidas legais cabíveis.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Implantar grande feira de adoção, mensal, em local fixo, com animais do CCZ e das entidades de proteção animal regulamentadas no município;	O CCZ já possui ações no sentido de adoção de animais de forma diária, durante o período de expediente, oferecendo também, de forma periódica, dentro das dependências do CCZ, previamente veiculada pela mídia, de uma a duas vezes por mês, sendo preferencialmente marcado no último sábado de cada mês.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Palestras para funcionários públicos, visando a compreensão de toda a guarda responsável e cuidados com os cães comunitários;	Estão previstas ações educativas junto ao Programa de Bem Estar Animal e Centro de Controle de Zoonoses.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede a criação de normas e liberação de autorização para empresas que queiram fazer publicidade em casinhas para animais de rua, patrocinando a confecção das mesmas;	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012.
Lilian Gonçalves Ghirelto	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede a criação de um Hospital Veterinário.	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses. Sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede a elaboração de diretrizes que regulamentem a exposição de animais para venda;	As Leis municipais pertinentes ao assunto em pauta já existem, porém deverão ser compiladas e reforçadas pela Lei do Código de Saúde Animal, ainda em projeto.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede a implantação do Serviço Público Veterinário em São José dos Campos;	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses. Sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede ampla campanha de divulgação e incentivo à prática de Lei estadual que institui o "Cão Comunitário" (12.916/2008);	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses. Sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede ampla Campanha e identificação dos animais domésticos (e seus tutores) visando diminuir casos de abandono, fugas e maus tratos;	Com o projeto de expansão das castrações seguidas de implantação de microchip para todos os animais que passarem por nossos serviços, que já acontece no CCZ há mais de 01 ano, haverá o atendimento, em maior abrangência, da proposta feita.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede Ampla campanha sobre os 10 mandamentos da Guarda Responsável;	Estão previstas ações educativas junto ao Programa de Bem Estar Animal e Centro de Controle de Zoonoses.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede ampla castração gratuita de animais durante o ano todo e não apenas em períodos determinados;	Tendo como base o Decreto 55373 de janeiro de 2010 que institui "O Programa Estadual de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, autoriza a Secretaria do Meio Ambiente, representando o Estado, a celebrar convênios com os Municípios do Estado de São Paulo, visando à implementação do referido Programa e dá providências correlatas", corroborado e reorganizado pelo Decreto 63.505, de 18/06/2018, destacamos que o Município tem como objetivo as castrações programadas, que, mesmo acontecendo com o apoio técnico e administrativo do CCZ, terá o foco principal no Bem Estar Animal, já dando início às Ações do Programa de Bem Estar Animal a ser instituído por esta Administração, investindo numa Política Permanente de Castrações de cães de gatos, como parte integrante dos cuidados que serão dispensados, visando o Bem Estar Animal.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede criação de parcerias entre todos os órgãos de segurança e proteção da cidade (municipal e estadual) visando o cumprimento da legislação que se refere aos maus tratos de animais;	A denúncia de maus-tratos é legitimada pelo Art. 32, da Lei Federal nº. 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais) que Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências e devem ser feita nas delegacias de polícia, para viabilizar posterior medidas legais cabíveis, a serem executadas por todos os envolvidos, Polícia Ambiental, SEURBS, CCZ e Bem Estar Animal.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede Criação de um departamento da causa animal;	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses. sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta, cabendo à Administração Pública tal implantação.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede Criação de um local para cuidar dos animais de grande porte em estado de risco e maus tratos;	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses. sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede criação de uma delegacia própria para denúncia de maus tratos. (Existe a lei estadual do Dep. Feliciano);	A denúncia de maus-tratos é legitimada pelo Art. 32, da Lei Federal nº. 9.605, de 12.02.1998 (Lei de Crimes Ambientais) que Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências e pode ser feita nas delegacias de polícia.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede Inclusão de ações educativas na grade escolar do Ensino Fundamental e Médio, formando protetores para o futuro;	No ensino da rede municipal formamos alunos para o futuro, preparados para as mudanças e conscientes na preservação do Planeta.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede laboração de diretrizes que regulamentem o uso de animais em carroças.	As Leis municipais pertinentes ao assunto em pauta já existem, porém deverão ser compiladas e reforçadas pela Lei do Código de Saúde Animal, ainda em projeto.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede o Cadastramento e identificação dos animais domésticos (e seus tutores) visando diminuir casos de abandono, fugas e maus tratos;	Com o projeto de expansão das castrações seguidas de implantação de microchip para todos os animais que passarem por nossos serviços, que já acontece no CCZ há mais de 01 ano, haverá o atendimento, em maior abrangência, da proposta feita.
Lilian Gonçalves Ghirotti	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede Regulamentação de atividade de reprodução, criação e venda de animais, fazendo com que os locais utilizados para estes fins se enquadrem na legislação do município, inclusive quanto às obrigatoriedades como empresas de comércio da cidade.	Foi desenvolvido pelos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses uma proposta de Lei, denominada Código de Saúde Animal, composta por mais de 100 artigos, que contempla todas estas questões, porém ainda está sendo avaliada pela Administração, para efetivação da mesma, onde será discutida com outras Secretarias envolvidas em torno da questão, para finalização da Lei.
Lourival Ribeiro Da Costa	Santana 09/05/2018	ASAB	Munícipe pediu a regularização do restante do Bairro Altos de Caetê.	O loteamento Altos do Caetê já foi regularizado em parte. Por haver áreas de risco de escorregamento em seu perímetro a Prefeitura aguarda a confirmação dos riscos apontados no Plano Municipal de Redução de Riscos através de estudos geotécnicos para saber se o restante do bairro poderá ser regularizado.
Lourival Ribeiro Da Costa	Santana 09/05/2018	ASAB	Pede novo acesso para Santana e nova ponte na Avenida Rui Barbosa	Até o momento não temos projeto para implantação de Nova Ponte na Av. Rui Barbosa. A Duplicação da Ponte Maria Peregrina que encontra-se em fase de execução irá melhorar consideravelmente o tráfego na região.
Lourival Ribeiro Da Costa	Santana 09/05/2018	ASAB	Solicita lombofaixa na Rua Guainazes.	Não temos previsão para este serviço.
Lourival Ribeiro Da Costa	Santana 09/05/2018	ASAB	Sugeriu explorar o Rio Paraíba de Jacareí a São José dos Campos, possivelmente para colocar transporte de passageiros.	Vamos anotar a solicitação.
Lucas	Jardim América 08/05/2018	Munícipe	Falta de participação popular e que se deve criar mecanismos para chamar a população.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Lucas	Jardim América 08/05/2018	Município	Questionou a falta de preocupação com o meio ambiente e o corte de árvores, especialmente na zona sul.	A preservação, conservação e manutenção de parques e outras áreas verdes do município são diretrizes de meio ambiente e manutenção da cidade na proposta do plano diretor. Destaca-se ainda a proposta de ressignificação dos rios e córregos para a criação de espaços de convívio, contemplação e lazer, reestabelecendo os serviços ecossistêmicos e integrando a comunidade à paisagem natural. Dessa forma, com a valorização desses locais, espera-se que problemas associados a usos indevidos e insegurança sejam minimizados.
Lucilena da rosa Moura	Centro 16/05/2018	Município	Regularização fundiária nos bairros Canindu II e Chácaras Havaí.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindu atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização. A implantação de serviços e infraestrutura se dará com a regularização do loteamento.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudessemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Lucy Nogueira Malízia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Luís Noberto	Centro 16/05/2018	ARES	Criação de zona mista mista no Esplanada.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Luís Noberto	Centro 16/05/2018	ARES	Implementação de empreendimentos WTC na área do Jd. Aquários.	Trata-se de uma gleba de propriedade particular, localizada, segundo a proposta do Plano Diretor, na Macrozona de Consolidação e sob a influência de uma das centralidades da proposta. Como a área possui mais de 100.000m ² , seu parcelamento deverá ocorrer por meio de loteamento.
Luís Noberto	Centro 16/05/2018	ARES	Verticalização deve ser incentivada.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade através de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
Luís Noberto	Centro 16/05/2018	ARES	Via Banhado deve ser implementada e criação da ponte estaiada	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O arco da inovação Constituído pela intercepção entre as avenidas Eduardo Cury, São João e Dr. Jorge Zarur e pelas Pontes Leonardo Kumitsu Suzuki e Pr Paulo Leivas Macalão, o complexo viário, usualmente denominado rotatória do Colinas, tem se afirmado como o entroncamento de tráfego mais adensado na área urbana de São José dos Campos. Localizado na Zona Centro-Oeste e compreendendo três das mais relevantes vias arteriais do sistema viário do "centro expandido" da cidade, esse complexo intermedia diariamente a linha de desejo entre origem e destino para uma expressiva parcela da população em atividade na cidade.
Luiz Felipe	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Questiona o porquê não tem a demarcação vermelha do mapa de transporte público marcado na zona Oeste.	O Mapa do sistema estrutural do transpote aponta somente as vias troncais, as demais vias diametrais alimentadoras existentes não estão especializadas.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Luiz Felipe de Machado	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Luiz Felipe de Oliveira Machado	Centro 16/05/2018	Munícipe	Adicionar a região Oeste uma centralidade com sistema de transporte público	As centralidades propostas contemplam a Região Oeste. A política municipal de mobilidade urbana foi instituída através da Lei Complementar n.º 576 de 15 de março de 2016, nos moldes previstos no artigo 24 da Lei Federal n.º 12.587 de 03 de janeiro de 2012.
Luiz Felipe de Oliveira Machado	Centro 16/05/2018	Munícipe	Adicionar a região Oeste uma centralidade com sistema de transporte público.	O Plano Diretor prevê a criação de centralidade na Região Oeste.
Luiz Felipe de Oliveira Machado	Centro 16/05/2018	Munícipe	Crescimento da região do Urbanova até chegar a Zona Norte.	Tratam-se de glebas de propriedade particular e, de acordo com a legislação vigente, o parcelamento destas deverá ocorrer por meio de loteamento.
Luiz Fortes Machado	Santana 09/05/2018	Munícipe	Diz que o município possui várias áreas vazias, cobra incentivos para o aquecimento da construção civil no município.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espalhada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade.
Manoel Trindade	Vila Industrial 15/05/2018	Munícipe	Menciona que não compreende o Plano Diretor e questiona a prestação de serviços diferenciados nos bairros de diferente classes sociais.	No caderno resposta destaca-se como política urbana que o PD deverá prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem, propiciando a equidade dos usuários, ampliando os serviços da Assistência Social nos territórios de área urbana e rural, baseando-se nos indicadores levantados no Diagnóstico Socioterritorial.
Mara Lucia Galvão	Santana 09/05/2018	Grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Relata a falta de condições para a produção agrícola e pede um olhar para a agricultura familiar. Diz que faltam espaços públicos na zona rural, que não existe local para uma reunião como essa, e que, a creche do bairro foi devolvida ao INCRA pela prefeitura, e está fechada a mais de 1 ano e meio.	Espaço no INCRA que foi reformado, será devolvido para uso da comunidade.
Mara Lucia Galvão	Santana 09/05/2018	Grupo de Mulheres Trabalhadoras Rurais	Relata a falta de condições para a produção agrícola e pede um olhar para a agricultura familiar. Diz que faltam espaços públicos na zona rural, que não existe local para uma reunião como essa, e que, a creche do bairro foi devolvida ao INCRA pela prefeitura, e está fechada a mais de 1 ano e meio.	Consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue: III. Desenvolvimento rural - Desenvolver ações e projetos que visem a inclusão social da população rural, através da implantação de infraestrutura de serviços públicos, e de estruturas de apoio à produção e comercialização, que agreguem valor à agricultura familiar ou outras formas de trabalho rural; Em relação ao fechamento da creche no bairro da Vargem Grande, sugerimos que o assunto seja endereçado a SEC.
Marcelo Leandro	Jardim Santa Fé 10/05/2018	PMSJC	Explica a definição de núcleo urbano informal, fala da Lei 13.465 e se põe a disposição para tirar possíveis dúvidas.	-
Marcelo Manara	Jardim das Industrias 07/05/2018	PMSJC (Secretário de Urbanismo e Sustentabilidade)	Agradece a participação da população e enfatiza a necessidade de conhecimento do Plano Diretor e participação popular.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Marcelo Veneziani	Vila Industrial 15/05/2018	Munícipe	Menciona que aprova os projetos apresentados de mobilidade.	Agradecemos.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Pede fiscalização regular de edificações e áreas passíveis de ocupação irregular. Estabelecer normas que previnem e impeçam a ocupação ilegal de edificações e construções de responsabilidade o Poder Público.	As aprovações de projetos e o licenciamento de atividades pela Prefeitura são sempre realizados de acordo com as disposições da legislação vigente. As ações fiscalizatórias referentes aos usos e atividades irregulares são de atribuição do Departamento de Fiscalização e Posturas.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Márcio Edelson Simões	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Marcio Marinho	Vila Industrial 15/05/2018	CRM I	Solicita a inclusão da discussão da área da saúde no PDDI, principalmente na inclusão dos pacientes com doenças crônicas.	Diretrizes da Saúde: a. Garantia de acesso a serviços de qualidade mediante aprimoramento da política de atenção básica. b. Programa Saúde da Família como a principal ferramenta para a mudança do modelo de Atenção no Município.
Marcio Marinho de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	COMUS	Cita a necessidade de mais transporte público.	Referente ao transporte no Bairro Bosque dos Eucaliptos, Campos dos Alemães e zona Sul em geral são os que contam com as maiores quantidades de partidas diárias mediante aos seus principais corredores, Avenida Andromêda e Avenida Bacabal. No momento não existe previsão de alterações nas linhas da referida região, pois estão com suas ofertas de viagens ajustadas as demandas de usuários.
Marcio Marinho de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	COMUS	Pede melhorias e ajuda em vários setores do Hospital Dia.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse dialogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema publico de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Marcio Marinho de Souza	Residencial Gazzo 14/05/2018	COMUS	Pede um maior número de equipe médica humanizada, melhoria das instalações das UPA e UBS, mais arborização e menos problemas de falta de água no bairro.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Márcio Vieira	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Marcos Antonio	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Propõe a criação de um banco de dados dos empreendedores de São José dos Campos. Diz que as pessoas cadastradas nesse banco poderiam enviar projetos que para contribuir com o Plano Diretor.	Toda e qualquer contribuição ao Plano Diretor do município deve ser feita por meio das audiências públicas específicas realizadas em todas as regiões da cidade, nas datas divulgadas. As audiências receberam contribuições de todos os municípios, inclusive de empreendedores.
Marcos Antonio	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Ressalta a necessidade de estimular integração da população.	A Prefeitura agradece à sugestão, e incentiva a formação de grupos locais de cidadãos organizados não apenas para a segurança, mas para enfrentamento, em conjunto com o poder público, de outros desafios do cotidiano.
Margarete Gonçalves da Silva	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Município	Destaca positivamente o serviço de antipoeira e a ausência de manutenção desse serviço.	Garantia de serviço cinco anos, porém não realizado. A Prefeitura está realizando os reparos já com 50% das estradas feitas.
Margarete Gonçalves da Silva	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Município	Questiona sobre o serviço de limpeza de fossas que não está sendo realizado pela Prefeitura e que era realizado pela outra gestão quando era solicitado.	Todo serviço é realizado através do 156
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Auxiliadora Bertossi	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Manter as características de uso e ocupação da zona residencial do Esplanada II não permitindo atividades comerciais.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Conceição	Centro 16/05/2018	Munícipe e AABEA (Esplanada)	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Maria Cota	Centro 16/05/2018	Munícipe	Regularização da Chácara Oliveira.	A Prefeitura está contratando empresa de topografia para realizar o levantamento planialtimétrico cadastral do loteamento. Somente após isso poderá fazer as análises jurídicas, ambientais, de risco de escorregamento e sociais do loteamento para definir qual o perímetro a ser regularizado.
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	A munícipe solicita a preservação do Bosque Betânia e a transformação dele em um parque.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante em todas as regiões do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservação de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública. O caso particular do terreno na Vila Betânia está sendo discutido em instâncias apropriadas (COMAM e Cetesb). Quanto a outras áreas, a supressão é regulamentada por normas específicas, que preveem a compensação, permitindo o rearranjo do espaço urbano sem a perda de qualidade de vida.
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita melhor iluminação e adequação do viaduto da rua José Paula da Silva	Estuda-se a implantação de melhorias.
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita parque para cães na área verde do corredor de torres da EDP	São faixas de domínio de propriedade da EDP no qual o município possui restrições em propor usos.
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita revitalização com novos aparelhos de academia ao ar livre na Alameda Cândido Marciano Leite e a retirada de um arbusto, substituindo-o por uma árvore	Informamos que ambas as solicitações foram encaminhadas à Secretaria de Manutenção da Cidade
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita revitalização com novos aparelhos de academia ao ar livre na Alameda Cândido Marciano Leite e a retirada de um arbusto, substituindo-o por uma árvore	Quanto à solicitação de substituição de arbusto por árvore, recomenda-se para maior agilidade, encaminhar solicitação via 156.
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita sinalização com placas de velocidade para carros na Av. José Alves Siqueira Filho	Sugestão acolhida.
Maria de Fátima Vieira	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita uma lombada e sinalização adequada na Alameda Cândido Marciano Leite	Sugestão acolhida.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria de Nazaré Freire	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Regularização do Bosque Betânia e não cortar árvores no sentido Thermas do Vale.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante. O Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores em vias públicas em todas as áreas urbanas do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservações de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública. A supressão de árvores é regulamentada por normas específicas, que preveem a compensação, permitindo o rearranjo do espaço urbano sem a perda de qualidade de vida.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Asfalto nas ruas próximo ao Campo dos Alemães e manutenção nas calçadas do Esplanada.	Já foi realizado vistoria no bairro, o mesmo já se encontra em nosso controle para futuras programações de recapeamento, sendo que estas serão definidas conforme o grau de desgaste dos pavimentos do município, priorizando os corredores principais e em posterior os bairros, sendo que quando necessário o serviço de manutenção e realizado por toda a extensão de SJC através da SMC. com relação a calçada, a mesma é de responsabilidade do proprietário do lote/imovel. a prefeitura iniciara um levantamento no bairro para as devidas providencias.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Construção de mais ciclovias na cidade	Mapa do Sistema Cicloviário Estrutural aprovado no Plano de Mobilidade Urbana LC576/2016 -preve as conexões das ciclovias interligando a malha cicloviária do município.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Construção de um parque na área vazia do Aquários.	Trata-se de uma gleba de propriedade particular, localizada, segundo a proposta do Plano Diretor, na Macrozona de Consolidação e sob a influência de uma das centralidades da proposta. Como a área possui mais de 100.000m ² , seu parcelamento deverá ocorrer por meio de loteamento. A legislação vigente exige, para implantação de loteamentos, a destinação de áreas voltadas à manutenção e restauração florestal e às funções recreativas e de lazer. A soma dessas áreas representa no mínimo 20% da área objeto de loteamento. Assim todo loteamento, quando aprovado, terá esse percentual de área totalmente arborizado e equipado, através de projetos paisagísticos previamente aceitos pela Prefeitura, além da arborização do sistema viário, também previamente conferido pela prefeitura.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Finalizar a obra do Poliesportivo do Jd. Das Industrias.	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Implantação do BRT no Jd. Satélite e construção de ponte na av. dos Evangélicos.	Informamos que a Avenida Andrômeda está contemplada no projeto do BRT, caso o mesmo venha a ser construído, o referido bairro será atendido.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Melhorias no Transporte Público.	O Transporte público da cidade é constantemente acompanhado pelo setor responsável da prefeitura, em conjunto com os municípios que muitas vezes nos ajudam a entender melhor os problemas de cada linha que circula na cidade através do 156 e outros canais. Melhorias são feitas conforme necessidades identificadas pela equipe.
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Mudança do zoneamento do Esplanada para uso misto com implantação de posto policial.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Fernanda D. craveiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Residencias de qualidade para quem mora próximo a Via Oeste.	Está em fase final de conclusão os empreendimentos Limoeiro I e II, que já tiveram suas unidades sorteadas. Não há no momento empreendimentos em análise nessa região.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	Defendem São José	Pede que prefeitura escute a população da mesma forma que escutam os empresários.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Lúcia	Jardim América 08/05/2018	Defendem São José	A Outorga Onerosa pode trazer benefícios mas não é o momento de apoiar outorga onerosa para liberar a verticalização da cidade. Se manifesta contra a verticalização.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espraiada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	Defendem São José	Crítica a forma que os vazios urbanos estão sendo tratados nas propostas do Plano Diretor. Crítica a não utilização do IPTU progressivo para acabar com os vazios urbanos e aponta os vazios urbanos servem para trabalhar para o mercado.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	Defendem São José	Crítica o zoneamento misto no Jd. Esplanada e criticou a falta de criação de área de proteção e preservação ao patrimônio no bairro, já que foram apontadas a preservação e proteção ao patrimônio histórico e urbanístico.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	Defendem São José	Criticou a possibilidade de criação de uma via de ligação Jacareí-Urbanova.	Vamos analisar a crítica.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	Defendem São José	Criticou a previsão de construção de vias.	Vamos analisar a crítica.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	Defendem São José	Diz que a população do banhado tem direito a cidade e que fala que alguns integrantes do Conselho Gestor e o Movimento Defendem São José são contra a proposta.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos da legislação vigente, especialmente dos art. 40 e art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. Portanto, a proposta preliminar do novo Plano Diretor, elaborada pela equipe de técnicos da SEURBS, com o apoio do IPPLAN e de consultoria técnica especializada, e ainda com o devido acompanhamento do Conselho Gestor competente, é submetida à apreciação da sociedade para revisão, análise e debates.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Lúcia	Jardim América 08/05/2018	Defendem São José	Falta de participação popular.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população são devidamente analisadas.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Maria Lúcia	Vila Industrial 15/05/2018	Defendem São José	Julga que a proposta não traduz as contribuições das oficinas, sendo um plano apenas urbanístico sem metas de educação, saúde e transporte público.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade através de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Lúcia	Vila Industrial 15/05/2018	Defendem São José	Menciona ainda que os investimentos em mobilidade não priorizam o transporte público. Propõe a criação da via Vidoca ao invés da Via Banhado.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município. O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Maria Lúcia	Jardim América 08/05/2018	Defendem São José	Mobilidade urbana no Plano é focada no Transporte Individual.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Maria Lúcia	Vila Industrial 15/05/2018	Defendem São José	Questiona os instrumentos para a ocupação dos vazios urbanos e de incentivo a verticalização. E a não utilização do IPTU Progressivo. Crítica a utilização da Outorga Onerosa.	1) A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica. Com relação a afirmação de incentivo a verticalização, esclarecemos que a proposta busca através da adoção de Coeficiente de Aproveitamento Mínimo, Coeficiente de Aproveitamento Básico e Coeficiente de Aproveitamento Máximo promover o ordenamento proposto no Plano Diretor. É através do C.A. que efetivamente se concretiza na Cidade aquilo que se planejou. A definição do Coeficiente de Aproveitamento Básico e único tem por premissa a equidade no processo de urbanização, evitando que normas urbanísticas contribuam para a valorização diferenciada da terra urbana. E o coeficiente de aproveitamento máximo diferenciado para as macrozonas urbanas, centralidades e zonas mistas, foi estabelecido com o intuito de criar um mecanismo efetivo de controle e atratividade necessários para o reordenamento urbano proposto para a Cidade. A "verticalização" resultante de um processo de ordenamento urbano que contempla coeficientes básicos únicos e coeficientes máximos adicionais, por meio da adoção da Outorga Onerosa é mais equilibrada e gera maiores condições de investimentos para atendimento das demandas públicas na cidade; do que aquela que vem sendo praticada ao longo dos anos, pela simples adoção de coeficientes básicos diversificados que corroboram para a valorização desigual da terra, e para a exclusão social das famílias de menor renda das áreas mais infraestruturadas, contribuindo para o "espraiamento" da cidade e consequentemente para uma menor qualidade de vida da população.
Maria Lúcia	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Maria Lucia de Oliveira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Eixo 3 -Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos. Para tanto, são definidos: as habitações, empreendimentos, núcleos e zonas a serem consideradas de interesse social.
Maria Lucia de Oliveira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Solicitou que a regulação das ZEIS seja incorporada ao plano diretor como forma de garantir a moradia digna a população de baixa renda e questiona a ausência de algumas ZEIS no mapa da proposta do Plano Direto.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Maria Lúcia Fonseca Garcia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Movimento defendem São José	Construção de uma cidade justa, com equipamentos e empregos distribuídos de forma equilibrada.	De acordo com a proposta, os Planos Setoriais preveem uma distribuição equitativa dos equipamentos e procura organizar a cidade de maneira justa e equilibrada através do Macrozoneamento Urbano e Rural e o fomento de novos negócios através das ADEs e de rede de centralidades.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Lúcia Fonseca Garcia	Santana 09/05/2018	Defendem São José	Pedido de criação de uma zona de preservação na região do Esplanada.	O interesse histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico para o tombamento de imóveis deve ser precedido de estudos técnicos e da previsão de instrumentos jurídicos que garantam sua efetividade. Para tanto a proposta do Plano Diretor estabelece dentre seus objetivos estratégicos, “Preservar a cultura, a memória, a identidade, a diversidade e o sentido de pertencimento por meio da valorização do patrimônio material e imaterial.” E prevê no capítulo da regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo e da paisagem urbana e rural, como diretriz “Implementar instrumentos urbanísticos e jurídicos que promovam a preservação de bens e áreas de valor histórico, cultural, paisagístico e ambiental”.
Maria Lúcia Fonseca Garcia	Jardim das Industrias 07/05/2018	Movimento defendem São José	Reforma na participação popular.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal.
Maria Lúcia Fonseca Garcia, com assinatura de: Ricardo Faria, Juan Mário Gamarra Caballero, Shirley dos R.R. Gamarra, Guimar Mariana Joguente, Camila Baptista Flore Lima, Sidneia Oliveira de Jesus, Marina JQ. Milon, Bruno Soares Klock, Leonilda Rodrigues Soares, Orlando Raimundo Soares, Eduardo Leandro Soares, Leila Moreira Corrâ Magagnin, Eduardo Hayashi Hirata, Viviane Moreira Corrâ, Laercio M. Oliveira, Sabine Laranjeira Baumann, Andréa Santos Rafael Alves, Ana Maria Moretti, Daniela do Amaral Moretti, Adston Ribeiro, Lualita Reis Ribeiro, Adston dos	Centro 16/05/2018	Movimento Defendem São José	Ofício nº J8LNKB5R7W/3QTBLN5 que fala sobre a construção da Via Vidoca em alternativa a Via Banhado	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudado anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Maria Lucia Galvão	Santana 09/05/2018	Defendem São José	Faz críticas ao plano, não vê conexões entre as oficinas feitas na comunidade e a proposta.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos da legislação vigente, especialmente dos art. 40 e art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. Portanto, a proposta preliminar do novo Plano Diretor, elaborada pela equipe de técnicos da SEURBS, com o apoio do IPPLAN e de consultoria técnica especializada, e ainda com o devido acompanhamento do Conselho Gestor competente, é submetida à apreciação da sociedade para revisão, análise e debates. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população são devidamente analisadas.
Maria Lucia Galvão	Santana 09/05/2018	Defendem São José	Questiona em quanto tempo será resolvida as questões apontadas nas oficinas de leitura comunitária.	A proposta revisada deverá ser discutida no Fórum Final, a ser definido e agendado com o Conselho Gestor do Plano Diretor.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Criação de base do Corpo de Bombeiros e poliesportivo na região.	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Denuncia o processo de erosão na estrada do Bengalar	Empresa foi notificada para reparo erosão.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Ocupação dos imóveis que estão vazios na área central sejam utilizados com destinação de venda e alocação para interesse social.	Precisa ser informado quais são esses imóveis. Em caso de imóveis particulares, não nos cabe esse tipo de intervenção.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pede a criação, implantação e manutenção do sistema metroviário, uma proposta para ligação da ferrovia com sistema de metrô.	Vamos estudar a solicitação.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pede asfaltamento da estrada do Horto Florestal para ligar bairro do Turvo ao Costinha.	Vamos estudar a solicitação.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Que os serviços de capina, poda e supressão de árvores sejam realizados por profissionais competentes para manter a saúde das árvores.	A proposta do Plano Diretor ressalta a importância do Plano de Arborização Urbana como instrumento de gestão ambiental para nortear as ações de plantio e manutenção de árvores nas vias públicas, no qual estão estabelecidas metas para o plantio de árvores em todas regiões da área urbana. Ressalta-se ainda que a legislação municipal vigente já exige a reposição da árvore suprimida.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Regularização imediata dos bairros irregulares com a imediata implementação de infraestrutura.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Maria Morena Marques De Melo	Santana 09/05/2018	Munícipe	Solicita alterações na Diretriz Setorial 13.2 para inserir uma diretriz referente a criação e manutenção das escolas municipais rurais da zona norte, pede creche e ensino fundamental municipais.	Agradecemos a contribuição e participação.
Maria Rita	Vila Industrial 15/05/2018	Diretora ACONVAP e Conselho Gestor	Entende que o IPTU progressivo reduz o preço da terra, porém a outorga onerosa não é capaz de reduzir o preço e as habitações populares não conseguiram migrar para áreas mais centrais, continuarão acontecendo na periferia.	Para alcançar os objetivos estratégicos da proposta e a efetiva utilização desses instrumentos de política urbana é premente estabelecer a política do Coeficiente de Aproveitamento Básico e Único para toda a cidade. O coeficiente básico para toda a cidade é o instrumento que consegue alavancar a transformação pretendida no espaço urbano, já que a partir dessa margem entre o coeficiente básico e máximo, é que a municipalidade consegue realizar um planejamento urbano efetivo, e com possibilidades reais de influenciar positivamente o desenvolvimento urbano. É por intermédio da aplicação de instrumentos urbanísticos adotados a partir da premissa de que o potencial construtivo adicional é bem público, com finalidades urbanístico-ambientais, que será possível propor um desenvolvimento urbano que incentive habitação nas áreas já dotadas de infraestrutura e incentive comércio e serviços nas áreas que apresentam alta densidade populacional porém estão na periferia da malha urbana, de modo a desenvolver a Cidade em sua totalidade, gerando sustentabilidade. O Plano Diretor é o instrumento que define a política urbana da Cidade e estabelece os conceitos e regras para que os demais planos, programas, projetos e leis complementares sejam elaborados, inclusive para a revisão do “zoneamento”, portanto, deve ter atrelado a si, todos os elementos estruturadores dessa política.
Maria Rita de Cássia Singulano	Centro 16/05/2018	Aconvap Sinduscon	Defende a liberação do Jardim Esplanada para o uso misto de baixo impacto.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Rita de Cássia Singulano	Centro 16/05/2018	Aconvap Sinduscon	Propõe a retirada da outorga onerosa do Plano Diretor, e que ela seja discutida em Lei a parte, e que seja aplicada apenas acima dos coeficientes praticados hoje e em áreas que disponham de infraestrutura.	A adoção de Coeficiente de Aproveitamento Mínimo, Coeficiente de Aproveitamento Básico e Coeficiente de Aproveitamento Máximo é condição fundamental para indução do ordenamento planejado. É através do C.A. que efetivamente se concretiza na Cidade aquilo que se planejou. Portanto, é fundamental que os coeficientes de aproveitamento estejam presentes no âmbito do Plano Diretor como instrumentos de política urbana que são, e elementos estruturadores da proposta, na busca da Cidade mais justa e inclusiva territorialmente pretendida. A “verticalização” resultante de um processo que contempla coeficientes básicos diversificados e altos corrobora para a valorização desigual da terra, e para a exclusão social das áreas mais infraestruturadas, contribuindo para o “espraçamento” da cidade e para uma menor qualidade de vida da população, com aumento exponencial dos gastos públicos.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Rita de Cássia Singulano	Centro 16/05/2018	Conselho Gestor/ Aconvap	Retirada da Outorga Onerosa do Plano Diretor para discussão em Lei específica e praticada somente acima do coeficiente de aproveitamento aceitos hoje e somente nas áreas que dispõe de infraestrutura.	Para alcançar os objetivos estratégicos da proposta e a efetiva utilização desses instrumentos de política urbana é premente estabelecer a política do Coeficiente de Aproveitamento Básico e Único para toda a cidade. O coeficiente básico para toda a cidade é o instrumento que consegue alavancar a transformação pretendida no espaço urbano, já que a partir dessa margem entre o coeficiente básico e máximo, é que a municipalidade consegue realizar um planejamento urbano efetivo, e com possibilidades reais de influenciar positivamente o desenvolvimento urbano. É por intermédio da aplicação de instrumentos urbanísticos adotados a partir da premissa de que o potencial construtivo adicional é bem público, com finalidades urbanístico-ambientais, que será possível propor um desenvolvimento urbano que incentive habitação nas áreas já dotadas de infraestrutura e incentive comércio e serviços nas áreas que apresentam alta densidade populacional porém estão na periferia da malha urbana, de modo a desenvolver a Cidade em sua totalidade, gerando sustentabilidade. O Plano Diretor é o instrumento que define a política urbana da Cidade e estabelece os conceitos e regras para que os demais planos, programas, projetos e leis complementares sejam elaborados, inclusive para a revisão do "zoneamento", portanto, deve ter atrelado a si, todos os elementos estruturadores dessa política.
Maria Salomé	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Conta a história de origem de SJC, diz que cidade se iniciou nas margens do Rio Comprido e foi o momento que os conflitos se iniciaram.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor
Maria Salomé	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Diz que os moradores de bairros irregulares querem ser visíveis e terem seus direitos garantidos, direito a cidade, a moradia digna.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Maria Salomé	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores	Eixo 1 - Questiona a política urbana descompromissada com o cumprimento da função social da propriedade. Propõe a Implementação de uma Política Municipal de Habitação com revisão e revitalização do Conselho Municipal de Habitação, associada ao sistema de mobilidade e locais de oferta de emprego.	Política de habitação está sendo tratada na elaboração do novo Plano Diretor.
Maria Salomé	Centro 16/05/2018	Associação de moradores Rio Comprido	Eixo 5 - Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Maria Salomé	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação de Moradores do Rio Comprido	Fala da necessidade de demarcação de ZEIS no mapa do Plano Diretor e pede a regularização do bairro Rio Comprido.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Maria Salomé	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação de Moradores do Rio Comprido	Fala da necessidade de demarcação de ZEIS no mapa do Plano Diretor e pede a regularização do bairro Rio Comprido.	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Maria Salomé	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Fortalecimento da participação da população em todas as fases do planejamento	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Maria Salomé	Vila Industrial 15/05/2018	Associação de Moradores do Rio Comprido	Inseparabilidade entre a política de regularização fundiária e as políticas públicas de habitação de interesse social, uso e ocupação do solo, macrodrenagem, mobilidade urbana e de prevenção e redução de riscos.	Os setores que tratam desse assunto na Prefeitura são interligados.
Maria Salomé	Centro 16/05/2018	Associação de Moradores	Pede o fortalecimento da participação popular em toda fase de planejamento da cidade.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal.
Maria Salomé	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores do Rio Comprido	Propõe a implementação de uma Política de regularização fundiária e do respectivo programa, destiando à regularização de todos os núcleos urbanos informais existentes no município e à titulação de seus ocupantes.	A política de regularização fundiária de loteamentos é complexa e envolve medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais. Por isso é demorado regularizar um loteamento mas atualmente a legislação está mais consolidada e São José dos Campos vem obtendo êxito na regularização de muitos loteamentos. A atual gestão tem dado continuidade a essa política.
Maria Salomé	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Questiona a política urbana descompromissada com o cumprimento da função social da propriedade. Propõe a Implementação de uma Política Municipal de Habitação com revisão e revitalização do Conselho Municipal de Habitação, associada ao sistema de mobilidade e locais de oferta de emprego.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espalhada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Maria Salomé	Residencial Gazzo 14/05/2018	Associação de Moradores do Rio Comprido	Regulamentação das ZEIS no Plano Diretor como forma de viabilizar o acesso a moradia digna e ao direito a cidade.	A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos. Para tanto, são definidos: as habitações, empreendimentos, núcleos e zonas a serem consideradas de interesse social.
Maria Salomé	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Regularização fundiária nos núcleos informais.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Maria Salomé	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação de Moradores do Rio Comprido	Reinvindica a regularização do bairro do Rio Comprido para possíveis instalações de equipamentos urbanos e sociais.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Maria Salomé	Jardim América 08/05/2018	Associação de Moradores	Rio Comprido não está demarcado no Mapa de ZEIS	A Prefeitura irá reformular o Mapa de ZEIS proposto de forma a identificar e relacionar todos os loteamentos irregulares ou núcleos informais existentes no Município, mantendo para aqueles em zona rural a possibilidade de regularização fundiária por meio de bolsão urbano desde que atendidas às condições da legislação vigente, devendo ser classificados em ZEIS àqueles comprovadamente de interesse social, por ocasião do projeto de regularização fundiária.
Maria Salomé	Vila Industrial 15/05/2018	Associação de Moradores	Solicita articulação das demais políticas públicas aos temas de regularização fundiária e habitação.	Continuar o processo de regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais é um dos principais objetivos definidos na proposta. Dentre as diretrizes estabelecidas para alcançar o objetivo proposto, consta a necessidade de identificar os núcleos urbanos informais de interesse social para fins de regularização fundiária, prover de infraestrutura os núcleos urbanos informais regularizados e promover a qualificação urbanística dos núcleos regularizados.
Maria Salomé Flores da Costa	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Eixo 5 - Fortalecimento da participação direta da população em todas as fases de planejamento e da gestão democrática da cidade, especialmente das políticas públicas relacionadas à Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas. A proposta para a Política Municipal de Habitação tem por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais, através da definição de objetivos e diretrizes específicos. Para tanto, são definidos: as habitações, empreendimentos, núcleos e zonas a serem consideradas de interesse social.
Maria Salomé Flores da Costa	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Propõe fortalecimento da participação popular nas etapas de planejamento e políticas públicas de ZEIS e regularização fundiária.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Crítica a falta de municípios no evento e pede reforma da delegacia central.	A Prefeitura deu ampla publicidade a realização dos Fóruns Regionais, sendo o convite à participação no processo de discussão do Plano Diretor extensivo a todos os municípios. A sugestão não é pertinente ao Município, mas será encaminhada as autoridades competentes do Governo Estadual.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Crítica a falta de municípios no evento e pede reforma da delegacia central.	A Prefeitura deu ampla publicidade a realização dos Fóruns Regionais, sendo o convite à participação no processo de discussão do Plano Diretor extensivo a todos os municípios. A sugestão não é pertinente ao Município, mas será encaminhada as autoridades competentes do Governo Estadual.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede diretrizes setoriais relacionadas a despoluição, mais médicos, limpeza das ruas, queimadas, assaltos no PEV e segurança nas escolas.	Do PEV previsto pela administração licitação de monitoramento em tempo real junto aos setores públicos da nossa cidade.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede diretrizes setoriais relacionadas a despoluição, mais médicos, limpeza das ruas, queimadas, assaltos no PEV e segurança nas escolas.	Inserido em nova diretriz em Plano de Varrição implantação 2018. Do PEV previsto pela administração licitação de monitoramento em tempo real junto aos setores públicos da nossa cidade.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede diretrizes setoriais relacionadas a despoluição, mais médicos, limpeza das ruas, queimadas, assaltos no PEV e segurança nas escolas.	Em relação às queimadas, A Política de Defesa Civil contempla diretrizes para prevenção e combate às calamidades e desastres naturais ou antropogênicos. Em relação a assaltos no PEV e segurança nas escolas, a Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão contempla ações de proteção dos próprios públicos municipais e a atuação integrada e conjunta com outros órgãos federais e estaduais na promoção da segurança pública no Município.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede diretrizes setoriais relacionadas a despoluição, mais médicos, limpeza das ruas, queimadas, assaltos no PEV e segurança nas escolas.	O Ministério da Saúde através da portaria nº 1044/GM/2004, inclui a política nacional para Inserção de Hospital de Pequeno Porte na rede hierarquizada de atenção à saúde, porém para que o município seja contemplado é necessário preencher critérios técnicos estabelecidos por essa portaria junto com SMS e órgãos públicos municipal, estadual e federal.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede diretrizes setoriais relacionadas a despoluição, mais médicos, limpeza das ruas, queimadas, assaltos no PEV e segurança nas escolas.	No objetivo de proteção da paisagem natural, a proposta do Plano Diretor estabelece que deverão ser implementadas ações de despoluição dos rios e cursos d'água, com melhoria no saneamento básico, bem como propõe a resignificação desses ambientes para a criação de áreas de convívio e lazer. Da mesma forma, a proposta reconhece a necessidade de fortalecimento a fiscalização ambiental e a necessidade de ações de zeladoria e manutenção nos parques e áreas verdes do município. A valorização dessas áreas deve minimizar usos indevidos e insegurança.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede diretrizes setoriais relacionadas a despoluição, mais médicos, limpeza das ruas, queimadas, assaltos no PEV e segurança nas escolas.	No objetivo de proteção da paisagem natural, a proposta do Plano Diretor estabelece que deverão ser implementadas ações de despoluição dos rios e cursos d'água, com melhoria no saneamento básico, bem como propõe a resignificação desses ambientes para a criação de áreas de convívio e lazer. Da mesma forma, a proposta reconhece a necessidade de fortalecimento a fiscalização ambiental e a necessidade de ações de zeladoria e manutenção nos parques e áreas verdes do município. A valorização dessas áreas deve minimizar usos indevidos e insegurança.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede mais médicos e mais segurança nas portas das escolas.	Em relação à segurança nas escolas, a Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão contempla a ampliação de políticas públicas voltadas à juventude e de prevenção à violência nas escolas.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede mais médicos e mais segurança nas portas das escolas.	Concurso médico realizado, com previsão para agosto de 2018 para o início das atividades dos profissionais
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede melhoria no transporte público, ponte na zona sul e crítica a ponte estaiada.	Referente ao transporte no Bairro Bosque dos Eucaliptos, e zona Sul em geral são os que contam com as maiores quantidades de partidas diárias mediante aos seus principais corredores, Avenida Andromêda e Avenida Bacabal. No momento não existe previsão de alterações nas linhas da referida região, pois estão com suas ofertas de viagens ajustadas as demandas de usuários.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede ponte, semáforo e mais linhas de ônibus na região.	Secretaria de Mobilidade Urbana está desenvolvendo os projetos necessários para a implantação de uma ponte ligando o Bosque dos Eucaliptos x Campo dos Alemães. Referente ao transporte no Bairro Bosque dos Eucaliptos, e zona Sul em geral são os que contam com as maiores quantidades de partidas diárias mediante aos seus principais corredores, Avenida Andromêda e Avenida Bacabal. No momento não existe previsão de alterações nas linhas da referida região, pois estão com suas ofertas de viagens ajustadas as demandas de usuários.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Pede ponte, semáforo e mais linhas de ônibus na região.	Secretaria de Mobilidade Urbana está desenvolvendo os projetos necessários para a implantação de uma ponte ligando o Bosque dos Eucaliptos x Campo dos Alemães.
Mariene Ferreira da Silva	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Se posiciona contra o uso misto e pede conservação de bairros apenas residenciais.	Os loteamentos, geralmente, tem a definição de sua destinação como mistos, exclusivamente residenciais ou industriais, na ocasião de sua aprovação. Na proposta do novo Plano Diretor, ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
Marilu Godoi	Jardim das Industrias 07/05/2018	Instituto Marilu Godoi de Proteção Animal	Solicita que o Plano Diretor tenha um olhar diferenciado para a proteção animal.	Dentre as Diretrizes de Meio Ambiente temos que "XV. Desenvolver a política municipal para a fauna silvestre e doméstica, com vistas ao controle de espécies invasoras, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa, bem como a garantia do Bem-estar Animal"



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Marilu Godoi	Jardim das Industrias 07/05/2018	Instituto Marilu Godoi de Proteção Animal	Criação do Bosque da Vila Betânia.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante em todas as regiões do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservações de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública. O caso particular do terreno na Vila Betânia está sendo discutido em instâncias apropriadas (COMAM e Cetesb). Quanto a outras áreas, a supressão é regulamentada por normas específicas, que preveem a compensação, permitindo o rearranjo do espaço urbano sem a perda de qualidade de vida.
Marilu Godoi	Jardim das Industrias 07/05/2018	Instituto Marilu Godoi de Proteção Animal	Criação do Bosque da Vila Betânia.	A Proposta define as Áreas Especiais de Interesse Ambiental e as Áreas de Proteção Ambiental no Município e contempla ainda as Diretrizes Setoriais de Meio Ambiente. Com o objetivo de promover o incremento de Áreas Verdes e Sistema de Lazer Públicos, Foi definido um conjunto de áreas, que deverão ser destinadas à implantação de Parques Urbanos. Pq Betânia - resposta ok?
Marilu Godoi	Jardim das Industrias 07/05/2018	Instituto Marilu Godoi	Conscientização e Defesa dos animais e do meio ambiente	Dentre as Diretrizes de Meio Ambiente temos que "XV. Desenvolver a política municipal para a fauna silvestre e doméstica, com vistas ao controle de espécies invasoras, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa, bem como a garantia do Bem-estar Animal"
Marilu Godoi	Jardim das Industrias 07/05/2018	Instituto Marilu Godoi	Conscientização e Defesa dos animais e do meio ambiente	Destacamos que: " Desenvolver a política municipal para a fauna silvestre e doméstica, com vistas ao controle de espécies invasoras, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa, bem como a garantia do Bem-estar Animal" é uma das Diretrizes de Meio Ambiente contemplada nesta proposta. além disso, a Educação Ambiental é uma das preocupações da Prefeitura de SJC e que se reflete na proposta do Plano Diretor que prevê a consolidação do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) e a promoção dos processos de Educação Ambiental, de caráter formal, fortalecendo a educação ambiental nos sistemas de ensino, e não formal, efetivando a participação democrática da sociedade civil na gestão ambiental no município.
Marina	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pede regularização dos terrenos da população, quer a documentação das casas.	A Prefeitura está contratando empresa de topografia para realizar o levantamento planialtimétrico cadastral do loteamento. Somente após isso poderá fazer as análises jurídicas, ambientais, de risco de escorregamento e socias do loteamento para definir qual o perímetro a ser regularizado.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Mário Lehmert Renaud	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Mauro Resende Gonçalves	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Diz que a região possui uma grande área rural e sugere que esportes com animais sejam mais incentivados.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor.
Mauro Resende Gonçalves	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Diz que questões técnicas quanto ao ambiente montanhoso não podem ser impeditivas para o turismo na região rural.	Consta nas diretrizes do PPDI 2018 como segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Instituir o macrozoneamento rural de forma a promover o desenvolvimento sustentável, respeitadas as características geomorfológicas e antrópicas do território; - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Mauro Resende Gonçalves	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Pede atenção nas estradas rurais, pedindo recuo para pessoas que andam a pé, bicicleta, cavalo.	Em alguns casos as estradas estão fora do domínio do município e para essa intervenção é necessário desapropriações de áreas particulares.
Mauro Resende Gonçalves	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Pede hospital veterinário público.	A legislação SUS, no que tange à aplicação de recursos, preconiza que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses não podem ser aplicados em outras políticas públicas conforme a Lei Complementar 141 / 2012. Destacamos que o CCZ, enquanto unidade do SUS, que tem seu foco no ser Humano, nunca deixou de cumprir com suas obrigações, pois todos os animais de interesse zoonótico recolhidos são castrados desde sempre, sendo assim, reforçando as competências do CCZ, é necessário considerar que é vigente a PORTARIA Nº 1.138, DE 23 DE MAIO DE 2014 (do Ministério da Saúde e, portanto, de abrangência nacional), que define as ações e competências de um Centro de Controle de Zoonoses, sendo necessário haver orçamento próprio, que não o do SUS, destinado ao Bem Estar Animal, para desenvolver tal proposta.
Mauro Resende Gonçalves	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Pede o retorno dos cuidadores das estradas rurais, que eram moradores locais contratados para fazer a manutenção básica das estradas rurais.	Agradecemos sua contribuição para definir as metas e as prioridades da cidade.
Mauro Rezende Gonçalves	Santana 09/05/2018	Munícipe	Destacou que nas discussões muito vezes são tratados interesses particulares.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Mauro Rezende Gonçalves	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pede políticas públicas para o jovem e adolescente. E criação de centros de cultura.	A cidade possui 10 Casas de Cultura e as diretrizes culturais têm abrangência a todos os públicos da cidade, mas muitos programas culturais têm foco e prioridade no atendimento do Jovem e adolescente como a formação artística do Coro Jovem e os projetos como Encontros de Hip hop, Saraus musicais, além de apresentações das oficinas culturais. A FCCR mantém também, parcerias com entidades que atendem exclusivamente ao público jovem como Fundhas, Secretaria de Educação, Fundação Casa e outras Organizações Sociais que visam o atendimento específico deste público. Não há estudo para implantação de novas Casas de Cultura, entretanto buscamos parceiros (instituições sem fins lucrativos) através de editais, que sejam sediadas fora da área de cobertura das Casas de Cultura para suprir as demandas existentes.
Mauro Rezende Gonçalves	Santana 09/05/2018	Munícipe	Pede políticas públicas para o jovem e adolescente. E criação de centros de cultura.	Informamos que a Secretaria oferece na área de Esporte e Qualidade de Vida atividades dirigidas no Centro Esportivo Casa do Jovem, Centro Comunitário Alto da Ponte, Centro Poliesportivo Altos de Santana e Ginásio de Esportes da Vila Maria.
Murilo Magalhães	Centro 16/05/2018	Munícipe	Crítica a criação de mais vias e defende a melhoria do transporte público.	O Transporte público da cidade é constantemente acompanhado pelo setor responsável da prefeitura, em conjunto com os municípios que muitas vezes nos ajudam a entender melhor os problemas de cada linha que circula na cidade através do 156 e outros canais. Melhorias são feitas conforme necessidades identificadas pela equipe em análises constantes.
Murilo Magalhães	Centro 16/05/2018	Munícipe	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
Murilo Magalhães	Centro 16/05/2018	Munícipe	Solicita esclarecimento quanto a apresentação da proposta do PD, onde foi abordada a descentralização e pessoas morando longe do trabalho.	Um dos objetivos da proposta é o de fortalecer, na área urbana do Município, a formação de uma rede de centralidades com diversidade de usos para aproximar moradia, trabalho e demais espaços de atividades.
Nelson Costa Filho	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Menciona o maior ativismo social e necessidade do desenvolvimento e geração de renda rural como forma de aproveitar o potencial existente em São Francisco Xavier	Consta nas diretrizes do PPDI 2018 o que segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o desenvolvimento social da população rural como fator determinante de inclusão e promoção social; - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Nilson Franco	Centro 16/05/2018	AABEA	A cidade deve ser repensada para os moradores.	Plano diretor é um documento que deve sintetizar e tornar explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelecer princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos.
Nilson Franco	Centro 16/05/2018	AABEA	Bairro Esplanada não é patrimônio arquitetônico e sim urbanístico.	Continuar o processo de regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais é um dos principais objetivos definidos na proposta. Dentre as diretrizes estabelecidas para alcançar o objetivo proposto, consta a necessidade de identificar os núcleos urbanos informais de interesse social para fins de regularização fundiária, prover de infraestrutura os núcleos urbanos informais regularizados e promover a qualificação urbanística dos núcleos regularizados
Nilson Franco	Centro 16/05/2018	AABEA	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Nilson Franco	Centro 16/05/2018	AABEA	Solicita a anulação da Via Banhado.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região.
Órion Leônidas	Centro 16/05/2018	SAB Banhado	Diz que confia na Defensoria Pública e que a oferta feita pela Prefeitura para sair do Banhado não é digna.	Foram oferecidas unidades habitacionais em empreendimento da CDHU, e criado programa de compra assistida para o núcleo do banhado.
Órion Leônidas	Centro 16/05/2018	SAB Banhado	Pede casas descentes no próprio Banhado.	Devido as condições insalubres do local, não está em estudo regulariza-lo.
Órion Leônidas	Centro 16/05/2018	SAB Banhado	Pede respeito, diz que o Banhado não é favela, é uma comunidade, fala que não é ladrão e sim vigilante. Diz que tem bandido no Colinas e em outros bairros, e não só no Banhado.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local habitável.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Oscar Strauss Filho	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Presidente da associação de Moradores Monte Rei	Fala da necessidade de Clínica Leste na região do Cajuru.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Presidente da associação de Moradores Monte Rei	Faz uma solicitação de abertura do acesso do Serrote para a Carvalho Pinto e ressalta a necessidade da ampliação da estrada do Cajuru.	A SEMOB está desenvolvendo estudos para ligação da Região Leste x Carvalho Pinto. O projeto para duplicação da antiga Estrada do Cajuru encontra-se em andamento.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Associação de Moradores Monte Rei	Pede implantação de casa de cultura na região do Cajuru.	Não há estudo para implantação de novas Casas de Cultura, entretanto buscamos parceiros (instituições sem fins lucrativos) através de editais, que sejam sediadas fora da área de cobertura das Casas de Cultura para suprir a demanda da região No bairro Castanheiras, atuamos em parceria com as Obras Sociais Irmãs Clara e as atividades iniciam em agosto/2018.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Presidente da associação de Moradores Monte Rei	Pede reunião entre lideranças de bairro e o Secretário de Mobilidade.	Fazer a solicitação via ofício que deverá ser entregue na Secretaria de Mobilidade Urbana.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Presidente da associação de Moradores Monte Rei	Reconhece o esforço das lideranças do Monte Rey e a conquista da construção de creche e outras melhorias no bairro.	A SEURBS agradece a participação no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Associação de Moradores Monte Rei	Reforça a solicitação de reunião com o Secretário de Mobilidade.	Fazer a solicitação via ofício que deverá ser entregue na Secretaria de Mobilidade Urbana.
Paulo Henrique S. Oliveira	Novo Horizonte 11/05/2018	Presidente da associação de Moradores Monte Rei	Solicitação de PEV na região do Cajuru.	O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) prevê a instalação de mais 4 PEVs na Região Leste, inclusive na região do Cajuru. A implantação dos PEVs segue planejamento orçamentário da Prefeitura que, no momento, está implantando o PEV na região Sudeste, no bairro Santa Julia, que poderá atender a população do Cajuru.
Paulo R. Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Menciona que o plano diretor deve atender os anseios básicos como saúde, segurança e educação e cobra melhorias nas questões de zeladoria, segurança e saúde no Jardim Nova Detroit.	Participou da elaboração do Plano Diretor, como todas secretarias e analisou todas demandas encaminhadas durante as audiências.
Paulo R. Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Menciona que o plano diretor deve atender os anseios básicos como saúde, segurança e educação e cobra melhorias nas questões de zeladoria, segurança e saúde no Jardim Nova Detroit.	Em relação aos anseios básicos como segurança, o Plano Diretor estabelece 10 diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão. Além disso, o Plano Diretor também prevê diretrizes próprias para a Política de Fiscalização de Posturas Municipais, do Centro de Operações Integradas e da Guarda Civil Municipal, de modo que o trabalho integrado dos órgãos subordinados à SEPAC proporcione os melhores resultados na segurança pública do Município.
Paulo R. Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Menciona que o plano diretor deve atender os anseios básicos como saúde, segurança e educação e cobra melhorias nas questões de zeladoria, segurança e saúde no Jardim Nova Detroit.	O Jardim Nova Detroit possui UBS para atender a região de abrangência. Ainda na região leste temos a UPA Eugênio de Melo, UPA Novo Horizonte, Hospital Municipal e a Unidade de Reabilitação Leste.
Paulo Roberto da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Construção de um poliesportivo e uma creche.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Paulo Roberto da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Construção de um poliesportivo e uma creche.	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Paulo Roberto da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Melhor administração da UBS do Nova Detroit; patrulhamento mais efetivo no bairro e também melhoria da praça.	A revitalização da praça entrará em programação do Programa Minha Praça de Volta
Paulo Roberto da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Melhor administração da UBS do Nova Detroit; patrulhamento mais efetivo no bairro e também melhoria da praça.	Houve substituição da gerência da Unidade Básica de Saúde
Paulo Roberto da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Melhor administração da UBS do Nova Detroit; patrulhamento mais efetivo no bairro e também melhoria da praça.	A revitalização da praça entrará em programação do Programa Minha Praça de Volta
Paulo Roberto da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Solicitação de fiscalização por radares e câmeras de segurança.	Vamos estudar a solicitação.
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Município	A população do banhado não deve sair daquele local para construção de uma via.	O Sistema Viário Via banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Município	Agilidade na regularização fundiária do Bairro do Rio Comprido.	O loteamento Rio Comprido teve levantamento planialtimétrico cadastral atualizado pela Prefeitura recentemente e os estudos para definição do perímetro a ser regularizado estão em andamento bem como as tratativas sobre as casas que ainda estão na área de risco e de preservação.
Paulo Romano	Jardim América 08/05/2018	Município	Aponta o mito de que a Construção Civil traz benefícios para a cidade.	Agradecemos a contribuição e participação.
Paulo Romano	Centro 16/05/2018	Município	Crítica a falta do mapeamento dos imóveis vazios na área consolidada da cidade	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Paulo Romano	Centro 16/05/2018	Munícipe	Critica que o principal instrumento da proposta é a outorga onerosa e não a edificação e parcelamento compulsório do solo e o IPTU progressivo	Para alcançar os objetivos estratégicos propostos no Plano Diretor e a efetiva utilização dos instrumentos de política urbana é necessário estabelecer a política do Coeficiente de Aproveitamento Básico e Único para toda a cidade. O coeficiente básico para toda a cidade é o único instrumento que consegue alavancar a transformação pretendida no espaço urbano, já que a partir dessa margem entre o coeficiente básico e o coeficiente máximo adicional, é que a municipalidade consegue realizar um planejamento urbano efetivo, e com possibilidades reais de influenciar positivamente o desenvolvimento urbano. O coeficiente de aproveitamento máximo foi estabelecido para as macrozonas urbanas, centralidades e zonas mistas, com o intuito de criar um mecanismo efetivo de controle e atratividade necessários para o reordenamento urbano proposto para a Cidade. A "verticalização" resultante de um processo de ordenamento urbano que contempla coeficientes básicos únicos e coeficientes máximos adicionais, por meio da adoção da Outorga Onerosa é mais equilibrada e gera maiores condições de investimentos para atendimento das demandas públicas na cidade; do que aquela que vem sendo praticada ao longo dos anos, pela simples adoção de coeficientes básicos diversificados que corroboram para a valorização desigual da terra, e para a exclusão social das áreas mais infraestruturadas, contribuindo para o "espraçamento" da cidade e consequentemente para uma menor qualidade de vida da população. Com relação ao PEUC, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis de sua aplicação por meio de lei específica.
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Diz que as Centralidades estão nas melhores áreas das cidades	A proposta para o Plano Diretor identifica as centralidades existentes e aquelas que devem ser fortalecidas e/ou induzidas em todas as regiões da cidade, abrindo caminho para a implementação de incentivos urbanísticos que contribuam para a implementação das mesmas
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Diz que as ZEIS são para fazer regularização de bairros periféricos.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor.
Paulo Romano	Centro 16/05/2018	Munícipe	Diz que o Plano Diretor precisa ser da cidade e que seria bom que os seguimentos e pessoas que vão construir o Plano Diretor em portas fechadas, devem vir ao fórum com o povo.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Há a necessidade de indicar no PD as áreas vazias e onde estão os terrenos vazios. Os vazios urbanos não são somente os maiores que 5000 m².	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Paulo Romano	Centro 16/05/2018	Munícipe	Indica que a construção da cidade deve ser feita pelo poder público, juntamente com a população	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal.
Paulo Romano	Jardim América 08/05/2018	Munícipe	Necessidade da aplicação do IPTU progressivo no tempo e o PEUC.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Munícipe	O tema mobilidade, na proposta do Plano Diretor não considera os pedestres e ciclovias devidamente.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Os resultados das oficinas não foram retratados na proposta do Plano Diretor.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população são devidamente analisadas.
Paulo Romano	Santana 09/05/2018	Munícipe	Para melhorar a mobilidade as pessoas precisam estar dentro da cidade e não priorizar a construção de vias.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município.
Paulo Romano	Centro 16/05/2018	Munícipe	Pede para administração parar com qualquer ação na cidade até que o PD seja aprovado	Plano diretor é um documento que deve sintetizar e tornar explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelecer princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos. A lei Complementar nº 306 de 17 de novembro de 2006 aprova e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI atualmente vigente no município de São José dos Campos.
Paulo Romano	Jardim América 08/05/2018	Munícipe	Questiona a fundamentação teórica para constituir as centralidades.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade através de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
Paulo Romano	Jardim América 08/05/2018	Munícipe	Questionamentos dos mapas.	Os mapas elaborados na Proposta do Plano Diretor obedecem às normas de representação cartográficas vigentes no Brasil.
Paulo Romano	Jardim América 08/05/2018	Munícipe	Trata de vazios urbanos.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Pedro Ribeiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	Cita o Concidades e a necessidade de Conferência ou evento similar para enviar o Projeto de Lei para a Câmara.	A proposta revisada deverá ser discutida no Fórum Final, a ser definido e agendado com o Conselho Gestor do Plano Diretor.
Pedro Ribeiro	Centro 16/05/2018	Munícipe	O fórum é uma demonstração de cidadania e democracia.	As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil.
Regiane Fuoco	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Apresentou a proposta da criação do Parque Linear como forma de proteção do Rio do Peixe.	O Plano Diretor apresenta proposta de um Parque Linear ao Rio do Peixe, além do Parque do Casarão também em São Francisco Xavier
Regiane Fuoco	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Apresentou sua crítica quanto a metodologia do Fórum que não permite a exposição e discussão de proposta.	As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Regina Celly	Centro 16/05/2018	Associação dos Inscritos para Moradia Habitacional	Atraso nas obras do Conjunto Habitacional Mirante do Limoeiro.	O Atraso se deve à problemas da construtora. A Prefeitura está envolvida para agilizar o que for possível, e emitir o habite-se assim que a construção estiver concluída.
Regina Celly	Centro 16/05/2018	Associação dos Inscritos para Moradia Habitacional	Falta de qualidade arquitetônica nas moradias populares.	Projetos aprovados de empreendimentos para a demanda inscrita na fila, são analisadas sob os mesmos parâmetros que outros empreendimentos precisam atender.
Regina Celly	Centro 16/05/2018	Associação dos Inscritos para Moradia Habitacional	Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestruturado.
Regina Celly	Centro 16/05/2018	Associação dos Inscritos para Moradia Habitacional	Violencia contra a mulher.	A Assistência Social possui atendimento a mulher vítima de violência nas unidades de CREAS, que tiveram suas equipes fortalecidas para realizar este atendimento. Além do atendimento nos CREAS, o município possui parceria com OSC que executa serviço de abrigo protegido para mulheres vítimas de violência. As unidades da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão vem trabalhando, mensalmente o assunto, através de atendimentos multidisciplinares individualizados, rodas de conversa, campanhas e ações do Programa Conhecer para Combater.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Regina Fátima dos S. Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora popular Legal/ Liderança do bairro	Faz pedido de novas linhas de ônibus para a região.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
Regina Fátima dos Santos	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora Legal Popular	Fala da relação entre novos conjuntos habitacionais e o suporte da mobilidade e do sistema viário.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
Regina Fátima dos Santos	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora Legal Popular	Pede resolução do problema de mobilidade na região.	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
Regina Fátima dos Santos	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora Legal Popular	Questiona o suporte ao novo contingente populacional na região.	A proposta para o novo Plano Diretor São José dos Campos, após extenso e qualificado trabalho de diagnóstico advindo das dimensões técnica e da participação da população e sociedade por meio de seus diversos fóruns, aponta em suas diretrizes principais um novo paradigma de desenvolvimento urbano na cidade, com um território mais equilibrado socialmente e uma cidade mais humana e sustentável. Ao regular o uso do solo priorizando o crescimento e adensamento urbano em áreas com infraestrutura de suporte (infraestrutura básica, equipamentos sociais e transporte público), construindo uma cidade constituída de uma rede polinucleada de centralidades multifuncionais e complementares e conectadas por sistema de transporte público, se induz a uma cidade mais compacta e de uso misto, objetivo essencial do urbanismo contemporâneo no século 21.
Regina Fátima dos Santos	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora Legal Popular	Se desculpa pelo termo utilizado para se referir aos serviços do bairro do Pinheirinho dos Palmares.	Agradecemos a contribuição e participação.
Regina Fátima dos Santos Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Liderança de bairro e promotora legal popular	Diz que é necessário um plano de segurança para escolas, UBS e bairros distantes.	Em relação aos anseios básicos como segurança, o Plano Diretor estabelece 10 diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão. Além disso, o Plano Diretor também prevê diretrizes próprias referentes ao Centro de Operações Integradas e à Guarda Civil Municipal, de modo que o trabalho integrado dos órgãos subordinados à SEPAC proporcione os melhores resultados na segurança pública em todas as regiões do Município.
Regina Fátima dos Santos Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Liderança de bairro e promotora legal popular	Diz que há escassez de ônibus nos bairros Santa Rosa, Santa Luzia e Santa Julia .	Informamos que a Região Sudeste inteira passou por reestruturação no transporte público em Abril de 2017 por conta da migração e expansão do bairro Pinheirinho dos Palmares, inclusive com reuniões nos bairros para definir a melhor maneira de rodagem das linhas que circulam na Região. Desde então estas linhas vem sendo acompanhadas a fim de sempre melhorarmos o atendimento aos seus usuários.
Regina Fátima dos Santos Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora popular Legal/ Liderança do bairro	Pede aumento da UBS do bairro.	Unidade Avançada será inaugurada em julho 2018
Regina Fátima dos Santos Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Liderança de bairro e promotora legal popular	Pede instalação de escolas do Ensino Fundamental e Médio para o bairro Santa Júlia.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Regina Fátima dos Santos Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Promotora popular Legal/ Liderança do bairro	Questiona a diminuição de atividades na Casa da Cultura Lili Figueira.	Não houve diminuição de atividades da Casa de Cultura Lili Figueira, a programação segue de 2ª a 6ª feira, das 8h as 22h, com oficinas e vivências culturais rotineiras e eventos e programações especiais aos sábados e domingos.
Regina Fátima dos Santos Endo	Jardim Santa Fé 10/05/2018	Liderança do Bairro e promotora legal popular	Questiona se será viável ou não os estabelecimento de novas habitações na região garantindo seguridade para intalação de creches, escolas, segurança, saúde e lazer.	Existem estudos de empreendimentos habitacionais na referida região.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Regina Maria Rangel	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Renata Paiva	Santana 09/05/2018	Vereadora	Diz que a questão da creche não ficou clara no Plano Diretor, que as creches devem ser período integral seguindo o que orienta o Plano Municipal da Educação.	Necessita sempre de estudo para implantação.
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Diz que a questão da creche não ficou clara no Plano Diretor, que as creches devem ser período integral seguindo o que orienta o plano municipal da educação. Diz que 100% das crianças devem ser contempladas com creche até 2025. Atualmente 25% das crianças não estão contempladas.	Novas construções e ampliações são realizadas após estudos de demanda da região. Com as realizadas no ano de 2018 vamos zerar a demanda atual de 0 a 3 anos.
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Diz que o Ensino Fundamental deve ser municipalizado.	Necessita sempre de estudo para implantação.
Renata Paiva	Santana 09/05/2018	Vereadora	Diz que o Plano Desenvolvimento do Jaguari não foi contemplado no Plano Diretor	O PDPA – Jaguari, ainda em processo de discussão, teve seus conceitos de sustentabilidade incorporados a proposta do Plano Diretor, em especial no Macrozoneamento Rural, no tocante as diretrizes estabelecidas para a Macrozona Rural de Proteção de Recursos Hídricos, Macrozona de Potencial Turístico, que abrangem a Bacia Hidrográfica do Ri do Peixe. PDPA - ok?
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Diz que o Plano Desenvolvimento do Jaguari não foi contemplado no Plano Diretor.	O PDPA – Jaguari, ainda em processo de discussão, teve seus conceitos de sustentabilidade incorporados a proposta do Plano Diretor, em especial no Macrozoneamento Rural, no tocante as diretrizes estabelecidas para a Macrozona Rural de Proteção de Recursos Hídricos, Macrozona de Potencial Turístico, que abrangem a Bacia Hidrográfica do Ri do Peixe. PDPA - ok?
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Diz que precisa colocar os perímetros dos núcleos urbanos informais da Zona norte, via imagens de satélite e fotografias aéreas no Plano Diretor.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor.
Renata Paiva	Santana 09/05/2018	Vereadora	Inserir os perímetros dos núcleos urbanos informais da Zona norte, que não foram contemplados no Plano Diretor por questões de cadastro, via imagens de satélite e fotografias aéreas no Plano Diretor.	Na revisão do mapa 11 – Regularização Fundiária, inserido na proposta do Plano Diretor, foram indicados todos os núcleos urbanos informais através de uma listagem e inserção da localização por pontos, a demarcação dos perímetros não é possível pois os mesmos não possuem levantamento. Os núcleos urbanos informais, localizados na zona rural do Município, poderão ser transformados em bolsões urbanos para fins de regularização fundiária e urbanística, através de legislação específica, desde que justificado o interesse público e social junto aos órgãos competentes, devendo ser aqueles comprovadamente de baixa renda classificados como ZEIS por ocasião dos procedimentos de regularização.
Renata Paiva	Santana 09/05/2018	Vereadora	O Ensino Fundamental deve ser municipalizado.	Necessita sempre de estudo para implantação.
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Pede a criação de uma Escola agrícola e técnica e empreendedorismo na região rural.	Agradecemos a contribuição e participação.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Pede a criação de uma Escola agrícola e técnica e empreendedorismo na região rural.	<p>Em relação ao potencial da zona rural e aquático e criação de um centro turístico, consta nas diretrizes do PDDI 2018, como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a diversificação da matriz econômica, a atração de investimentos e a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre as regiões da cidade. - Incentivar a formação de um novo polo de desenvolvimento turístico no entorno do reservatório da Usina Hidroelétrica do Jaguari, otimizando uma de suas vocações anunciadas como mitigação dos impactos socioeconômicos quando de sua construção. • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier. <p>Também consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue:</p> <p>IV. Desenvolvimento do turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prover de infraestrutura adequada os lugares de interesse turístico e de apoio ao turismo no Município; <p>Em relação ao centro de comercialização para o produtor rural, e a criação de uma escola agrícola e técnica, consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico, como segue:</p> <p>III. Desenvolvimento rural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações e projetos que visem a inclusão social da população rural, através da implantação de infraestrutura de serviços públicos, e de estruturas de apoio à produção e comercialização, que agreguem valor à agricultura familiar ou outras formas de trabalho rural; - Desenvolver ações junto aos governos Federal e Estadual para a ampliação de cursos profissionalizantes voltados à área rural em instituições públicas de ensino superior e técnico;
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Pede a criação do Centro turístico da região considerando todo o potencial da zona rural, e aquático.	<p>Em relação ao potencial da zona rural e aquático e criação de um centro turístico, consta nas diretrizes do PDDI 2018, como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a diversificação da matriz econômica, a atração de investimentos e a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre as regiões da cidade. - Incentivar a formação de um novo polo de desenvolvimento turístico no entorno do reservatório da Usina Hidroelétrica do Jaguari, otimizando uma de suas vocações anunciadas como mitigação dos impactos socioeconômicos quando de sua construção. • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier. <p>Também consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue:</p> <p>IV. Desenvolvimento do turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prover de infraestrutura adequada os lugares de interesse turístico e de apoio ao turismo no Município; <p>Em relação ao centro de comercialização para o produtor rural, e a criação de uma escola agrícola e técnica, consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico, como segue:</p> <p>III. Desenvolvimento rural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações e projetos que visem a inclusão social da população rural, através da implantação de infraestrutura de serviços públicos, e de estruturas de apoio à produção e comercialização, que agreguem valor à agricultura familiar ou outras formas de trabalho rural; - Desenvolver ações junto aos governos Federal e Estadual para a ampliação de cursos profissionalizantes voltados à área rural em instituições públicas de ensino superior e técnico;
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Pede fortalecimento e extensão do Plano de manutenção de estradas e antipoeira, com drenagem e manutenção periódica.	Garantia de serviço cinco anos, porém não realizado. A Prefeitura está realizando os reparos já com 50% das estradas feitas.
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Pede que o PSA seja estendido para toda a região rural.	A ampliação dos programas de remuneração com base na prestação de serviços ambientais, a exemplo dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) é uma das diretrizes do objetivo de incentivar o desenvolvimento rural, inclusive na ADE Potencial Ambiental Turística São Francisco Xavier. Da mesma forma, há uma diretriz de meio ambiente que estabelece: "Assegurar a manutenção e geração de serviços ambientais prestados, utilizando-se de ferramentas modernas de incentivo ambiental, relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, como programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em diversas modalidades como proteção de recursos hídricos, conservação da biodiversidade, beleza cênica e sequestro e estocagem de carbono". Nesse sentido, destaca-se a importância de se regulamentar o PSA em outras modalidades como estratégia de ampliação de uso desse instrumento, uma vez que o Decreto 16086/2014 regulamentou apenas a modalidade Conservador de Recursos Hídricos. Quanto ao Programa São José Mais Água, encontra-se em fase execução o projeto-piloto na bacia do Rio do Peixe/Ribeirão das Couves, que deverá ser consolidado nos próximos dois anos, agregando informações relevantes para a expansão do programa no município.
Renata Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Vereadora	Pede um centro de comercialização para o produtor rural.	<p>Em relação ao potencial da zona rural e aquático e criação de um centro turístico, consta nas diretrizes do PDDI 2018, como segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a diversificação da matriz econômica, a atração de investimentos e a distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico entre as regiões da cidade. - Incentivar a formação de um novo polo de desenvolvimento turístico no entorno do reservatório da Usina Hidroelétrica do Jaguari, otimizando uma de suas vocações anunciadas como mitigação dos impactos socioeconômicos quando de sua construção. • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier. <p>Também consta como estratégico, no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018, como segue:</p> <p>IV. Desenvolvimento do turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Prover de infraestrutura adequada os lugares de interesse turístico e de apoio ao turismo no Município; <p>Em relação ao centro de comercialização para o produtor rural, e a criação de uma escola agrícola e técnica, consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico, como segue:</p> <p>III. Desenvolvimento rural</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações e projetos que visem a inclusão social da população rural, através da implantação de infraestrutura de serviços públicos, e de estruturas de apoio à produção e comercialização, que agreguem valor à agricultura familiar ou outras formas de trabalho rural; - Desenvolver ações junto aos governos Federal e Estadual para a ampliação de cursos profissionalizantes voltados à área rural em instituições públicas de ensino superior e técnico;



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Renato Lorza	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fundação Florestal - APA São Francisco Xavier	Apresenta a proposta de valorização da vocação local de São Francisco Xavier, através da criação de ferramentas mistas rurais, como vilas rurais, no qual permita a moradia, o acesso mínimo a serviços e comunicação, porém sem perder as características produtivas rurais, sem a propagação de núcleos irregulares com características urbanas	Consta nas diretrizes do PPD 2018 o que segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Renato Vieira	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que luta pela regularização fundiária e que a prefeitura nunca teve um projeto de assentamento. Destaca que os moradores não querem sair do banhado, defendem a regularização fundiária.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
Renato Vieira	Centro 16/05/2018	Banhado Resiste	Diz que o Banhado não defende nenhuma via, que sua construção impacta o meio ambiente e as moradias.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado
Rita Donizete Cassia Lima	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Mais atenção da administração atual com a cidade de São Francisco Xavier	Agradecemos a contribuição e participação.
Rita Donizete Cassia Lima	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Proposta de ampliação de instrumentos jurídicos para da construção de uma política habitacional e regularização fundiária no plano diretor e reivindica apoio técnico da prefeitura para facilitação da regularização fundiária e acesso aos serviços.	O Plano Diretor contempla diretrizes para Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.
Rita Donizetti	Bonsucesso 12/05/2018	Presidente Associação de Bairro São Mateus	Pede a instalação de lombadas e radares nas áreas próximas de escolas.	Vamos analisar a solicitação.
Rita Donizetti	Bonsucesso 12/05/2018	Presidente Associação de Bairro São Mateus	Pede apoio as empresas existentes, para a agroindústria e o pequeno agricultor	Consta nas diretrizes do PPD 2018 o que segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Fortalecer a propriedade rural, mediante apoio ao pequeno e médio produtor e em especial ao agricultor familiar, através de convênios e parcerias com órgãos técnicos; - Incentivar a implantação de arranjos produtivos relacionados ao agronegócio e estímulo ao desenvolvimento de agroindústria com produtos de maior valor agregado; - Estimular a agricultura sustentável, em suas variantes agroecológica, orgânica, biodinâmica e natural e favorecer a comercialização direta dos produtos ao consumidor;
Rita Donizetti	Bonsucesso 12/05/2018	Presidente Associação de Bairro São Mateus	Solicita investimento em Infraestrutura urbana (guias, sargetas, asfaltos, tecnologias, drenagem das águas fluviais)	A infraestrutura de regiões mais afastadas faz parte das diretrizes em diversos capítulos da proposta do Plano Diretor.
Rita Lima	Centro 16/05/2018		Reclama a ausência do Prefeito em todos os Fóruns.	A proposta de fóruns regionais para a contribuição do plano diretor é especificamente para colher as sugestões dos moradores sobre a construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Háverá outras possibilidades de participação do prefeito, como na apresentação da proposta que será encaminhada para a Câmara.
Rita Lima	Centro 16/05/2018		Regularização da Vila São Mateus.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. O diretor de Regularização Fundiária recebeu a presidente da Associação de Bairro recentemente para esclarecimentos acerca da regularização do bairro.
Rita Lima	Centro 16/05/2018		Regularização do Jardim Nova Esperança.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
Rita Lima	Vila Industrial 15/05/2018	Presidente da Associação de Moradores Vila São Mateus	Solicita a inclusão de todos os instrumentos urbanísticos que permitam uma política de regularização, que possam diminuir as desigualdades no município e posiciona que os cidadãos podem fazer parte de todas as audiências que puder participar.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espraiada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Rita Lima	Centro 16/05/2018		Solicita a não retirada das pessoas da zona rural para alocar em prédios.	A Retirada é feita a núcleos em áreas de risco.
Rita Lima	Centro 16/05/2018		Utilizar todos os instrumentos que favoreçam a implementação das ZEIS.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espraiada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, ressaltando-se a previsão de incentivos e de recursos específicos para fins de produção de Habitação de Interesse Social nas áreas mais infraestruturadas.
Rita Lima	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Bairro	Agilidade na regularização fundiária do Vila São Mateus, que de início ao menos seja demarcado como ZEIS.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. O diretor de Regularização Fundiária recebeu a presidente da Associação de Bairro recentemente para esclarecimentos acerca da regularização do bairro.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Diz que a pedreira da região se ofereceu para contribuir com a recuperação das vias junto com a prefeitura, de forma que a prefeitura forneça o maquinário e mão de obra, e a pedreira o material.	A via em questão (Santo Ivo) foi realizada manutenção em parceria
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Diz que a pedreira da região se ofereceu para contribuir com a recuperação das vias junto com a prefeitura, de forma que a prefeitura forneça o maquinário e mão de obra, e a pedreira o material.	Vamos encaminhar a demanda para o setor responsável.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Diz que as empresas de eucalipto danificaram as estradas rurais.	A Empresa foi notificada e feito devidos reparos nas estradas
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Diz que as empresas de eucalipto danificaram as estradas rurais.	Vamos encaminhar a demanda para o setor responsável.
Rita Lima	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Bairro	Diz que as habitações na cidade não vêm com instalação de USB, UPAS e escolas, ficam em bairros isolados e distantes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Rita Lima	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Bairro	Diz que as habitações na cidade não vêm com instalação de USB, UPAS e escolas, ficam em bairros isolados e distantes.	A proposta do Plano Diretor contempla definições, objetivos e diretrizes para implementação da Política Municipal de Habitação, tendo por princípio promover moradia digna e inclusão territorial através da produção de novas habitações de interesse social, da regularização de núcleos urbanos informais existentes, e da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	Associação de Moradores Vila São Matheus	Diz que falar de moradia também é falar de vidas, pessoas e idosos. Menciona que em dias de chuva as pessoas se utilizam dessa água para alimentar crianças e para o banho. Diz que em época de chuva o caminhão pipa não chega às casas.	A infraestrutura de regiões mais afastadas faz parte das diretrizes em diversos capítulos da proposta do Plano Diretor.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	Associação de Moradores Vila São Matheus	Diz que foi citado investimento no entorno da represa do Jaguarari e que não concorda que os investimentos sejam feitos somente na represa.	O desenvolvimento da região do Jaguarari não foi planejado apenas para o entorno da represa. As diretrizes de desenvolvimento rural contemplam ações e objetivos para toda a área.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	Associação de Moradores Vila São Matheus	Pede a inseparabilidade das políticas públicas e a políticas de regularização fundiária. Cita: mobilidade urbana, macrodrenagem e redução de riscos.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. O diretor de Regularização Fundiária recebeu a presidente da Associação de Bairro recentemente para esclarecimentos acerca das regularização do bairro.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Pede incentivo e apoio para as empresas da região norte permanecerem na região.	A Lei de incentivos, Lei Complementar nº 256/03 atende a todas as regiões da cidade, nas áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do município. • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Fortalecer a propriedade rural, mediante apoio ao pequeno e médio produtor e em especial ao agricultor familiar, através de convênios e parcerias com órgãos técnicos; II. Atividade econômica, trabalho e renda - Efetivar políticas econômicas específicas para as Áreas de Desenvolvimento Estratégico, objetivando o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre as diferentes regiões do Município;
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Pede incentivos para as empresas existentes na região norte.	A Lei de incentivos, Lei Complementar nº 256/03 atende a todas as regiões da cidade, nas áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do município. • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Fortalecer a propriedade rural, mediante apoio ao pequeno e médio produtor e em especial ao agricultor familiar, através de convênios e parcerias com órgãos técnicos; II. Atividade econômica, trabalho e renda - Efetivar políticas econômicas específicas para as Áreas de Desenvolvimento Estratégico, objetivando o desenvolvimento sustentável e equilibrado entre as diferentes regiões do Município;
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	ASAB	Pede maior investimento nas linhas de ônibus para a região do Turvo.	O Bairro do Turvo conta com 46 partidas diárias em ambos os sentidos, estando com a sua demanda ajustada a oferta de viagens diárias, no momento não existe uma previsão de aumento destas partidas, porém a referida linha será acompanhada a fim de verificarmos possíveis gargalos para a melhoria da mesma.
Rita Lima	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Bairro	Pede que durante a regularização fundiária as pessoas sejam realocadas para regiões próximas.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. O diretor de Regularização Fundiária recebeu a presidente da Associação de Bairro recentemente para esclarecimentos acerca das regularização do bairro.
Rita Lima	Santana 09/05/2018	Presidente da Associação de Bairro	Pede que os vereadores assinem a proposta pensando a favor da população e não da administração.	Agradecemos a contribuição e participação.
Rita Lima	Bonsucesso 12/05/2018	Associação de Moradores Vila São Matheus	Questiona que o bairro São Mateus não aparece no mapa de regularização fundiária.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. O diretor de Regularização Fundiária recebeu a presidente da Associação de Bairro recentemente para esclarecimentos acerca das regularização do bairro.
Roberto Chagas	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Cobra a presença do Prefeito na reunião.	A proposta de fóruns regionais para a contribuição do plano diretor é especificamente para colher as sugestões dos moradores sobre a construção do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Haverá outras possibilidades de participação do prefeito, como na apresentação da proposta que será encaminhada para a Câmara.
Roberto Chagas	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Pede que uma obra pública parada na Estrada Juca de Carvalho seja retomada e finalizada.	Agradecemos a contribuição que será avaliada.
Roberto Chagas	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Proposta para inserir a zona Norte no mapa da cidade, trazer os investimentos para a região norte, destaca a necessidade de regularização dos bairros informais.	A Zona Norte já se encontra inserida no mapa e zoneamento da cidade. A regularização de bairros clandestinos é pertinente as diretrizes da SGHO. No que compete a SIDE, está previsto nas Diretrizes do Plano Diretor 2018, como segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. • Instituir o macrozoneamento rural de forma a promover o desenvolvimento sustentável, respeitadas as características geomorfológicas e antrópicas do território; Consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Promover a agilidade na formalização de empreendimentos estabelecidos em núcleos de assentamento informais, especialmente os regularizados.
Roberto Chagas	Santana 09/05/2018	Movimento Somos Todos Zona Norte	Proposta para inserir a zona Norte no mapa da cidade, trazer os investimentos para a região norte, destaca a necessidade de regularização dos bairros informais.	Os núcleos urbanos informais em zona rural poderão ser transformados em bolsão urbanos para fins de regularização fundiária desde que atendidas as disposições da legislação vigente que é a lei federal nº 13465/2017. A região Norte tem muitos loteamentos em regiões onde o relevo é acidentado e a ocupação informal que se consolidou ao longo dos anos acabou ocupando muitas dessas áreas. Assim, a grande dificuldade de se regularizar nesta região é saber a abrangências das áreas de risco.
Roberto Chagas	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Solicita a contenção de enchentes na Vila Cristina	Já existe projeto de ampliação da rede de galerias de águas pluviais no local. Aguardando recursos para execução.
Roberto Chagas	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Solicita presença dos vereadores e prefeito do município nos fóruns.	O convite a participação no processo de discussão do Plano Diretor é extensiva a todos os municípios e autoridades. A Prefeitura está devidamente representada neste evento pela Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade.
Roberto Chagas	Bonsucesso 12/05/2018	Somos Todos Zona Norte	Solicita que a que a prefeitura mande limpar um prédio abandonado na Vila Cristina e que a conta seja enviada ao proprietário.	Serviços pontuais de limpeza e manutenção de imóveis podem ser solicitados através do Serviço de Atendimento 156, não sendo objeto de inclusão no Plano Diretor do Município.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Roberto Felipe	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Roberto Ferranty	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Rodolfo Nogueira	Santana 09/05/2018	Associação de moradores Alto da Ponte	Melhorias na malha viária da região norte via inteligência com outras regiões do município. Sugeriu a ampliação do anel viário e a construção do rodoanel.	A SEMOB está desenvolvendo estudos para melhorar a acessibilidade no local.
Rodolfo Nogueira	Santana 09/05/2018	Associação de moradores Alto da Ponte	Pede criação de um hospital para a região, uma escola técnica, um centro comercial e incentivos para o pequeno empresário.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Rodolfo Nogueira	Santana 09/05/2018	Associação de moradores Alto da Ponte	Pede criação de um hospital para a região, uma escola técnica, um centro comercial e incentivos para o pequeno empresário.	Entendo que o caminho é seguirmos neste esforço para aprimorar a gestão, incluindo aperfeiçoamento de sistemas de informação e otimização dos recursos do SUS. E, seguindo as diretrizes do governo municipal e secretaria de saúde. Entendo a importância desse diálogo para que, juntos consigamos garantir a sustentabilidade do sistema público de saúde, de forma permanente, amparada nos princípios de universalidade, integralidade e equidade. Nesta linha de raciocínio temos que pensar em planejamento, obras e recursos orçamentários que deverão ser provisionados para atendermos as demandas solicitadas.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Rogério Lemes De Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Diz que a mobilidade só ficou no perímetro urbano e que a proposta do plano não faz menção a zona rural. Diz ainda, que na proposta não existem critérios de manutenção e de monitoramento das vias rurais.	Vamos estudar a solicitação.
Rogério Lemes De Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Diz que a proposta do plano diretor evoluiu de forma positiva em relação ao plano vigente. Que a Prefeitura conseguiu assimilar as propostas das pessoas e inserir de forma legal na Proposta do Plano Diretor, mesmo que não da forma exata que a população quer.	A SEURBS agradece a participação no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor.
Rogério Lemes De Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Diz que não há proteção ao ciclista na zona rural, pede não necessariamente cicloviarias, mas, espaços que garantam a segurança dos ciclistas.	Em alguns casos as estradas estão fora do domínio do município e para essa intervenção é necessário desapropriações de áreas particulares.
Rogério Lemes De Paiva	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Pede para reconhecer todos os bairros informais, mesmo sendo somente como um ponto nos mapas no Plano Diretor.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor.
Rogério Messias	Bonsucesso 12/05/2018	Associação Pró-ecovilas	Sugere o conceito de ECOVILAS, tanto no meio rural como urbano. Destaca suas vantagens através de temas, sendo eles: ECONOMIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE.	A solicitação de prever a implantação de ecovilas foi contemplada através da diretriz setorial XX de Meio Ambiente: "Incentivar a implantação de assentamentos humanos sustentáveis, tais como loteamentos, condomínios, ecovilas, agrovilas, que contribuam para redução e mitigação dos impactos socioambientais adversos, bem como melhorem a qualidade de vida e tornem a cidade mais resiliente." Deve ser ainda objeto de regulamentação específica, em legislação própria.
Rogério Messias	Bonsucesso 12/05/2018	Associação Pró ECOVILAS	Traz uma proposta de novas formas de ocupação urbana aos moldes de eco vilas. Explana que é uma forma de assentamento que contempla a sustentabilidade, formas construtivas para as pessoas, que tenha produção de alimentos, geração de energia, criação de empregos, tratamento dos próprios resíduos, entre outros	A solicitação de prever a implantação de ecovilas foi contemplada através da diretriz setorial XX de Meio Ambiente: "Incentivar a implantação de assentamentos humanos sustentáveis, tais como loteamentos, condomínios, ecovilas, agrovilas, que contribuam para redução e mitigação dos impactos socioambientais adversos, bem como melhorem a qualidade de vida e tornem a cidade mais resiliente." Deve ser ainda objeto de regulamentação específica, em legislação própria.
Rogério Messias	Santana 09/05/2018	Associação Pró Ecovilas	Os fóruns são momentos de cidadania e a cidadania é a oportunidade de participação do indivíduo na vida pública.	O processo de revisão do Plano Diretor é participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo é compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor.
Rogério Messias	Santana 09/05/2018	Associação Pró Ecovilas	Traz uma proposta de novas formas de assentamento que contemple a sustentabilidade, aos moldes de eco vilas.	A solicitação de prever a implantação de ecovilas foi contemplada através da diretriz setorial XX de Meio Ambiente: "Incentivar a implantação de assentamentos humanos sustentáveis, tais como loteamentos, condomínios, ecovilas, agrovilas, que contribuam para redução e mitigação dos impactos socioambientais adversos, bem como melhorem a qualidade de vida e tornem a cidade mais resiliente." Deve ser ainda objeto de regulamentação específica, em legislação própria.
Rogério Paiva	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Buscar alternativas para como tratar as construções nos bairros de Altos de Santana e Urbanova, se existem restrições de legislação pela APP.	A restrições em áreas de preservação permanente são imposta por legislação federal. Dessa forma, os mecanismos para a regularização dessas áreas são tratados em outra esfera e em meios jurídicos, cabendo ao município aplicar os instrumentos legalmente existentes e cabíveis.
Rogério Paiva	Jardim das Industrias 07/05/2018	Munícipe	Buscar alternativas para como tratar as construções nos bairros de Altos de Santana e Urbanova, se existem restrições de legislação pela APP.	A restrições em áreas de preservação permanente são imposta por legislação federal. Dessa forma, os mecanismos para a regularização dessas áreas são tratados em outra esfera e em meios jurídicos, cabendo ao município aplicar os instrumentos legalmente existentes e cabíveis.
Ronaldo Ferreira	Residencial Gazzo 14/05/2018	Valinhos	Implantação de bibliotecas comunitárias, livros em abundância e divulgação dela nos bairros: Campo dos Alemães, D. Pedro I e II, Conj. Ema, jardim imperial, Colonial, Parque dos Ypês, Morumbi, Vale do Sol, Parque Industrial e Bosque dos Ypês.	A Biblioteca Pública Cassiano Ricardo e a rede de bibliotecas municipais estão sob a gestão da Secretaria de Educação. Mas como informação, vale ressaltar que há salas de leitura com livros disponíveis e ações de incentivo ao livro e leitura como oficinas de criação literária e saraus na Casa de Cultura Flavio Craveiro (D.Pedrol), Casa de Cultura Tim Lopes (Bosque dos Eucaliptos), Núcleo de Ação Cultural - Centro da Juventude (Parque industrial) e Casa Olivo Gomes no Parque da Cidade (Santana). Além disso, a Fundação Cultural mantém contrato de colaboração para manutenção da Biblioteca Solidaria de São Francisco Xavier.
Ronaldo Ferreira	Santana 09/05/2018	Advogado-OAB	Pede a modernização da Biblioteca Cassiano Ricardo e instalação de bibliotecas públicas nos bairros, pede também, que o horário de atendimento ao público seja ampliada para os finais de semana e feriados.	A Biblioteca Pública Cassiano Ricardo e a rede de bibliotecas municipais estão sob a gestão da Secretaria de Educação. Mas como informação, vale ressaltar que há salas de leitura com livros disponíveis e ações de incentivo ao livro e leitura como oficinas de criação literária e saraus na Casa de Cultura Flavio Craveiro (D.Pedrol), Casa de Cultura Tim Lopes (Bosque dos Eucaliptos), Núcleo de Ação Cultural - Centro da Juventude (Parque industrial) e Casa Olivo Gomes no Parque da Cidade (Santana). Além disso, a Fundação Cultural mantém contrato de colaboração para manutenção da Biblioteca Solidaria de São Francisco Xavier.
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste	Instalação de Câmeras de Segurança na Região Leste.	Em relação à solicitação de instalação de câmeras de segurança no Bairro Jd. Ismênica - Região Leste, o Plano Diretor prevê, na Diretriz VIII da Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão, a ampliação e expansão do Sistema de Câmeras de Videomonitoramento, aumentando as áreas cobertas pela segurança eletrônica.
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste	Melhoria do Serviço de Assistência Social.	O Município possui 08 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que tem como objetivo de fortalecer os vínculos familiares; garantir a proteção social e apoio a indivíduos, famílias no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Temos também 03 Centros Especializados de Assistência social - CREAS para atendimento de pessoas com seus direitos violados e necessitem de proteção social. cumpre com parâmetros da legislação atual. A Secretaria de Apoio Social ao Cidadão possui, além da estrutura informada, 42 parcerias com OSC - Organização da Sociedade Civil para realização de atendimentos social especializados, para crianças, adultos, idosos, pessoas com deficiência e moradores em situação de rua. Todas ações propostas pelo município seguem as diretrizes contidas no Caderno de Proposta para Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social.
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste	Propõem instrumento de permuta fazendo que loteamentos sejam implantados com infraestrutura suficiente para atender os moradores.	A aprovação de loteamentos atende a legislação federal, estadual e municipal de parcelamento, uso e ocupação do solo.
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste	Recuperação de praças e canteiros visando a acessibilidade universal.	Para a elaboração de projetos em espaços públicos, a Prefeitura segue a NBR 9050 e as demais exigências da legislação pertinente.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste	Reivindica a melhora no serviço social do município e da acessibilidade.	O Município possui 08 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que tem como objetivo de fortalecer os vínculos familiares; garantir a proteção social e apoio a indivíduos, famílias no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Temos também 03 Centros Especializados de Assistência Social - CREAS para atendimento de pessoas com seus direitos violados e necessitem de proteção social. cumpre com parâmetros da legislação atual. A Secretaria de Apoio Social ao Cidadão possui, além da estrutura informada, 42 parcerias com OSC - Organização da Sociedade Civil para realização de atendimentos social especializados, para crianças, adultos, idosos, pessoas com deficiência e moradores em situação de rua. Especificamente sobre a pessoa com deficiência, a secretaria mantém parceria com 11 entidades, promovendo o atendimento à mais de 1.000 pessoas com deficiência por mês.
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste	Reivindica melhores equipamentos públicos no bairro.	Sua sugestão será encaminhada para análise e verificação de viabilidade técnica na Secretaria de Manutenção da Cidade
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste I	Revisão e Ampliação do número de semáforos inteligentes - Pedestre.	Vamos estudar a solicitação.
Rosângela Ap. da Silva	Vila Industrial 15/05/2018	CONSEG-Leste I	Revitalização e Reforma do Canteiro entre a Av Presidente Juscelino Kubitschek e Rua Joaquim Ferreira Carpinteiro - Vila Industrial.	Sua sugestão será encaminhada para análise e verificação de viabilidade técnica na Secretaria de Mobilidade Urbana.
Samuel e João Vitor	Centro 16/05/2018	Munícipe	Diz que estão no fórum para falar da violência que sofrem por que serem pobres, fala que a polícia chega para bater em menor e que ela acusa os jovens de fazerem parte de tráfico de drogas.	A questão da violência deve ser levada à Segurança Pública. Sobre a questão das drogas, o município conta com uma Política sobre Drogas estabelecida, que está em contínua construção em consonância com os Governos Estadual, Federal e a comunidade local. Atualmente, além do trabalho para melhorar as políticas já estabelecidas de tratamento, repressão e reinserção, trabalha-se fortemente em prevenção. Em outubro de 2017 foi implantado no município o Projeto de Prevenção Coalizão São José que prevê ações planejadas, articuladas e executadas em conjunto com a Comunidade. Esse projeto que é reconhecido mundialmente, estabelecido em 23 países com sucesso comprovado, foi iniciado na região sul e em previsão de expansão para outras regiões do município até o final do ano.
Samuel e João Vitor	Centro 16/05/2018	Munícipe	Diz que se o seu Rap se calar, a rua se calará, parabeniza a presença da população, a junção, movimentação, multiplicação de pessoas com amor e sentimento na defesa e resistência contra a via banhado e pedem a regularização fundiária.	Área com impedimentos de regularização, pela suas características ambientais, tratando-se do núcleo congelado desde 2014(último levantamento) a prefeitura oferece através da casa joseense toda atenção as famílias e as condições para que as mesmas possam morar em local melhor infraestrutura.
Samuel e João Vitor	Centro 16/05/2018	Munícipe	Fizeram uma manifestação artística musical (Hip Hop) falando de suas realidades, da violência, desigualdade social, dos serviços de saúde precários, da falta de alimentação, crise, e motivam as pessoas para mudança.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor
Satiro Nozaki	Bonsucesso 12/05/2018	APAX-Associação dos Produtores de São Francisco Xavier	Sugere a criação de corredores ao longo das estradas rurais (feitos de terra/cascalho) exclusivos para transporte com animais, bicicletas e romeiros.	Em alguns casos as estradas estão fora do domínio do município e para essa intervenção é necessário desapropriações de áreas particulares.
Satiro Nozaki	Bonsucesso 12/05/2018	APAX-Associação dos Produtores de São Francisco Xavier	Sugere a criação de uma central para orientar as construções na zona rural.	Análise de Projetos? Sala do Empreendedor?
Satiro Nozaki	Bonsucesso 12/05/2018	APAX-Associação dos Produtores de São Francisco Xavier	Sugere a instalação de caixas com repartições para descarte de material orgânico, reciclável e outros, nos locais onde não existe o serviço de coleta de lixo. Sugere a instalação de PEV's nas comunidades rurais, incentivo a compostagem nesses locais.	O instrumento de planejamento da gestão de resíduos municipal é Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGRIS), através do qual o município estabelece ações e define metas. O primeiro PMGRIS foi elaborado em 2015 e deve ser revisto a cada 4 anos, no qual poderão ser revistas e incorporadas novas ações. No plano vigente, há a previsão de instalação do PEV em São Francisco Xavier. A proposta do Plano Diretor reconhece a relevância desse plano para fortalecimento da gestão ambiental e para o direcionamento dos contratos as empresas contratadas para a prestação desse tipo de serviço. Adicionalmente, as diretrizes de meio ambiente preveem a promoção do Programa Municipal de Saneamento Rural Sustentável, no qual, além de questões de esgotamento sanitário, a gestão de resíduos na área rural deverá ser contemplada.
Sebastiana A. Pinto	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Regularização do bairro Águas de Canindu II	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Canindu atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização. A implantação de serviços e infraestrutura se dará com a regularização do loteamento.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m2, para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Sebastião Assis	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locacionais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Silvana Ordoneles	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Acredita na possibilidade, através do plano diretor, da coexistência de populações de rendas distintas e preservação ambiental.	Proteger a paisagem natural, promovendo os atributos ambientais como estratégia do desenvolvimento sustentável é um dos objetivos principais da proposta. As diretrizes de desenvolvimento econômico colocam a preservação da cultura local e o desenvolvimento social como uma das principais características para o crescimento da região.
Silvana Ordoneles	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Que o Plano Diretor se preocupe com a gentrificação que ocorre em SFX.	Agradecemos a contribuição e participação e a mesma será considerada no âmbito da proposta do Plano Diretor.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudessemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Silvia Maria Barbosa	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Silvio Holleben	Santana 09/05/2018	AABA	Criticou que as pessoas precisam se deslocar de outros bairros para a área central para usufruir de serviços públicos e privados.	De acordo com a proposta, o macrozoneamento territorial associado à rede de centralidades propõe uma reorganização mais racional do território, a partir de um melhor uso do solo urbano e da infraestrutura existente, buscando fortalecer a função social da propriedade, e a diminuição da ocupação espraiada da cidade. Para se efetivar esse macrozoneamento territorial e a rede de centralidades e alcançar os resultados desejados é necessário fazer uso de instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade.
Silvio Holleben	Centro 16/05/2018	AABEA	Diz que a parada da construção civil não é por causa do Plano Diretor e sim pela crise da país, que o setor imobiliário não cria situações para aquecer seu mercado.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e convida a participar dos eventos subsequentes na discussão do Plano Diretor
Silvio Holleben	Centro 16/05/2018	AABEA	Diz que prefeitura quer trazer a população para cidade ao invés de levar infraestrutura para os bairros distantes.	Continuar o processo de regularização fundiária e urbanística dos núcleos urbanos informais é um dos principais objetivos definidos na proposta. Dentre as diretrizes estabelecidas para alcançar o objetivo proposto, consta a necessidade de identificar os núcleos urbanos informais de interesse social para fins de regularização fundiária, prover de infraestrutura os núcleos urbanos informais regularizados e promover a qualificação urbanística dos núcleos regularizados.
Silvio Holleben	Jardim das Industrias 07/05/2018	Associação Amigos do Bairro Esplanada	Inclusão da coluna "Bairro onde Mora" na lista de presença aos Fóruns Regionais do Plano Diretos e em outras reuniões públicas	A sugestão será acatada por ocasião da realização do Fórum Final de discussão do Plano Diretor e das Audiências Públicas.
Silvio Holleben	Santana 09/05/2018	AABA	Pede que a proposta do PD deve ser apresentada de forma didática para a comunidade.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida por meio de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns e audiências, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido
Silvio Holleben	Santana 09/05/2018	AABA	Reforçou importância dos Parques Urbanos nos vazios.	A expansão da política de parques está contemplada no objetivo de proteção da paisagem natural, na qual a diretriz c. estabelece: "Dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante, integrando-os através de uma rede de corredores verdes, estabelecendo conectividade entre os parques;". Além dos parques já existentes, o Mapa 14 apresenta um conjunto de parques que deverão ser estabelecidos no município nos próximos anos. Partindo do entendimento que as áreas vazias são glebas a serem parceladas, esclarece-se que no processo de parcelamento do solo para loteamento, obrigatoriamente, uma parcela da área será destinada como Áreas Verdes Públicas, que, em alguns casos, poderão constituir parques urbanos. A legislação vigente exige, para implantação de loteamentos, a destinação de áreas voltadas à manutenção e restauração florestal e às funções recreativas e de lazer. A soma dessas áreas representa no mínimo 20% da área objeto de loteamento. Assim todo loteamento, quando aprovado, terá esse percentual de área totalmente arborizado e equipado, através de projetos paisagísticos previamente aceitos pela Prefeitura, além da arborização do sistema viário, também previamente conferido pela prefeitura.
Silvio Holleben	Santana 09/05/2018	AABA	Ressaltou a importância da cidade que queremos para o futuro.	A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos.
Sirlei	Jardim América 08/05/2018	Municípe	a Ponte Estaiada (Arco da Inovação) é uma obra onerosa e não possui ciclovia nem passagem de pedestres.	O Arco da Inovação desafogará a atual rotatória do Colinas. Já estava previsto no plano macroviário da cidade.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Sirlei	Jardim América 08/05/2018	Município	Apontou que a população e a prefeitura precisam ter consciência dos animais abandonados que trazem doenças que afetam o ser humano.	Dentre as Diretrizes de Meio Ambiente temos que "XV. Desenvolver a política municipal para a fauna silvestre e doméstica, com vistas ao controle de espécies invasoras, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa, bem como a garantia do Bem-estar Animal"
Sirlei	Jardim América 08/05/2018	Município	Ressaltou a importância da participação, do conhecimento da população perante as ações municipais e propõe melhorias na apresentação técnica.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor.
Sirlei Pinardi	Jardim América 08/05/2018	Município	A Iluminação do bairro Jardim Oriente e outros é precária. Aumentar o policiamento e o número de funcionários na UBS.	O Departamento de Concessionárias estuda a implantação da melhoria solicitada.
Sirlei Pinardi	Jardim América 08/05/2018	Município	A Iluminação do bairro Jardim Oriente e outros é precária. Aumentar o policiamento e o número de funcionários na UBS.	Previsão de concurso público para todos os cargos da Secretaria de Saúde e início na segunda quinzena de julho dos beneficiários do Pró Trabalho
Sirlei Pinardi	Jardim América 08/05/2018	Município	Descuido com os animais domésticos, falta de zelo ao levar para passear e não recolher suas necessidades, falta de responsabilidade dos respectivos proprietários.	Será analisada a possibilidade de uma campanha educativa para lembrar da posse responsável.
Sirlei Pinardi	Jardim América 08/05/2018	Município	Falta de transporte público rodoviário no bairro. Aumentar o número de ônibus para outros pontos da cidade em horários diferenciados. É contra à construção da Ponte Estaiada (Arco da Inovação).	Referente ao transporte no Bairro Jardim Oriente, a zona Sul em geral é a região que conta com as maiores quantidades de partidas diárias mediante aos seus principais corredores, Avenida Andromêda e Avenida Bacabal. No momento não existe previsão de alterações nas linhas da referida região, pois estão com suas ofertas de viagens ajustadas as demandas de usuários.
Sueli Eliane Soares	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Alteração de linha de ônibus.	A Referida linha está adaptada a demanda de usuários do bairro atualmente, município não informa qual a mudança deveria ser feita.
Sueli Eliane Soares	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Pavimentação de vielas e iluminação do Dom Bosco.	Todos os serviços são de Programação das Regionais com prioridade na manutenção.
Sueli Eliane Soares	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Retirada da SMC do Dom Bosco.	A sugestão será avaliada dentro da administração.
Sueli Eliane Soares	Novo Horizonte 11/05/2018	Município	Se posiciona contra a existência de cantinas nas escolas e a forma de funcionamento do conselho de classe.	Recebem orientação da equipe da Merenda Escolar, buscando melhor qualidade aos alunos. Relizada conforme segue o Regimento Escolar
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Criar no Plano Diretor uma Zona de Preservação englobando os bairros: Jardim Esplanada, Jardim Nova América, Jardim Nova Europa, Vila Santa Rita e Jardim Esplanada II.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Excluir da área de abrangência das leis de regularização/anistia de uso e ocupação do solo as zonas exclusivamente residenciais.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Implementar medidas para inibir o trânsito de passagem de veículos motorizados nas áreas residenciais, priorizando os deslocamentos a pé e cicloviários.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, traz como anexo a Lei referida o Plano Estratégico com ações priorizando os modos ativos de deslocamentos (a pé e bicicleta).
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Manter as características de uso e ocupação das zonas exclusivamente residenciais na forma como foram inicialmente projetadas, mesmo que estas comportam usos não residenciais em decorrência da aplicação de sucessivas leis de regularização/anistia, não sendo, nestes casos, permitindo a renovação da certidão de licenciamento após o encerramento de uma atividade.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No Mapa 6: Rever a malha das Vias Básicas no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	No mapa 7: Rever a malha das Vias Coletoras no Jardim Esplanada. Trechos das Ruas Benedito Silva Ramos e Pascoal Moreira devem ser retiradas da malha das Vias Coletoras.	Sugestão acolhida.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Preservar o patrimônio urbanísticos, paisagístico, ambiental e cultural do município, e em particular, o patrimônio representativo do urbanismo resultante das decisões e ações do poder público no momento inicial do planejamento urbano no âmbito da saúde pública e na transição entre as fases Sanatorial e Industrial.	O COMPHAC é o conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município e cumpre seu papel com apoio técnico da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos termos da lei municipal que o instituiu.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover regras para evitar espaços e edificações ociosas e vazias, no entanto, respeitando o uso e ocupação vigente no local.	A Leitura Técnica apresentada identificou inicialmente os imóveis com área superior a 5.000m ² , para que pudéssemos estabelecer a proposta do Macrozoneamento Urbano, que contempla as Macrozonas de Consolidação, Estruturação e de Uso Controlado e seus respectivos objetivos específicos. No entanto, está em curso a elaboração do Cadastro Multifinalitário que permitirá após sua finalização, a indicação dos imóveis vazios, não utilizados e ou subutilizados, passíveis da aplicação do PEUC, por meio de lei específica.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial das atividades urbanas de forma a evitar os conflitos de uso restringindo os usos comerciais e de serviços inseridos nas áreas residenciais ao atendimento às necessidades locais, bem como proibir a criação de novos corredores em áreas já bem atendidas.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A educação organizou procedimentos necessários para atendimento da nova demanda nas escolas da região.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Promover uma distribuição espacial equilibrada das escolas entre as várias centralidades do Município, desestimulando a instalação de escolas em áreas saturadas e estimulando-a em áreas carentes.	A SEURBS agradece a contribuição no Fórum Regional e informa que o assunto será discutido na ocasião do processo de revisão da legislação de uso e ocupação do solo.
Suzete Pelleguini de Godoy	Centro 16/05/2018	AABEA Esplanada	Retirar do plano de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor a Via Banhado e em substituição acrescentar a Via Vidoca conforme traçado sugerido pela Associação Amigos do Bairro Esplanada e Adjacências.	O Sistema Viário Via Banhado está previsto na Macroestrutura Viária do Município, interligando a região norte, centro e oeste do município, de modo a oferecer uma alternativa viária que permita a circulação mais segura e direta de veículos priorizando a circulação de pedestres e ciclistas e melhorando consideravelmente o tempo de percurso do transporte público coletivo na região. O projeto da Via contempla todos os estudos necessários para identificação dos possíveis impactos que poderá ser gerado. Para o desenvolvimento do projeto da Via Banhado, foram realizados diferentes estudos onde considerou a análise das alternativas tecnológicas e locais do traçado da Via. O traçado apresentado pela Associação como alternativa a Via Banhado (Via Vidoca) – trecho entre o prolongamento da Av. Dr. Eduardo Cury até a transposição do Rio Paraíba do Sul já foi estudo anteriormente por esta Municipalidade e o trecho entre a transposição do Rio Paraíba do Sul e encaixe com a Via Norte é muito próximo das alternativas estudadas para definição do atual traçado, no qual mostrou-se inviável, devido ao elevado custo de execução, grande impacto ambiental e carregamento viário de vias já saturadas interferindo com a área de preservação do Córrego Vidoca, área de captação da SABESP além de sobrecarregar ainda mais o entroncamento entre a Av. Lineu de Moura, Av. Dr. Eduardo Cury e Av. Ana Maria Nardo Silva, atualmente saturadas nos horários de pico.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Colocar em funcionamento todas as câmeras do COI / Manutenção da iluminação / Falta de Assistência social / Combate às drogas nas escolas e seus arredores / Pediu GCM 24 horas	O Município possui 08 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS que tem como objetivo de fortalecer os vínculos familiares; garantir a proteção social e apoio a indivíduos, famílias no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Temos também 03 Centros Especializados de Assistência social - CREAS para atendimento de pessoas com seus direitos violados e necessitem de proteção social. cumpre com parâmetros da legislação atual. A Secretaria de Apoio Social ao Cidadão possui, além da estrutura informada, 42 parcerias com OSC - Organização da Sociedade Civil para realização de atendimentos social especializados, para crianças, adultos, idosos, pessoas com deficiência e moradores em situação de rua.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Colocar em funcionamento todas as câmeras do COI / Manutenção da iluminação / Falta de Assistência social / Combate às drogas nas escolas e seus arredores / Pediu GCM 24 horas	Em relação à solicitação de colocação em funcionamento de todas as câmeras do COI, o Plano Diretor prevê, na Diretriz VIII da Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão, a ampliação e expansão do Sistema de Câmeras de Videomonitoramento, aumentando as áreas cobertas pela segurança eletrônica.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Estruturar as áreas verdes, hoje utilizadas por usuários de drogas / Revitalização do entorno da Av. Andrômeda	Em relação às áreas verdes, a Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão contempla ações para assegurar a proteção dos próprios públicos, serviços à população e áreas municipais.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Estruturar as áreas verdes, hoje utilizadas por usuários de drogas / Revitalização do entorno da Av. Andrômeda	A preservação, conservação e manutenção de parques e outras áreas verdes do município são diretrizes de meio ambiente e manutenção da cidade na proposta do plano diretor. Destaca-se ainda a proposta de resignificação dos rios e córregos para a criação de espaços de convívio, contemplação e lazer, reestabelecendo os serviços ecossistêmicos e integrando a comunidade à paisagem natural. Dessa forma, com a valorização desses locais, espera-se que problemas associados a usos indevidos e insegurança sejam minimizados. No mais, a proposta estabelece o Jardim Satélite como uma centralidade urbana na Macrozona de Consolidação, onde estão previstos projetos de revitalização e requalificação.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Estruturar as áreas verdes, hoje utilizadas por usuários de drogas / Revitalização do entorno da Av. Andrômeda	A preservação, conservação e manutenção de parques e outras áreas verdes do município são diretrizes de meio ambiente e manutenção da cidade na proposta do plano diretor. Destaca-se ainda a proposta de resignificação dos rios e córregos para a criação de espaços de convívio, contemplação e lazer, reestabelecendo os serviços ecossistêmicos e integrando a comunidade à paisagem natural. Dessa forma, com a valorização desses locais, espera-se que problemas associados a usos indevidos e insegurança sejam minimizados. No mais, a proposta estabelece o Jardim Satélite como uma centralidade urbana na Macrozona de Consolidação, onde estão previstos projetos de revitalização e requalificação.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Lamenta a pequena participação da população e pede mais participação popular também na resolução de problemas relacionados a lixo, nascentes e usuários de drogas. Fala da função dos vereadores e pede que cada ente cumpra seu papel.	Em relação aos problemas relacionados a usuários de drogas, o Plano Diretor estabelece diversas diretrizes em sua Política de Proteção à Cidade e ao Cidadão que procuram minimizar esta triste realidade. Por meio da articulação do Município com outras esferas de governo, bem como a ação de diversas Secretarias Municipais, busca atuar de forma integrada e conjunta na resolução dos problemas desta natureza.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Lamenta a pequena participação da população e pede mais participação popular também na resolução de problemas relacionados a lixo, nascentes e usuários de drogas. Fala da função dos vereadores e pede que cada ente cumpra seu papel.	A preservação, conservação e manutenção de parques e outras áreas verdes do município são diretrizes de meio ambiente e manutenção da cidade na proposta do plano diretor. Quanto às nascentes e cursos hídricos, destaca-se ainda a proposta de resignificação dos rios e córregos para a criação de espaços de convívio, contemplação e lazer, reestabelecendo os serviços ecossistêmicos e integrando a comunidade à paisagem natural. Dessa forma, com a valorização desses locais, espera-se que problemas associados a usos indevidos e insegurança sejam minimizados.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Solicitação de um padrão de todos os uniformes das escolas públicas. Pediu estacionamento para a população nas UBS. Comenta as más condições de trabalho para os Policiais Militares e falta de viaturas para seu melhor desempenho.	Na parte da Educação: Agradecemos a sugestão que fará parte de nosso estudo.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Solicitação de um padrão de todos os uniformes das escolas públicas. Pediu estacionamento para a população nas UBS. Comenta as más condições de trabalho para os Policiais Militares e falta de viaturas para seu melhor desempenho.	Em relação às condições de trabalho dos Policiais Militares, esta demanda compete ao Governo do Estado de São Paulo, não sendo de responsabilidade da Prefeitura de São José dos Campos.
Taciana Silva Miranda Boueri	Residencial Gazzo 14/05/2018	Município	Solicitação de um padrão de todos os uniformes das escolas públicas. Pediu estacionamento para a população nas UBS. Comenta as más condições de trabalho para os Policiais Militares e falta de viaturas para seu melhor desempenho.	Existem vagas destinadas para gestantes, idosos e cadeirantes, os demais veículos estacionam ao redor das unidades
Thiago Araujo	Santana 09/05/2018	Município	Pede manutenção de inúmeros prédios públicos no bairro que estão com avarias e sinais de vandalismo. Pede oportunidades e empregos para os jovens. Relata que, por falta de emprego, os jovens do bairro tem trabalhado no tráfico de drogas.	Todos espaços públicos são mantidos pelos Departamentos que utilizam os mesmos.
Thiago Araujo		Município	Pede manutenção de inúmeros prédios públicos no bairro que estão com avarias e sinais de vandalismo. Pede oportunidades e empregos para os jovens. Relata que, por falta de emprego, os jovens do bairro tem trabalhado no tráfico de drogas.	A manutenção de prédios públicos já é uma atividade rotineira das Secretarias responsáveis pelos mesmos. Em relação a falta de oportunidades de emprego para os jovens, consta como estratégico no capítulo do Desenvolvimento Econômico do PDDI 2018: II. Atividade econômica, trabalho e renda - Consolidar uma rede de ensino profissionalizante em São José dos Campos, composta por Escolas do Sistema S: SESI, SENAI, SESC, SEBRAE, articuladas com a Política Municipal de Qualificação de Mão de Obra; Escolas de Qualificação Profissional Públicas Municipais e Escolas de Educação Técnica e Tecnológica do Governo do Estado de São Paulo. - Formar Rede de Integração entre Empresas Locais e Escolas Formadoras e o Posto de Atendimento do Trabalhador - PAT, para estímulo ao emprego.
Thiago Araújo	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Posiciona quanto a necessidade da integração da política habitacional às demais questões como mobilidade, macrodrenagem, áreas de riscos, entre outras.	Esses fatores são analisados na implantação dos programas habitacionais, inclusive com a consulta as secretarias competentes.
Valdir Costa	Bonsucesso 12/05/2018	Município	Diz que o antipoeira funciona apenas como tapa-buracos e questiona se continuará existindo ou qual a medida que o substituirá.	Não temos previsão de pavimentação similar ao anti-poeira.
Valdir Costa	Bonsucesso 12/05/2018	Município	Diz que recebeu notificação de demolição, pede que a prefeitura trabalhe de maneira honesta e transparente.	As ações de fiscalização são todas pautadas na Lei, e com o amparo legal, não só podemos, mas devemos controlar o uso e ocupação do solo. E assim é feito, com rondas diárias e constantes das equipes de fiscalização, e, agora, com o incremento das imagens de satélite, com os devidos apontamentos. Para que sejam iniciadas as ações fiscais com as Notificações, resguardando aos notificados os Direitos ao Contraditório, Ampla Defesa, e o Devido Processo Legal
Valdir Costa	Bonsucesso 12/05/2018	Município	Pede ações sociais e soluções para os mendigos, moradores de rua e usuários de droga.	O município possui parceria com Organização da Sociedade Civil - OSC para execução de serviços direcionados a população em situação de rua. Em 2018, uma nova parceria foi estabelecida prevendo um aumento nas equipes de atendimento, bem como inclusão de novos serviços à população em situação de rua, objetivando sua reinserção na família ou sociedade. O atendimento à população em situação de rua possui algumas ações mais destacadas: o Serviço de Abordagem Social, que atende 24 horas por dia e pode ser acionado pelo telefone 153, o Serviço de atendimento social e os abrigos, para acolhimento quando necessário.
Valter Silveira	Jardim América 08/05/2018	Município	Aponta a responsabilidade da prefeitura em cuidar da cidade e do esforço de chamar a população para a participação popular.	O Plano Diretor é um documento que trata de questões específicas referentes ao desenvolvimento urbano do município. A participação popular é garantida através de ampla divulgação pública de seu processo de elaboração, através de linguagem acessível, valendo-se dos meios de comunicação. Para a discussão nos Fóruns, os estudos e a proposta foram divulgados, com antecedência, para que a população pudesse participar tendo ciência do que seria debatido.
Valter Silveira	Jardim América 08/05/2018	Município	Questionou o adensamento, a atuação forte do mercado imobiliário e a falta de fiscalização em bairros irregulares.	A Prefeitura de São José dos Campos, através do Departamento de Regularização Fundiária, está aperfeiçoando constantemente os mecanismos de fiscalização de loteamentos. Ao mesmo tempo, o Plano Diretor prevê mecanismos de crescimento ordenado e incentivo a produção de Habitação de Interesse Social, que minimizam a pressão por assentamentos informais.
Vera Assis	Jardim América 08/05/2018	Município	Apresentou críticas a apresentação e a proposta.	O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas. As oficinas e os fóruns de participação popular tiveram metodologia acordada com o Conselho Gestor, colegiado encarregado de acompanhar o processo de elaboração do novo Plano Diretor, integrado por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil.
Vera Assis	Jardim América 08/05/2018	Município	Baixa qualidade do ar e falta de áreas verdes.	É proposto no Plano Diretor dar continuidade à implantação de parques urbanos para melhoria da qualidade de vida através do incremento do índice de áreas verdes por habitante. O Plano de Arborização Urbana, já em implementação, tem metas para o plantio de árvores em vias públicas em todas as áreas urbanas do município. Ademais, o desenvolvimento de políticas públicas, como o Plano de Mata Atlântica e Cerrado, deverão fortalecer estratégias de preservação e conservações de remanescentes florestais e corredores ecológicos. A proposta do Plano Diretor ressalta a importância estratégica desses planos para o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município dispõe diversas áreas verdes no qual se propõe a valorização para a criação de ambientes de convívio e lazer, além da prestação de serviços ambientais, sobretudo às áreas verdes junto às áreas de preservação permanente de rios e córregos urbanos que deverão ser ressignificados. No mais, o município dispõe de uma série de glebas a serem loteadas, onde uma parcela do loteamento será convertida em áreas verdes que, de forma planejada, poderão compor novos parques urbanos, sem onerar a administração pública.
Vera Assis	Jardim América 08/05/2018	Município	Mobilidade urbana no Plano é focada no Transporte Individual.	O Plano de Mobilidade Urbana LC 576/2016 que foi construído junto com a sociedade através de oficinas participativas e audiências públicas, foi estruturado em 4 eixos de transportes sendo eles: o modo a pé e bicicleta (modos ativos), Motociclista, Transporte Público e o Transporte Individual, sendo que cada modo de transporte contém ações e regulamentações específicas que visam a melhoria de todo o sistema de mobilidade urbana no município.
Vera Lúcia B. S. Gonçalves	Vila Industrial 15/05/2018	Município	Enchente na Vila Tatetuba.	Será encaminhado para a Secretaria de Manutenção da Cidade.
Vicente de Oliveira	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Menciona a dificuldade de acesso aos serviços nos bairros não regularizados.	Os núcleos urbanos informais classificados como ZEIS serão apontados em novo mapa a ser apresentado na nova proposta do Plano Diretor. Os loteamento Águas de Caníndu atualmente é classificado como ZEIS e esta condição não foi alterada. O loteamento por apresentar muitas áreas de risco de escorregamento e áreas de preservação ambiental em seu perímetro demanda maiores estudos para a viabilização da regularização. A implantação de serviços e infraestrutura se dará com a regularização do loteamento.
Wagner S. Ramos	Vila Industrial 15/05/2018	Pres. Associação Amigos do Bairro	Questiona a ausência da educação na discussão do Plano Diretor.	Participou da elaboração do Plano Diretor, como todas secretarias e analisou todas demandas encaminhadas durante as audiências.
Wagner S. Ramos	Vila Industrial 15/05/2018	Pres. Associação Amigos do Bairro	Questiona a ausência da educação na discussão do Plano Diretor.	Plano diretor é um documento que deve sintetizar e tornar explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelecer princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos. As diretrizes setoriais para a Educação no Município estão disponíveis no item 13.1 - página 61 do Caderno de propostas para o Plano Diretor.



Nome Completo	Fórum	Entidade	Contribuição (Síntese)	Resposta/Secretarias
Walter de Moraes	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Diz que questões técnicas quanto ao ambiente montanhoso não podem ser impeditivas para o turismo na região rural.	Consta nas diretrizes do PPDI 2018 como segue: • Incentivar o desenvolvimento rural de forma compatível com as características do Município, com ênfase na sustentabilidade. - Instituir o macrozoneamento rural de forma a promover o desenvolvimento sustentável, respeitadas as características geomorfológicas e antrópicas do território; - Promover o aproveitamento econômico sustentável na área de influência da Represa do Jaguari e no distrito de São Francisco Xavier, privilegiando o turismo de baixo impacto, em consonância com as políticas do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, do Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Bacia do Rio Jaguari e do Plano de Manejo da APA de São Francisco Xavier.
Walter de Moraes	Bonsucesso 12/05/2018	Munícipe	Pede ações, diz que muitas e boas ideias foram dadas, mas precisam sair dos planejamentos para a realidade.	A proposta estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão do território e prevê os instrumentos para a sua implementação, orientando o desenvolvimento da cidade na direção do equilíbrio social e territorial. Sua vigência é prevista para o próximo decênio visando propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem estar social da comunidade de São José dos Campos
Walter de Moraes	São Francisco Xavier 05/05/2018	Munícipe	Eixo 1 - Questiona a política urbana descompromissada com o cumprimento da função social da propriedade. Propõe a Implementação de uma Política Municipal de Habitação com revisão e revitalização do Conselho Municipal de Habitação, associada ao sistema de mobilidade e locais de oferta de emprego.	O Plano Diretor contempla diretrizes para Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária.
Walter de Moraes	São Francisco Xavier 05/05/2018	Fórum Popular do Plano Diretor de SJC	Menciona a celeridade e a pulverização da discussão do plano diretor. Pleiteia a construção de um conselho municipal com representatividade.	É garantida a participação popular nas decisões do Município, no aperfeiçoamento democrático de suas instituições e na fiscalização de seus órgãos, que se dá através de audiências públicas, conselhos populares e demais formas previstas na legislação vigente, especialmente nos Artigos 12, 13, 14 e 16 da Lei Orgânica Municipal. O processo de revisão do Plano Diretor deve ser participativo, nos termos do Art. 40 e do Art. 43 do Estatuto da Cidade. A coordenação do processo participativo deve ser compartilhada, por meio de efetiva contribuição do poder público e da sociedade civil, em todas as etapas do processo. A organização do processo participativo busca garantir a diversidade e levar em conta as etapas básicas necessárias assim como as proposições oriundas de processos democráticos. As Oficinas, os Fóruns e as audiências públicas tem por finalidade informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor. Todas as contribuições da população serão devidamente analisadas.
Weber Souza Lima Rios Pereira	Centro 16/05/2018	ARES	Bairros da região central (Esplanada) sejam flexibilizados para o uso misto.	A proposta do Plano Diretor define como diretriz para a ocasião da revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, que deverão ser mantidas as características das zonas exclusivamente residenciais.
Willian Cesar Almeida	Vila Industrial 15/05/2018	Presid. SAB Vila Industrial	Solicita melhoria no bairro Vila Industrial com implantação de quadra no centro comunitário com locais para práticas esportivas.	Agradecemos a indicação e informamos que a solicitação passará por aprovação da Secretaria de Governança e posteriormente seguirá para a Secretaria de Gestão Habitacional e Obras.
Willian Cesar Almeida	Vila Industrial 15/05/2018	Presid. SAB Vila Industrial	Solicita melhorias no tráfego entre os bairros Vila Tatetuba e Vila Industrial.	Vamos analisar a solicitação.